



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

A VISITA FAMILIAR NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS

Tamires Santos Rufino e Silva

Belém-PA

2015



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

A VISITA FAMILIAR NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS

Dissertação de mestrado apresentado pela aluna Tamires Santos Rufino e Silva ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Área de concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof^a Dra. Lília Iêda Chaves
Cavalcante



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento - NTPC
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa
do Comportamento - PPGTPC
E-mail: laercio@ufpa.br/comporta@ufpa.br
Fones: 3201-8476 / 3201-8542
Rua Augusto Corrêa, nº 01
Guamá Cep: 66.075-110
Belém - Pará

Dissertação de Mestrado

“A Visita Familiar no Contexto do Acolhimento Institucional de Crianças.”

Aluna: Tamires Santos Rufino e Silva.

Data da Defesa: 31 de Agosto de 2015.

Resultado: Aprovado.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Lília Leda Chaves Cavalcante (Orientadora – UFPA).

Prof.^a Dr.^a Celina Maria Colino Magalhães (Membro – UFPA).

Prof.^a Dr.^a Albenise de Oliveira Lima (Membro – UNICAP).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Silva, Tamires Santos Rufino e, 1988-
A Visita familiar no contexto do acolhimento
institucional de crianças / Tamires Santos Rufino e
Silva. - 2015.

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do
Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2015.

1. Crianças - Assistência em instituições.
2. Crianças - Relação com a família. I. Título.

CDD 23. ed. 362.732

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por estarem ao meu lado antes e durante esta conquista, e em toda minha trajetória enquanto filha, pessoa e profissional, fazendo de mim um ser humano melhor. Por acreditarem e confiarem em mim, nos meus objetivos, vivendo cada um deles ao meu lado. Eternamente grata a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, sendo meu porto-seguro em tudo, minha base, de modo que eu sempre me sentisse segura e amparada, e que nos momentos mais delicados dessa caminhada sempre tinha a palavra certa a dizer. E ao meu pai, por sempre ter me incentivado na minha paixão pela vida acadêmica, e em todos os meus objetivos. Aos meus irmãos, por torcerem infinitamente pelo meu sucesso. Muito obrigada!!! Amo muito vocês, família!!!

À minha orientadora e amiga, Prof^a. Dr^a. Lília Cavalcante, pela oportunidade de inserção no meio acadêmico e científico, por ter me apresentado ainda no início da graduação a esse mundo fascinante. Mundo este, pelo qual me apaixonei, e hoje, com toda certeza, posso dizer que o escolhi como meu, como o que quero para minha vida. Agradeço pela amizade, pela paciência, pelas orientações e ensinamentos durante esses 6 anos de convivência. Por ter sempre acreditado em mim, em minha competência, e se hoje posso dizer que me sinto pronta e segura para ser mestre, sem dúvidas devo isso a você!!! As palavras me faltam para dizer o quão sou grata a você, e na falta delas, deixo o meu MUITO OBRIGADA POR TUDO, Lília!!!

Aos meus amigos e irmãos do coração: Gabriela, Camila, Raissa, Adriana, Thiago, Natalia, Juliana Maués, Aline Sena. Vocês são a família que papai do céu me permitiu escolher, e Ele foi muito generoso comigo, ao me mandar vocês. Obrigada pelo apoio, pela força sempre, em especial nos momentos mais delicados, pela compreensão por todas as vezes que precisei me ausentar. Obrigada meus irmãozinhos, os amo imensamente, de uma forma única.

À família LED, a qual se tornou minha rede de apoio nesses dois anos. Sim, família, onde conheci e convivi com muitos IC's, mestrando e doutorando, dentre

os quais muitos se tornaram amigos queridos, com que pude compartilhar conhecimentos, angústias, medos, alegrias. Certamente sentirei falta das risadas, das brincadeiras, dos telefonemas, zaps e e-mails, seja para dividir alegrias ou pedir aquela ajudinha. Muito obrigada!!! Independente dos caminhos que vida venha trilhar para cada um de nós, vocês estão no meu coração, e já fazem parte da minha vida. Sem vocês teria sido muito mais difícil chegar até aqui!!! O meu muito obrigada família LED!!!

As graduandas Izis e Alessandra, por terem contribuído com afinco na coleta dos dados desse trabalho. O meu muito obrigada, meninas!!!

Ao PPGTPC e todos os professores, em especial professora Celina Magalhães, Simone Silva e Fernando Pontes, por oportunizarem mais essa etapa na minha carreira acadêmica, sempre prontos a ajudar em qualquer situação.

Ao Espaço de Acolhimento Provisório Infantil (EAPI), e ao Espaço de Acolhimento Cordeirinho de Deus, pelo carinho e atenção de todos os profissionais para comigo, os quais contribuíram imensamente para a realização desta pesquisa.

O meu agradecimento a todas as crianças e familiares que se permitiram ser entrevistados e observados, por oportunizarem a realização desta pesquisa, e do meu crescimento enquanto pessoa e pesquisadora. Obrigada pela confiança em compartilhar seus medos, angústias, receios, dúvidas e alegrias.

À minha avó, minhas tias, tios, primos e primas, que estiveram ao meu lado, dando incentivo e apoio, em especial nos momentos em que eu me sentia mais insegura ou fragilizada. Obrigada, vocês são essenciais na minha trajetória!!!

E, por fim, porém, indispensável, agradeço a Deus, meu grande amor, meu melhor amigo e companheiro de todas horas, por ter permitido que todas essas pessoas façam parte da minha vida, pela minha saúde e por todo conhecimento, que possibilitou a conclusão deste trabalho e o alcance de mais esta vitória.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	10
APRESENTAÇÃO	12
	16
CAPITULO I: Introdução	
CAPÍTULO II: A Visita Familiar em Instituições de Acolhimento de Crianças na Região Metropolitana de Belém	26
Resumo	26
Abstract	27
Introdução	28
Método	36
Resultados	40
Discussão	48
Considerações Finais	55
CAPÍTULO III: A Visita Familiar em Instituições de Acolhimento: A Preparação do Ambiente e da Criança na Visão de Educadores e Técnicos	59
Resumo	59
Abstract	60
Introdução	61
Método	72
Resultados	77
Discussão	87
Considerações Finais	99
CAPÍTULO IV: A Visita Familiar como Processo Proximal	102
Resumo	102
Abstract	103
Introdução	104
Método	113
Resultados	120
Discussão	134
Considerações Finais	142
CAPÍTULO V: Considerações finais da dissertação	145
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	154
Anexo A – Questionário de Caracterização da Instituição (QCI)	155
Anexo B – Formulário de Caracterização da Criança (FCC)	165
Anexo C – Entrevista Semiestruturada com Educadores e Técnicos	171
Anexo D – Entrevista Semiestruturada com Familiares	173
Anexo E – Ficha de Registro dos Dados Observacionais	175
Anexo F – Documento de aprovação do Comitê de Ética	176

RESUMO

SILVA, T. S. R. (2015). *A visita familiar no contexto do acolhimento institucional de crianças. Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. P. 178.

A visita familiar (VF) deve ser entendida como um importante meio de aproximação entre pessoas que, por razões diversas, encontram-se afastadas uma da outra e/ou tiveram o convívio dificultado. Esta pesquisa objetivou investigar aspectos que caracterizam a visita familiar em instituições de acolhimento infantil na Região Metropolitana de Belém (RMB). Para tal, foram realizados três estudos, sendo um quantitativo e dois qualitativos, com caráter descritivo-exploratório. O primeiro estudo buscou descrever características gerais da visita familiar em instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém. O segundo estudo investigou aspectos da organização do ambiente e da preparação da criança antes, durante e após a visita, considerando, para tanto, o ponto vista de técnicos e educadores nas instituições pesquisadas. Já o terceiro investigou a visita familiar como processo proximal, analisando as interações ocorridas entre crianças que estavam em situação de acolhimento e familiares que as visitavam. No primeiro estudo, por se tratar de uma pesquisa documental, a coleta dos dados foi feita exclusivamente em prontuários disponibilizados pelas instituições pesquisadas, utilizando como instrumentos de pesquisa um formulário de caracterização de crianças e um questionário de descrição da instituição. No segundo estudo a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas para identificar a percepção dos técnicos e educadores acerca da VF nesse contexto específico. Já no terceiro estudo a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com os visitantes e a observação das suas interações com as crianças no momento da visita. Os resultados do primeiro estudo indicaram que houve associação estatisticamente significativa entre a condição da criança receber ou não receber visita com as seguintes variáveis: tempo de acolhimento ($p=0,034$) e destino da criança após a sua saída da instituição ($p=0,012$). Constatou-se ainda associação estatisticamente significativa entre a condição da criança receber ou não visita da mãe com as seguintes variáveis: abandono ($p=0,25$) e violência sexual ($p=0,002$), assim como visita dos tios com abandono ($p=0,001$) e violência sexual ($p=0,000$). Além disso, os resultados indicaram uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis receber visita da comunidade com abandono como motivo do acolhimento da criança ($p=0,037$). No segundo estudo, os dados da pesquisa sugerem que na instituição governamental pouca ou nenhuma atenção tem sido dada à preparação da criança e do ambiente para o momento destinado à visita familiar, enquanto que na instituição não governamental observou-se um cuidado e uma atenção maiores com essa forma de contato face-a-face e a convivência social entre membros de uma mesma família ou comunidade que por quaisquer razões foram afastados. No terceiro e último buscou discutir por que e como a visita pode se constituir em um processo proximal importante em termos da bioecologia do desenvolvimento humano. Com base em quatro estudos de caso, foram analisados aspectos que procuraram descrever os processos proximais observados em diferentes momentos de visita familiar. Os resultados apontaram que, em todos os casos, houve efeitos de competência

e de disfunção nas relações proximais entre os visitantes e os visitados. Os estudos relatados no presente trabalho permitiram verificar que a visita familiar (VF) pode atuar como um meio de garantir o direito à convivência familiar e comunitária para crianças acolhidas institucionalmente, na medida em que contribui em razão da qualidade das interações mantidas nesse momento para a preservação dos vínculos familiares. Neste sentido, considera-se que a visita familiar pode favorecer o desenvolvimento saudável da criança mesmo em um ambiente muitas vezes hostil, como as instituições de acolhimento, e por isso deve ser incentivada a sua prática e novas investigações sobre o tema.

Palavras-chave: Visita familiar, preparação para visita, processo proximal, instituição de acolhimento infantil, crianças institucionalizadas

ABSTRACT

The family visit (VF) should be understood as an important means of bringing people together who, for various reasons, are far apart and / or had difficult relationship. This research aimed to investigate aspects that characterize the family visit in child care institutions in the metropolitan area of Belém. For this, three studies were performed, one quantitative and two qualitative with descriptive and exploratory approaches. The first study aimed to describe general characteristics of family visit in host institutions in the metropolitan region of Belém. The second study investigated aspects of environmental organization and the preparation of the child before, during and after the visit, considering, therefore, the point of view of the technicians and educators in the surveyed institutions. The third study investigated the family visit as a proximal process, analyzing the interactions occurring among children who were in the child care institutions and the family that visited these infants. In the first study, as the research was done through documentary research, data collection was made exclusively from medical records provided by the institutions surveyed, using two research tools: a characterization form of children and a description of the institution questionnaire. In the second study, the collection data was carried out using semi-structured interviews to identify the perception of technicians and educators about the VF in a particular context. In the third study, data collection was carried out through semi-structured interviews with visitors and the observation of their interactions with the children at the time of visit. The results from the first study indicated that there was a significant statistically association between the condition of the child receive or not the visit with the following variables: the welcoming time ($p = 0.034$) and the destiny of the child after leaving the institution ($p = 0.012$). It was verified that there was a significant statistically association between the condition of the child receive or not mother's visit with the following variables: abandonment ($p = 0.25$) and sexual violence ($p = 0.002$) as well as with the visit of uncles who abandon ($p = 0.001$) and sexual violence ($p = 0.000$). In addition, the results indicate a significant statistically association between the variables to receive community's visit with the abandonment as a motive of the caring for the child ($p = 0.037$). In the second study, the data suggest that in the government institution little or no attention has been given for the preparation of the child and for the environment at the moment of the family's visit while in the non-governmental organization, it was observed a care and great attention to this form of face-to-face and social interaction among members of the same family or community, separated for whatever reason. In the third and last study, it was discussed why and how the visit can constitute an important proximal process in terms of bioecology of human development. Based on four case studies, aspects were analyzed searching to describe the proximal processes observed at different moments of the family visit. The results showed that in all cases there were effects of competence and dysfunction in the proximal relationship between the visitors and the ones who are visited. The studies helped to verify that the family visit (VF) can act as a means to guarantee the right to family and community life for children institutionally accepted, in that it contributes through the quality of interactions held at this time for the preservation of ties relatives. In this sense, it is considered that the family visit can promote the healthy development of the child even in a often hostile environment, such as host institutions.

Keywords: Family visit, Child's preparation for the visit, Proximal Process, Child care institution, institutionalized children

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação orientou-se pela proposta de investigar aspectos que caracterizam a visita familiar (VF) no contexto das instituições de acolhimento de crianças, na perspectiva da bioecologia do desenvolvimento humano. Trata-se de um tema ainda pouco explorado, especialmente na área da Psicologia do Desenvolvimento, mas que possui relevância social e acadêmica na atualidade, sobretudo por sua importância estratégica para a preservação dos vínculos familiares quando a criança vivencia a perda ou a separação temporária dos pais ou outro cuidador habitual.

Nas acepções mais comuns, o termo visita constitui-se no ato de ir ver alguém, em casa ou em outro local onde esteja, seja por cortesia, dever ou afeição. Nesse sentido, a visita (ou visitação) se define também como o contato planejado e face-a-face entre a criança ou adolescente e sua família, seja esta nuclear ou extensa, nas situações em que a convivência no ambiente familiar foi interrompida.

Assim, a visita em espaços de acolhimento se caracteriza pela ida de um familiar da criança até a instituição onde ela se encontra acolhida em busca de notícias, contato e convívio. É uma prática inscrita na rotina da instituição, que envolve a pessoa que recebe a visita (criança/adolescente em situação de acolhimento) e aquela que faz a visita (pais, avós, irmãos e/ou outros familiares).

Conforme Mandú, Gaíva, Silva e Silva (2008), a visita familiar deve ser entendida como um importante meio de aproximação entre pessoas que, por razões diversas, encontram-se afastadas uma da outra e/ou tiveram o convívio dificultado. Por essa razão, as crianças e os adolescentes em instituições de acolhimento, mas também adultos e idosos em hospitais, presídios e asilos, podem se beneficiar do contato regular com parentes e amigos. Na medida em que a visita familiar acontece de forma

sistemática e com interações positivas (contato afetivo, apoio mútuo), os seus benefícios parecem ser evidentes independente do contexto pesquisado, sendo questionada sua validade apenas em situações especiais (diante da gravidade do quadro clínico do paciente e/ou presença de crianças bem jovens em ambiente inadequado)

No Brasil, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foi possível reconhecer na visita familiar uma forma de se fazer valer o direito à convivência familiar em contextos caracterizados pela privação do cuidado parental. Nesses termos, a visita familiar começa a receber maior atenção por parte dos gestores dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, assim como em outras partes do mundo, sobretudo devido a sua importância para o bem-estar infantil. Estudos (Silva, Magalhães, & Cavalcante, 2014; Carvalho & Delgado, 2014) vêm mostrar que tal prática pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento da criança em situação de acolhimento institucional, especialmente no que se refere ao fortalecimento dos vínculos afetivos, além de ser reconhecido como essencial para qualquer trabalho voltado à reintegração familiar.

Aos poucos, a visita familiar vem sendo discutida como uma estratégia fundamental na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que estão crescendo em instituições de acolhimento infantil, casas-lares, entre outras modalidades na atualidade. Apesar disso, supõe-se que haja ainda um longo caminho a ser percorrido até que essa prática ocupe de fato um lugar de destaque na legislação e na política de proteção à infância.

Entende-se que novas pesquisas devam ser realizadas para que os limites e as possibilidades da visita familiar no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes possam ser mais bem compreendidos. Com esse propósito, esta pesquisa investigou aspectos gerais da visita familiar em instituições de acolhimento infantil na

Região Metropolitana de Belém. Para tanto, foram realizados três estudos independentes, mas interligados, todos orientados pelo propósito da pesquisa. Foram levantados dados para caracterização biopsicossocial de crianças que se encontram nessa situação especial e também de seus visitantes mais comuns, no período de agosto de 2014 a janeiro de 2015, assim como verificar o que pensam familiares, técnicos e educadores acerca da visita familiar nesse contexto específico.

O Estudo I propôs-se a descrever aspectos gerais que definem as visitas familiares em instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém no ano de 2012. O Estudo II pretendeu identificar se e como ocorreu a organização do ambiente institucional e a preparação da criança antes, durante e após o momento da visita familiar, identificando aspectos da rotina e das práticas estabelecidas nesse processo. O estudo III buscou discutir por que e como a visita familiar pode se constituir em um processo proximal importante em termos da bioecologia do desenvolvimento humano, orientando a análise pretendida pelos quatro núcleos do modelo: pessoa-processo-contexto-tempo.

É importante destacar que a proposta aqui apresentada é parte integrante de um projeto de pesquisa maior intitulado “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”, o qual faz parte do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), que está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará. O Laboratório realiza pesquisas sobre o desenvolvimento humano nos contextos urbano e rural, com comunidades ribeirinhas, em escolas e instituições de acolhimento, como é exatamente o caso da aqui proposta.

Em conformidade com as pesquisas que vêm sendo realizados pelo LED, espera-se que os resultados dos estudos propostos possam colaborar para a avaliação e

orientação das políticas públicas voltadas à infância em situação de vulnerabilidade, principalmente no que se refere à formulação de novas orientações que regulamentem a visita familiar no contexto das instituições de acolhimento a fim de que essas possam contribuir para um desenvolvimento mais saudável da criança e para sua reinserção em sua família de origem.

CAPÍTULO I

Conforme Mandú, Gaíva, Silva e Silva (2008), a visita familiar deve ser entendida como um importante meio de aproximação entre pessoas que, por razões diversas, encontram-se afastadas uma da outra e/ou tiveram o convívio dificultado. Por essa razão, crianças e os adolescentes em instituições de acolhimento, mas também adultos e idosos em hospitais, presídios e asilos, podem se beneficiar do contato regular com parentes e amigos. Na medida em que a visita familiar acontece de forma sistemática e com interações positivas (contato afetuoso, apoio mútuo), os seus benefícios parecem ser evidentes independente do contexto pesquisado, sendo questionada sua validade apenas em situações especiais (diante da gravidade do quadro clínico do paciente e/ou presença de crianças bem jovens em ambiente inadequado).

A visita dos familiares de crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional pode ser vista como uma intervenção que tem como objetivo mais comum a reunificação familiar (Hess & Porch, 1993). Os autores colocam ainda que a visita é essencial para evitar a sensação de abandono por parte da criança e também para fortalecer os vínculos entre mãe-filho.

A visita pode servir ainda como um contexto de aprendizagem para a família que está disposta a fornecer um ambiente seguro para crianças/adolescentes que se encontram em instituição de acolhimento, buscando assim reduzir os danos que a convivência nesse tipo de ambiente poderia trazer (Siqueira & Dell’Aglia, 2011). Entende-se que os benefícios da visita se dariam por meio do sentimento de segurança transmitido pelos familiares à criança e ao adolescente, como discutem essas autoras. Ou seja, principalmente quando a criança e seus familiares desejam manter um contato mais próximo e regular entre si, considera-se que a visita pode levar a ganhos desenvolvimentais para as elas e a promoção da manutenção dos laços socioafetivos.

Ainda conforme Siqueira e Dell'Aglio (2011), a visita é um direito da criança e do adolescente e sua prática os ajuda, bem como a sua família, a enfrentar e a lidar com todas dores decorrentes do afastamento familiar. As autoras destacam ainda que a visita traz um sentimento de esperança e maior responsabilidade para a família, e comumente ela contribui para mudanças significativas com os membros da família, os quais aprendem novas formas mais eficazes de interagirem com suas crianças/adolescentes; contribui também ajudando o familiar a combater ideias equivocadas acerca do afastamento familiar, melhorando sua capacidade de enfrentar a realidade, e por fim, sua frequência regular reduz consideravelmente o período de permanência da criança/adolescente na instituição de acolhimento.

A visita familiar já vem sendo percebida como uma situação que pode trazer importantes benefícios nos casos em que há isolamento de pessoas do convívio cotidiano e social, ainda que seja capaz de oferecer riscos à integridade física, psicológica e sexual dos sujeitos envolvidos. Exemplos típicos dessas situações são crianças e adolescentes que residem em instituição de acolhimento (abrigos, orfanatos, casas-lares, entre outras), além de pessoas que se encontram internadas em hospitais, asilos, penitenciárias, quando houve ruptura de convivência entre pessoas. Em geral, estudos (Borges., Genaro & Monteiro, 2010; Pinto & Hirdes, 2006; Oliveira & Lima, 2013; Silva., Magalhães & Cavalcante, 2014) mostram que são esperados os benefícios trazidos pela visita familiar, mesmo que riscos e ameaças dela derivados não estejam descartados. A seguir serão apresentados alguns estudos e políticas que tratam de vários aspectos que definem a visita familiar em diferentes contextos, mostrando situações em que a criança ou o adolescente são visitados por seus familiares, e ocasiões nas quais eles é que são os visitantes.

A visita de crianças em unidade de terapia intensiva (UTI) adulto, desperta inúmeras opiniões entre os membros da equipe de saúde. A maioria dos hospitais permite apenas a entrada de adolescentes e adultos na UTI, todavia alguns profissionais se sensibilizam e acabam permitindo que crianças entrem para ver seu ente querido. Porém, esta atitude nem sempre é bem vista por outros membros da equipe, que colocam que a criança fica exposta a infecção hospitalar, além da mesma pode ficar traumatizada e descompensada emocionalmente. Tais argumentos têm fundamento, embora não pareçam suficientes para impedir a criança de entrar em uma UTI, pois, desta maneira, ela poderá ficar impedida, por exemplo, de se despedir de despedir de um membro da família que está partindo (Borges., Genaro & Monteiro, 2010).

A pesquisa realizada por Borges, Genaro e Monteiro (2010) aponta que a visita da criança a um parente internado na UTI é essencial, tendo em vista que a ansiedade e os sentimentos da criança relacionados ao medo da morte e ao abandono tendem a diminuir após a visita, já que ela fica tendo noção do estado de saúde do familiar. Colocam ainda que ao visitar o seu ente que se encontra na UTI, a criança consegue compreender as mudanças de comportamento dos seus familiares. Por fim, os autores afirmam que as crianças que ficam a par do estado delicado de seu parente, através das visitas que realizam ao mesmo que está na UTI, tendem a diminuir o medo e ansiedade em relação à morte de seus familiares, quando a visita é liberada.

Na área da saúde, a visita, segundo a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (Brasil, 2004), constitui-se como o elo entre o paciente e sua rede social, possibilitando a manutenção do projeto de vida do mesmo, deixando claro que o visitante é o representante da rede social da pessoa afastada do convívio familiar e comunitário. Pelo documento, existe o entendimento de que as visitas possibilitam o reconhecimento, pelo paciente e pelo visitante, das mudanças ocorridas durante a

internação. Para a equipe técnica, a visita serve principalmente para orientar os visitantes da importância de seus cuidados. Para o internado, a visita se constitui como uma confirmação de afeto a ele destinado, o que corrobora para o fortalecimento dos vínculos afetivos, favorecendo uma continuidade entre o contexto de internação e contexto familiar.

Conforme Pinto & Hirdes (2006), a família dos detentos é a ligação mais relevante dos mesmos com o mundo exterior. Portanto, a visita familiar deve ser tratada como um tema que permeia com frequência as conversas entre os detentos, os quais têm esse momento de encontro com a família como o mais importante de suas vidas nas circunstâncias em que se encontram. Nesses termos, configura-se a visita familiar como um meio de suporte emocional, promovendo a ligação entre o preso e a sociedade, já que esta relação é fundamental durante e após o cumprimento de pena.

De acordo com Oliveira e Lima (2013), durante a visita do familiar é onde os detentos normalmente exprimem suas emoções, compartilham suas angústias e anseios. A ausência do familiar acarreta neles sensação de vergonha, abandono, dentre outros sentimentos. Alguns detentos costumam manter um espaço reservado para a família em sua cela, onde colocam fotos e outros pertences que o façam lembrar dos seus membros.

De volta ao contexto das instituições de acolhimento, cita-se estudo realizado por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), o qual destacou que a visita à criança nessa condição sociojurídica de proteção especial é muito importante, principalmente quando se busca avaliar medidas destinadas a promover a sua reinserção na família e a abreviação do tempo passado nesse ambiente extrafamiliar. A pesquisa demonstrou que apenas 13,59% das crianças foram visitadas por seu pai e sua mãe em um mesmo encontro. Tal percentual se altera quando se observa o número de crianças que receberam visitas de seus pais, mas acompanhados de outros parentes (20,41%). Já

quando se refere às visitas que contaram com a presença apenas da mãe (28,91%) ou do pai (4,89%), os resultados demonstram que, como ocorre fora dos limites do espaço de acolhimento infantil, são poucas as crianças em situação de acolhimento cujos pais ainda convivem como casal e compartilham responsabilidades devidas aos filhos. Também houve casos em que as visitas foram feitas por parentes que compareceram à instituição de acolhimento sozinhos (11,15%), sem a companhia dos pais da criança. No geral, os parentes que mantinham contato regular com as crianças eram os avós, tios, primos ou irmãos mais velhos.

Entretanto, admite-se que nem sempre, no decorrer da história de proteção a infância, a visita foi reconhecida na perspectiva dos direitos sociais. Durante todo o período colonial, até o fim da década de 1980, a literatura não destaca a ocorrência da visita familiar em instituições asilares e tão pouco sua importância para a criança. Em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa perspectiva começou a mudar. Estabeleceu-se o princípio de que toda criança e adolescente tem direito à convivência familiar e comunitária. A nova legislação prevê que eles devem ter convivência com sua família de origem e com a comunidade, mesmo quando se encontrem institucionalizados. A importância da garantia do direito à convivência familiar e comunitária introduziu de forma mais clara a discussão acerca da importância da visita à criança e ao adolescente que reside em instituições, ainda que provisoriamente.

O direito à convivência familiar ganha destaque com a promulgação do ECA (1990), mesmo que muitas vezes este seja violado por ação ou omissão do próprio Estado. Torna-se, assim, fundamental para aplacar o problema do acolhimento institucional feito até então de forma indiscriminada, e sem respeito aos vínculos socioafetivos já estabelecidos. Pelos dispositivos legais previstos no ECA, a

convivência familiar pode ser garantida por meio da visita da familiar durante o período que durar o acolhimento institucional, bem como reforça o entendimento de que o convívio comunitário precisa ser garantido, buscando formas adequadas para isso, como por exemplo, quando a instituição leva suas crianças e adolescentes para o ambiente externo, como escola, igrejas, centros comunitários, praças para passear, dentre outros, a fim de transitar em meios diferentes e ter experiências de convívio com outras pessoas, além daquelas com as quais lidam diariamente na instituição. Com o objetivo de fazer valer o direito à convivência familiar, a visita configura-se como uma estratégia que pode ser acionada e se mostra eficaz na reintegração ao convívio na família e comunidade de origem.

Pelo exposto, necessita-se ter claro que a institucionalização de crianças e adolescentes, conforme trouxe o ECA (Brasil, 1990), tem caráter excepcional e provisório, e precisa ter como objetivo o retorno o mais breve possível da criança ou adolescente a sua família de origem (Silva & Aquino, 2005). Para que isso ocorra, enquanto durar a medida de proteção especial, as instituições de acolhimento devem contribuir para manter os vínculos familiares de crianças e adolescentes que nelas se encontram, fortalecendo a perspectiva da importância da visita familiar.

Do mesmo modo, parâmetros estabelecidos com a Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009), definem uma vez mais o acolhimento institucional como uma medida jurídica que visa garantir o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes que se encontram em uma situação especial, separados de sua família. Nesses termos, a visita familiar acaba por se colocar como uma importante estratégia na consecução desse direito previsto em mais uma legislação de proteção à infância e adolescência no país.

Conforme o Relatório da Infância e da Juventude (2013), o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária foi inserido na Constituição Federal

como dever da família, da sociedade e do Estado. Além disso, o relatório aponta que família é referência de afeto e proteção, onde os primeiros vínculos da crianças são formados, e elas podem desenvolver sua autonomia e experimentar as primeiras emoções. Logo, é possível afirmar, que quanto mais visitas a criança em situação de acolhimento recebe de seus familiares maior a probabilidade dela conseguir manter ou restabelecer os vínculos socioafetivos antes estabelecidos. Até por isso, admite-se que a visita é um processo proximal como define Bronfenbrenner (2011), pois ela é capaz de promover o desenvolvimento psicossocial da criança que se encontra longe de casa e vivendo em uma instituição de acolhimento.

O Relatório da Infância e da Juventude (2013) identificou que nos espaços de acolhimento institucional mais de 75% das entidades informaram que há atendidos que chegam a ficar mais de dois meses sem receber uma única visita dos pais. Este é um quadro de extrema gravidade, já que quanto menor a frequência das visitas, maior a probabilidade de os vínculos que unem a família à criança ou ao adolescente se enfraquecerem consideravelmente. Dessa forma, as chances de reinserção bem-sucedida serão bastante reduzidas, resultando no aumento do tempo de permanência passado aos cuidados do serviço de acolhimento, com uma maior chance de fracassada a tentativa de retorno ao convívio com a família de origem, o indivíduo volte a ser institucionalizado.

Evidentemente, há casos em que a visitação não é recomendável para a criança acolhida. Essas são situações excepcionais e menos frequentes, e caberá à equipe técnica buscar alternativas ao convívio familiar, mediante a inclusão da criança em programa de acolhimento familiar, quando for o caso, ou até o seu encaminhamento para colocação em família substituta (Relatório da Infância e da Juventude, 2013).

A visita pode se apresentar como uma estratégia de garantia de direitos as crianças que estão em situação de acolhimento institucional. Isso se deve ao fato de que

é por meio da visita familiar que se pode verificar a extensão do interesse da família pelo retorno imediato ou não da criança, além de que se avaliar com mais precisão as condições objetivas e subjetivas colocadas para a sua reinserção ao meio familiar (Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014). As autoras destacam ainda que é por meio da visita familiar se pode verificar a chance de reinserção familiar, sendo benéfica quando acompanhada por profissionais qualificados para apoiar tanto quem está recebendo a visita, quanto quem está sendo visitado. Nessas condições, a visita potencializa o efeito de fatores que promovem o desenvolvimento saudável da criança: preservação de vínculos sociais e afetivos com sua família e comunidade de origem.

Entretanto, a VF potencializa a ação de fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento da criança e do adolescente (Álvaro & Lobato, 2013). Os autores destacam ainda que a criança quando se encontra em um espaço de acolhimento institucional, normalmente um ambiente empobrecido, supõe-se que fique exposta aos efeitos prejudiciais dessa experiência, principalmente quando isso acontece nos primeiros anos de vida e por muito tempo. Estes prejuízos ao desenvolvimento da criança tendem a ser mais facilmente observados quando a criança sofreu antes algum tipo de dano causado por sua própria família, como nos casos em que sofreu maus-tratos e abuso sexual (Picolini, Hutz, & LaskoskiII, 2012; O & S, 2005), tendo inclusive isso motivado a sua institucionalização. Mesmo assim, em algum momento, a família arrepende-se e começa a fazer visitas à criança (Carvalho & Delgado, 2014). Nestes casos, é comum que a criança tenha medo de permanecer na companhia do familiar, não interaja com este durante a visita, e que este momento em vez de lhe ser benéfico, acabe por expô-la a novas situações de risco (Carvalho & Delgado, 2014). Este tipo de situação pode gerar resultados negativos por comprometer o bem-estar, desenvolvimento e desempenho social da criança (Álvaro & Lobato, 2013). Entende-se,

portanto, que a visita tem inúmeras implicações para o desenvolvimento infantil, ora positivas, ora negativas.

Nesse sentido, a presente pesquisa assumiu o desafio de pensar a visita familiar no campo da bioecologia do desenvolvimento de crianças que vivem em instituições de acolhimento, conforme Bronfenbrenner (2011). Isso significou compreender a visita familiar como um processo proximal capaz de articular, ao mesmo tempo, pessoas, contextos e processos por meio de interações e relações, sendo possível promover positiva ou negativamente o desenvolvimento humano.

Aqui, a visita familiar é considerada como um momento de interação entre a família e a criança, sendo o processo proximal nada mais que o conjunto das interações e relações estabelecidas nesse contexto específico. Ou seja, defende-se que esse conjunto de interações pode se constituir como uma base segura e estável para a construção e/ou o fortalecimento do vínculo entre a criança visitada na instituição em que permanece acolhida e sua família de origem. Em termos teóricos, a definição do termo visita familiar como um processo proximal está baseada no Modelo Biológico do Desenvolvimento Humano, ou seja, nos quatro núcleos que o constituem: pessoa-processo-contexto-tempo (PPCT). Nesta pesquisa, por pessoa, entende-se a criança que em situação de acolhimento institucional; por processo, as interações estabelecidas entre a criança e seu familiar que a visitava; por contexto, o ambiente onde as visitas ocorriam, e por tempo, o período que o familiar e a criança passavam juntos.

Numa abordagem bioecológica considera-se na visita familiar, a criança e seus familiares quando entram em contato e interagem entre si, eles deixam claro as relações estabelecidas que ligam ambientes internos e imediatos a ambientes externos e remotos. Este encontro entre pessoas, contextos e processos, próximos e distantes, ao mesmo tempo pode ser melhor estudado na perspectiva da bioecologia do desenvolvimento

humano. Este é, portanto, o pressuposto teórico que orientou as investigações empíricas nesta pesquisa.

CAPÍTULO II

A Visita Familiar em Instituições de Acolhimento de crianças na Região Metropolitana de Belém

Resumo

O estudo objetivou descrever aspectos gerais da visita familiar em instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém (RMB), buscando identificar se crianças nessa condição recebiam algum tipo de visita, e, em caso positivo, quem as visitavam e com que frequência, procurando refletir sobre as possíveis implicações disso para o desenvolvimento infantil. O levantamento foi realizado em 10 instituições de acolhimento infantil da Região Metropolitana de Belém (RMB), as quais acolhem crianças de zero a onze anos. Por se tratar de uma pesquisa documental, a coleta dos dados foi feita exclusivamente em prontuários disponibilizados pelas instituições pesquisadas. Foram examinados 205 prontuários. Utilizou-se um formulário para caracterização das crianças e um questionário para descrição das instituições de acolhimento, ambos elaborados a partir de pesquisa nesse tipo de espaço. Esses instrumentos possibilitaram o registro dos dados referentes às características das crianças que receberam ou não receberam visita familiar, no ano de 2012, o período de abrangência da pesquisa. Os resultados indicaram ainda que houve associação estatisticamente significativa entre a condição da criança receber ou não visita familiar com as seguintes variáveis: retorno à família extensa após o período passado na instituição ($p=0,012$) e tempo de acolhimento ($p=0,034$). Constatou-se a existência de associação estatisticamente significativa entre o fato da criança receber ou não visita da mãe com as seguintes variáveis: abandono ($p=0,025$) e violência sexual ($p=0,002$), assim como receber visita dos tios com abandono ($p=0,001$) e violência sexual ($p=0,000$), além de apresentar associação estatisticamente significativa em relação à visita da comunidade com a variável abandono ($p=0,037$). Outrossim, dentre os principais resultados obtidos com a regressão logística está o dado de que a criança que recebeu visita da mãe tem até 80 vezes mais chances de receber alguma visita, já aquela que está acolhida por motivo de violência sexual tem 4 vezes mais chance de receber alguma visita quando comparada a uma que não sofreu essa forma de abuso. O conjunto de dados apresentados mostra que a maioria das crianças estava na faixa etária de 3 a 8 anos, acolhidas majoritariamente por um período de dois anos, e ainda que das 205 crianças que estavam acolhidas no ano da pesquisa 84,4% receberam alguma visita, enquanto 15,6% não receberam qualquer visita e, quando isso acontecia, quem mais a visitava era a mãe. Portanto, pode-se concluir que, é necessário que os familiares tenham um olhar mais atento para o momento da visita familiar a fim de que não percam o contato suas crianças, pois da sua regularidade depende a reconstrução e manutenção dos vínculos sociais e afetivos. Além do que, quanto menos tempo essa criança passar institucionalizada, e, nesse período, em contato com seus familiares, maior a probabilidade dela retornar para o seio familiar.

Palavras-chave: Visita familiar, instituição de acolhimento, crianças institucionalizadas

Abstract:

The study describes general aspects of family visit in host institutions in the metropolitan region of Belém (MRB) in order to identify if children in this condition, received visit, if so, from whom, and how often seeking to reflect on the possible implications for child development. The survey was conducted with 10 children from care institutions in the metropolitan region of Belém (MRB) which welcome children from birth to eleven years. As it is a documentary research, data collection was made exclusively from medical records provided by the institutions surveyed. 205 records were examined. A characterize form of the children and a questionnaire for the description of the host institutions were used, both drawn from researches done in this area. These instruments allowed the recording of data referred to the characteristics of the children who received or did not receive family visits in 2012, the research coverage period. ##The results also indicated that there was a significant statistically association between the condition of a child receive or not a family visit with the following variables: return to the extended family after being hosted to the institution ($p = 0.012$), and the welcoming time ($p = 0.034$). It was found the existence of a significant statistically association between the fact of receiving or not the mother's visit with the following variables: abandonment ($p = 0.025$) and sexual violence ($p = 0.002$), as well as to receive the visit of uncles with abandonment ($p = 0.001$) and sexual violence ($p = 0.000$), besides presenting a significant statistically association in relation to the visit of the community with the variable abandonment ($p = 0.037$). Moreover, among the main results of the logistic regression are that the child that received his or her mother's visit has 80 times more chances of receiving any visit, the child who is already welcomed because of sexual violence has four times more chances of receiving visitors compared to the one who has not suffered sexual violence. The presented data set shows that most children from 3 to 8 years old were largely accepted for the period of 2 years, 205 children were welcomed in the year of the survey, from which 84.4% received some visits, while 15.6% did not receive any visits and who visited more was the mother. Therefore, it can be concluded that it is necessary that family members have a closer look at VF in order not to lose contact with their children because the regularity of the visits depends on the reconstruction and maintenance of social and emotional bonds. Besides, the less time this child spends institutionalized, and in this period are in contact with their families, they are more likely to return to their family environment.

Keywords: Family visit, the host institution, institutionalized children

A visita familiar em instituições de acolhimento infantil é um tema ainda pouco explorado, mas que possui relevância social e acadêmica nos dias de hoje (Carvalho & Delgado, 2014, Silva, Magalhães, & Cavalcante, 2014., Siqueira & Dell’Aglío, 2011). Principalmente, isso se deve, por sua importância estratégica para a preservação dos vínculos familiares quando a criança vivencia a perda ou a separação temporária dos pais ou outro cuidador habitual.

A visita em instituição de acolhimento consiste no tempo real que o familiar e a criança acolhida passam juntos. Ela pode ser formal ou informal (Holcomb, 2004), assim como ser supervisionada ou semi supervisionada, isto é, fornecendo orientação necessária para ajudar a apoiar uma interação positiva entre o familiar e a criança. O supervisor de visita, no caso, o educador ou o técnico (psicólogo e/ou assistente social), pode ajudar nesse momento, orientando e contribuindo para que ocorram interações adequadas entre o familiar e a criança. O supervisor pode orientar o familiar a como se comportar junto à criança, no sentido de estabelecer e/ou fortalecer o vínculo com ela (Holcomb, 2004).

Na visita dos familiares às suas crianças é importante observar as interações mantidas entre eles. As trocas estabelecidas pela díade familiar-criança no momento em que a visita está ocorrendo são fontes de informação valiosas, na medida em que dizem muito do modo como a mãe e/ou o pai se portam quando estão com o filho entregue aos cuidados da instituição. Dessa forma, a visita pode ser vista como o principal veículo para que ocorra a reunificação familiar, merecendo atenção criteriosa dos profissionais e autoridades responsáveis pelos encaminhamentos derivados desse processo (Triseliotis, 2010).

Visitas familiares são oportunidades valiosas para ajudar as crianças que estão institucionalizadas a lidarem bem com o trauma de terem sido separadas de suas

famílias, como explica Weintraub (2008). Entretanto, é importante ressaltar que nem sempre a visita familiar destinada a crianças mantidas em instituições asilares foi compreendida dessa maneira, e, conseqüentemente, pouca ou nenhuma importância era dada à necessidade de existir um contato regular e próximo da criança com membros da sua família.

Desde o período colonial até a atualidade, a infância brasileira, sobretudo as crianças abandonadas que viviam em situação de vulnerabilidade social, têm sido marcada por períodos conflituosos em suas vidas. Observa-se que, há muito tempo, a prática de separar crianças que são pobres e vulneráveis do convívio com seus familiares se faz presente, com maior ou menor visibilidade social. A história da assistência social no Brasil é marcada, portanto, pela trajetória de séculos de institucionalização de crianças em internatos e orfanatos, que representavam à época o modelo de atendimento social às crianças pobres (Rizinni & Rizinni, 2004).

Ainda no período colonial, conforme estudos de Rizinni e Pilotti (2009), foi criada a Roda dos Expostos, que visava acolher crianças abandonadas. A partir do momento em que crianças eram deixadas nessas instituições fechadas, elas comumente passavam a viver sem qualquer tipo de contato com sua família origem (Marcilio, 1998). Ou seja, nessas circunstâncias sociais e históricas, normalmente a família não via mais a criança, nem muito menos tinha o dever ou o direito de visitá-la regularmente. Com a institucionalização da criança considerada enjeitada, entendia-se que encerrava ali o curto período de convivência familiar dela com seus pais, avós, dentre outros familiares.

A primeira lei voltada para a proteção da infância e da adolescência vulneráveis foi o Código de Menores de 1927, na qual o Estado se responsabilizava pela colocação de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, além de focar na disciplina e

controle desses segmentos enfeitados pela família e pela sociedade (Passeti, 2010). No ano de 1979, estabeleceu-se o novo Código de Menores (Faleiros & Faleiros, 2007), apresentando mudanças no marco regulatório das medidas de proteção aos segmentos infante-juvenis sujeitos ao abandono e à violência. Em ambos os códigos jurídicos, observou-se a ausência de preocupação explícita com o desenvolvimento de crianças e adolescentes e a falta de reconhecimento destes como sujeitos de direito (Siqueira, 2012).

Ao se enfatizar os direitos humanos e a descentralização administrativa e política, a Constituição Federal de 1988 inovou na proteção à criança e ao adolescente por adotar como fundamento político a Doutrina da Proteção Integral, abandonando de vez a Doutrina da Situação Irregular, que estava destinada quase que exclusivamente aos menores de 18 anos encontrados em situação de abandono e delinquência. A Constituição Federal de 1988 apontou para o fim da estigmatização social da criança e do adolescente pela relação pobreza-delinquência, abrindo a discussão de outra forma de olhar e enfrentar essa face da questão social. Sobre esse período da política de atenção à chamada infância em risco (Rizzini & Rizzini, 2004), estudos mostram que (Faleiros & Faleiros, 2007, Passeti, 2010 & Siqueira, 2012) crianças e adolescentes que viviam em instituições de acolhimento não tinham direito a convivência familiar, conseqüentemente não recebiam visitas dos seus familiares.

No Brasil, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (Brasil, 1990), foi possível reconhecer na visita familiar uma forma de se fazer valer o direito à convivência familiar em contextos caracterizados pela privação do cuidado parental. Nesses termos, a visita familiar começa a receber maior atenção por parte dos gestores dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, assim como em outras partes do mundo, sobretudo devido a sua importância

para o bem-estar infantil. Estudos (Silva, Magalhães, & Cavalcante, 2014; Carvalho & Delgado, 2014) vêm mostrar ainda que tal prática pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento da criança em situação de acolhimento institucional, especialmente no que se refere ao fortalecimento dos vínculos afetivos, além de ser reconhecido como essencial para qualquer trabalho voltado à reintegração familiar.

O direito à convivência familiar ganhou maior relevância a partir da promulgação do ECA (Brasil, 1990) ainda que muitas vezes seja violado pelo próprio Estado, tornando-se essencial para aplacar o problema do acolhimento institucional demasiadamente prolongado. Com base no ECA (Brasil, 1990), admite-se que a convivência familiar pode ser garantida por meio da visita da familiar durante o período que durar o acolhimento institucional, bem como deve acontecer em relação a convivência comunitária, que prevê que a instituição leve suas crianças e adolescentes para o ambiente externo e a faça transitar em meios diferentes e ter experiências de convívio com outras pessoas, além daquelas com as quais lidam diariamente na instituição. Logo, entende-se que, é dever dos familiares visitar suas crianças quando estas se encontram em acolhimento institucional, pois se supõe que quanto maior o contato com os pais (por exemplo), maior é a probabilidade da criança retornar o quanto antes ao convívio com eles.

Todavia, pesquisas mostram que, em algumas instituições de acolhimento no país e no mundo, os progressos advindos com o ECA (1990) e outras legislações semelhantes ficaram no papel. Conforme estudo realizado por Groark e McCall (2011), o desenvolvimento das crianças que vivem em instituições de acolhimento é geralmente atrasado, tanto em termos físicos como comportamentais. Conforme os mesmos autores, crianças que vivem nessas instituições tendem a ter em comum a presença de características que irão diferenciá-las em muito das que residem com suas famílias,

como por exemplo, manifestam atrasos substanciais no seu desenvolvimento. Em sua pesquisa, eles mostram ainda que as mudanças na estrutura, operação e natureza comportamental das instituições pode produzir melhora acentuada no desenvolvimento infantil. Entende-se, assim, que as visitas dos familiares às suas crianças em acolhimento institucional podem ser reconhecidas como um fator relevante para melhorar a qualidade do cuidado prestado pela instituição e influencia positivamente o seu desenvolvimento.

De acordo com Groark e McCall (2011), a instituição de acolhimento infantil é um ambiente totalmente inadequado para o desenvolvimento da criança, tendo em vista que, ao longo de toda história, identificou-se o ambiente familiar como o mais propício para as crianças nos primeiros anos. Conforme os autores, o ambiente familiar típico consiste em um pequeno grupo de crianças, uma mistura de diferentes idades e sexos, com várias pessoas responsáveis por sua criação (por exemplo, avós, parentes, amigos), os quais têm uma presença até certo ponto consistente e estável na vida delas. Já o ambiente institucional se caracteriza normalmente por um elevado número de crianças, onde as demanda de crianças é muito alta para a quantidade de cuidadores. Estes, muitas vezes, não conseguem fornecer a atenção e os cuidados necessários para o seu desenvolvimento. Esses cuidadores costumam ter pouca interação com as crianças, devido à notável rotatividade que normalmente caracteriza essas instituições.

Todas essas características que definem o espaço de acolhimento infantil acabam por prejudicar o desenvolvimento socioemocional de crianças residentes em instituições (Groark & McCall, 2011). Nesse contexto específico, entende-se que a visita familiar e a convivência comunitária acabam por ser essenciais para que a criança que está acolhida institucionalmente venha a sofrer o mínimo de danos possíveis

causados por essa condição, e tenha um desenvolvimento tão saudável quanto isso possível for.

Conforme Silva e Arpini (2013), a garantia do direito à convivência familiar e comunitária presente no ECA (1990), apresenta-se como uma estratégia capaz de superar a cultura da institucionalização e valorizar a família. No ano de 2006, com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), propõe-se a formulação políticas de fortalecimento das famílias para que as crianças e adolescentes tenham assegurados, no interior da família, os elementos necessários para seu total desenvolvimento. As mudanças resgatam a centralidade da família e do Estado nas questões relativas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, e, nesse sentido, o direito à convivência familiar e comunitária. Ou seja, mais uma vez vem à tona a importância de familiares de crianças que se encontram em instituições de acolhimento poder visitá-las, reaproximando pais e filhos, quando for o caso, envolvendo a família, a sociedade e o Estado na conquista desse objetivo.

Ainda de acordo com Silva e Arpini (2013), na esteira dessas mudanças sociais e legais, insere-se a nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009), que trouxe alterações importantes na legislação que rege o retorno de crianças e adolescentes à convivência com suas famílias. De acordo com a referida lei, o retorno deve acontecer em um período máximo de dois anos, o que faz a política de reinserção familiar ganhar destaque na atual conjuntura. Desse modo, a legislação vigente recomenda que as instituições devem desenvolver programas de acolhimento de crianças/adolescentes nos quais as ações desenvolvidas sejam orientadas pelo princípio da preservação dos vínculos familiares e da promoção da reintegração familiar. Logo, ganham importância as questões que envolvem a forma como a visita familiar pode e deve ser realizada

durante o período em que a criança permanecer na instituição, procurando ter claro quem procura a criança e com ela se dispõe a conviver durante o tempo em que estiver sob os cuidados de um abrigo institucional ou casas-lares, por exemplo.

Pelo exposto, pode-se dizer que a convivência familiar e comunitária foi reforçada através de três instrumentos da legislação de proteção à infância e adolescência no Brasil, os quais estabelecem que a situação jurídica da criança acolhida em uma instituição deve ser reavaliada a cada seis meses, e o tempo máximo de permanência em acolhimento institucional será de até dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao interesse superior do acolhido, como prevê a lei.

Em 2013, foi divulgado o “Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país”. O referido relatório teve como objetivo regulamentar e uniformizar as fiscalizações realizadas nas entidades e nos programas de acolhimento institucional e familiar pelas unidades do Ministério Público Federal. Essas fiscalizações em instituições de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar também tiveram como fim monitorar os objetivos definidos pelas políticas públicas de promoção à convivência familiar e comunitária. Sobre isso, o relatório aponta que as estatísticas de tal procedimento permitem acompanhar de perto indicadores como: o reordenamento e monitoramento dos serviços de acolhimento, o estímulo à elaboração de projetos político-pedagógicos e de planos individuais de atendimento. Estes indicadores haviam sido antes tratados pelo documento intitulado Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), bem como o fortalecimento da autonomia dos adolescentes mediante inclusão em programas de educação tecnológica e profissional.

Portanto, constata-se que as políticas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária oferecem dois grandes pilares no que se refere à promoção, defesa e garantia desse direito: a preservação dos vínculos e a reinserção familiar. Tais políticas podem ser efetivadas por meio das visitas dos familiares às suas crianças que se encontram em instituições de acolhimento. A legislação vigente busca atender crianças, adolescentes e famílias que estão em situação de vulnerabilidade, promovendo programas de atenção às diferentes problemáticas. Dentre desses programas, destacam-se aqueles que incentivam as famílias a visitar suas crianças mantidas em instituições de acolhimento. A visita, nesses casos, se porta como um dever e um direito dos pais, dos avós, entre outros responsáveis, mas, sobretudo como um direito da criança em situação de acolhimento (Costa, 2013).

De acordo com Hess (2003), as visitas devem ser planejadas com bastante atenção, verificando quem visita a criança, com que frequência, quanto tempo passam juntos e quais as atividades que realizam nesse período. Observou-se que as crianças comumente são visitadas pelos genitores, irmãos, tios e avós, entretanto, quem visita majoritariamente a criança é a mãe. A literatura (From Evidence to Practice: Family Visitation, 2011) mostra que a periodicidade com que esse tipo de visita ocorre geralmente não tem como ser determinada, ora ela ocorre ora com bastante frequência, ora com muita raridade. Todavia, esses estudos verificaram que independe da frequência com essas visitas ocorriam o importante era verificar se esta se configurava como de qualidade e se era saudável à criança a manutenção desse contato face-a-face, a fim de contribuir para o desenvolvimento dela e sua reinserção no seio familiar.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever aspectos gerais da visita familiar em instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém.

Método

Contexto:

A pesquisa foi realizada em 10 instituições de acolhimento de crianças da Região Metropolitana de Belém (RMB) que acolhem crianças de zero a onze anos. A região possui instituições que estão localizadas nos municípios de Santa Izabel, Santa Barbara, Marituba, Ananindeua, e em Belém, capital do estado.

Este estudo se liga a uma pesquisa maior intitulada “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”, que está vinculada ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará.

Instrumentos:

Utilizou-se o Formulário de Caracterização de Crianças (Cavalcante, 2008), o qual é um instrumento que contém perguntas fechadas e de múltipla escolha, distribuídas em torno das seguintes seções: identificação pessoal estrutura familiar (18 itens), situação familiar (7 itens), processo de institucionalização (14 itens), histórico de institucionalização (13 itens) e dados sobre a saúde da criança (19 itens) (ANEXO B). Este formulário foi revisado e itens foram adicionados, possibilitando a coleta de informações nos prontuários fornecidos pela instituição que apontam as principais características sociodemográficas e biopsicológicas das crianças

Utilizou-se também o Questionário Preenchido pela Gerência (Cavalcante, 2008), a fim de identificar as características das instituições (ANEXO A). Este é um formulário que contém tanto questões abertas como fechadas, bem como questões de múltipla escolha, organizadas em torno dos seguintes eixos: identificação e organização

técnico-legal (15 itens), critérios e procedimentos de atendimento (16 itens), características físico-funcionais da instituição (25 itens), atendimento às crianças e adolescentes (13 itens), relação com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos (7 itens), desligamento da criança e adolescente (19 itens), preservação da história de vida das crianças e adolescentes (4 itens), dificuldades e necessidades da instituição (3 itens) e perfil do dirigente da instituição responsável pelo preenchimento do questionário (5 itens). Neste estudo, o formulário foi utilizado para identificar, entre outros aspectos do ambiente em que a visita familiar acontece, se as instituições de acolhimento pesquisadas eram governamentais ou não governamentais.

Procedimento de coleta de dados:

O estudo teve início com o pedido de autorização a Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará para a realização da pesquisa nas dependências das instituições selecionadas, em quatro regiões do estado do Pará. Posteriormente, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, cujo protocolo foi registrado sob nº 568.256 (ANEXO F).

Após a solicitação das autorizações acima referidas foi iniciado o trabalho de exploração do ambiente institucional, que utilizou basicamente a seguinte estratégia: estabelecer contatos iniciais com os educadores e técnicos das instituições, por meio de encontros e/ou abordagem individual, a fim de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto.

A posteriori os dados foram coletados por um grupo de pesquisa, os quais foram distribuídos em diversas instituições do estado do Pará. Os pesquisadores, comumente, analisavam os prontuários das crianças, e depois repassavam as informações contidas

neles para o instrumento que fora elaborado para esse fim. Neste estudo, dar-se-á destaque aos dados referentes a questão de número 35 do instrumento de caracterização da instituição, por permitir verificar se a criança recebia visita do pai, da mãe ou de algum outro familiar, assim como membros da comunidade, enquanto permanecer em situação de acolhimento institucional, além de verificar a periodicidade e a frequência com que as visitas ocorrem.

Foram analisados dados extraídos de documentos contidos nos prontuários que as instituições disponibilizaram, bem como entrevistas e questionários aplicados aos coordenadores com o apoio da equipe técnica das mesmas. Foram analisados 205 prontuários e, com base nos dados deles extraídos, tenham sido preenchidos os formulários de caracterização de crianças atendidos pelas instituições pesquisadas. Os prontuários referem-se principalmente à identificação pessoal (18 itens), estrutura familiar (7 itens), processo de institucionalização (14 itens), histórico de institucionalização (13 itens) e saúde da criança (19 itens). Entretanto o item a ser considerado para análise nessa pesquisa corresponde à pergunta que indaga se a criança recebe visita, e em caso afirmativo, quem a visita e com que frequência. Ao término de coleta, foi possível extrair dados correspondentes ao número de crianças acolhidos no ano 2012, assim como, informações sobre as características das instituições abrangidas pela pesquisa. Isso tornou possível identificar os motivos que justificaram o atendimento dessa população em cada uma das modalidades de serviço localizadas na RMB, entre outras informações da condição sociofamiliar da criança, além de dados sobre a visita familiar no contexto pesquisado.

Análise dos dados:

Foram analisados os dados referentes à Região Metropolitana de Belém, tendo em vista que esta é a microrregião de maior relevância do estado do Pará, em termos populacionais e sua posição estratégica para a política e a economia local. Por isso, concentra grande parte das instituições de acolhimento infantil do estado, além de ser a segunda maior área metropolitana do Norte e a décima segunda do Brasil, conforme o censo de 2010 do IBGE.

Os dados foram extraídos do banco de dados do projeto de pesquisa Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado. Foram elaboradas planilhas para organização dos dados por meio do software estatístico *Statistical Package For The Social Sciences* (SPSS), versão 20.0 for Windows, e a partir da natureza das variáveis foram realizadas análises estatísticas e descritivas. Para verificar as características biopsicossociais das crianças acolhidas na RMB no ano de 2012, e identificar a frequência e possível associação da condição de terem elas recebido ou não a visita de seus familiares ou membros da comunidade com o motivo pelo qual decidiu-se judicialmente pelo acolhimento institucional, foi utilizado o teste *Qui-quadrado*, considerando-se nível de significância de 5% (p -valor $<0,05$). Para analisar a probabilidade de uma criança receber ou não visita, segundo a combinação de algumas variáveis, foi utilizada a regressão logística. O modelo de regressão logística múltipla foi estimado utilizando um procedimento iterativo de inclusão de variáveis, o método *stepwise forward* não automático. A inclusão de cada variável no modelo foi verificada utilizando o teste da razão de verossimilhança e o critério de Akaike (AIC). Foram apresentadas as razões de chance (OR) e os respectivos intervalos de confiança de 95%. Em todas as análises estatísticas inferenciais foi adotado um nível de significância de 5%.

Para a aceitação do modelo de regressão logística, foram feitas as estatísticas de

Bondade de Ajuste de Pearson, Hosmer-Lemeshow e Deviance que verificam as hipóteses H_0 : o ajuste dos dados é bom versus H_1 : o ajuste dos dados não é bom. Como os valores de (*p-valor*) foram maiores que 0,05, há indícios de suficientes para a aceitação do modelo, ou seja, o ajuste é bom.

Resultados

Este estudo teve como objetivo descrever aspectos gerais das visitas familiares em instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém, bem como refletir sobre as suas possíveis implicações que a visita familiar tem na vida e no desenvolvimento da criança institucionalizada. Para tanto, as análises foram baseadas em dados extraídos de 205 prontuários de crianças e 10 instituições de acolhimento, localizadas na Região Metropolitana de Belém, sendo cinco governamentais e cinco não governamentais.

A Tabela 1 mostra características das crianças acolhidas no ano de 2012, identificando se recebiam ou não visita no período. Além disso, apresenta as frequências e os percentuais das variáveis pesquisadas de acordo com o desfecho considerado: presença ou ausência de VF.

Tabela 1.
Características biopsicossociais das crianças acolhidas na RMB no ano de 2012

Variáveis	Recebe visita		Teste Qui-quadrado	P - valor
	Sim	Não		
Sexo				
Feminino	78 (83,9%)	15 (16,1%)	0,035	0,852
Masculino	95 (84,3%)	17 (15,2%)		
Faixa etária (meses)				
Menor igual 36	58 (79,5%)	15 (20,5%)	5,23	0,073
37 – 100	69 (92%)	6 (8%)		
101+	46 (80,7%)	11 (10,3%)		
Zona				
Rural	17 (81%)	4 (19%)	0,210	0,647
Urbana	156 (84,8%)	28 (15,2%)		
Possui nome do pai no registro civil				
Sim	94 (87,9%)	13 (12,1%)	2,53	1,54

Não	79 (80,6%)	19 (19,4%)		
Tipo de família que vivia antes de adentrar instituição				
Família biológica	153 (85,5%)	26 (14,5%)	1,67	0,448
Sem referência familiar	11 (73,3%)	4 (26,7%)		
Família extensa	9 (18,2%)	2 (81,8%)		
Têm irmãos na instituição				
Sim	89 (89%)	11 (11%)	3,14	0,076
Não	84 (80%)	21 (20%)		
Primeiro acolhimento				
Sim	133 (86,4%)	21 (13,6%)	1,83	0,176
Não	40 (78,4%)	11 (21,6%)		
Tempo de acolhimento (dias)				
<= 730	153 (86%)	25 (14%)	4,74	0,034
731 – 2250	19 (79,2%)	5 (20,8%)		
2251+	1 (33,3%)	2 (66,7%)		
Destino pós acolhimento				
Permanece Acolhido	21 (75%)	7 (25%)	12,86	0,012
Adoção	16 (66,7%)	8 (33,3%)		
Transferência para outra instituição	7 (70%)	3 (30%)		
Família biológica	58 (90,6%)	6 (9,4%)		
Família extensa	71 (89,9%)	8 (10,1%)		

Nota: Em negrito estão os valores que indicam se houve associação estatisticamente significante entre as variáveis.

Conforme mostra a Tabela 1, houve associação estatisticamente significante entre a condição de receber ou não visita, com as seguintes variáveis: o tempo de acolhimento ser menor ou igual a 730 dias, e o destino da criança após o acolhimento ser a família extensa. No que diz respeito ao destino da criança, foi constatada associação estatisticamente significativa ($X^2 = 12,86$; $gl=4$ $p = 0,012$) com o desfecho estudado, receber ou não visita durante o período do acolhimento. De fato, verificou-se que 89,9% das crianças que foram visitadas por sua família extensa após o período de acolhimento na instituição tiveram sua guarda deferida para um de seus membros (avós, tios, entre outros). Quanto ao tempo de acolhimento, foi identificado que esta variável também demonstrou estar associada significativamente com a condição da criança receber ou não visita ($X^2 = 4,74$; $gl=2$; $p = 0,034$). Observou que, as crianças que estavam acolhidas por um período de 730 dias (2 anos), eram as que mais recebiam visita (86%).

A Tabela 2 apresenta as frequências e os percentuais do motivo pelo qual a criança foi acolhida, de acordo com a condição de receber ou não visita, durante o período do acolhimento institucional, seja de sua mãe, pai ou irmãos.

Tabela 2.

Frequência e associação do motivo do acolhimento da criança de acordo com o fato se a sua família biológica (pai, mãe e irmãos) realizaram ou não visita

Variáveis	Mãe visita		Teste X^2	P-valor	Pai visita		Teste X^2	P – valor	Irmãos visitam		Teste X^2	P - valor
	Não	Sim			Não	Sim			Não	Sim		
Abandono												
Sim	42 44,2%	53 55,8%	5,05	0,025	67 70,5%	28 29,5%	2,90	0,88	74 77,9%	21 22,1%	0,169	0,681
Não	32 29,1%	78 70,9%			65 59,1%	45 40,9%			83 75,5%	27 25,5%		
Negligência												
Sim	40 33,9%	53 60,9%	0,583	0,445	73 61,9%	45 40,9%	0,774	0,379	94 79,7%	24 27,6%	1,46	0,226
Não	34 39,1%	78 66,1%			59 67,8%	28 32,2%			63 72,4%	24 20,3%		
Pobreza												
Sim	12 34,3%	23 67,5%	0,06	0,806	22 62,9%	13 37,1%	0,043	0,865	25 71,4%	10 28,6%	0,626	0,429
Não	62 33,9%	108 63,5%			110 64,7%	60 35,3%			132 77,6%	38 28,6%		
Violência física												
Sim	6 50%	6 50%	1,06	0,301	8 66,7%	4 33,3%	0,029	0,865	8 66,7%	4 33,3%	0,699	0,403
Não	68 35,2%	125 64,8%			124 64,2%	69 35,8%			149 77,2%	44 22,8%		
Violência sexual												
Sim	1 4,8%	21 95,2%	9,96	0,002	12 57,1%	9 42,9%	0,536	0,464	14 66,7%	7 33,3%	1,28	0,257
Não	73 39,7%	111 60,3%			120 65,2%	64 34,8%			143 77,7%	45 22,3%		
Pais alcoólatras/ drogados/ presidiários												
Sim	16 37,2%	27 62,8%	0,029	0,864	29 67,4%	14 32,6%	0,029	0,864	31 72,1%	12 27,9%	0,612	0,434
Não	58 35,8%	104 64,2%			103 63,6%	59 36,4%			127 77,8%	36 22,2%		
Outros												
Sim	7 53,8%	6 46,2%	1,89	0,169	11 84,6%	2 15,4%	0,221	0,638	11 84,6%	2 15,4%	0,499	0,480
Não	67 34,9%	125 65,1%			121 63%	71 37%			146 76%	46 24%		

Nota: Em negrito estão os valores que indicam se houve associação estatisticamente significante entre as variáveis.

Conforme mostra a Tabela 2, houve associação estatisticamente significativa entre as variáveis receber ou não visita da mãe e o motivo do acolhimento por condição de abandono e violência sexual. No que se refere ao motivo do acolhimento por abandono, foi constatada associação estatisticamente significativa ($X^2=5,05$; $gl=1$ $p=0,025$) com o desfecho estudado. Verificou-se que 55,8% das crianças que foram abandonadas receberam visita da mãe. Quanto à violência sexual, foi constatado associação importante com a variável receber ou não visita da mãe ($X^2=9,96$; $gl=1$; $p=0,02$). Constatou-se que 95,2% das crianças que sofreram violência sexual recebiam a visita da mãe. Dentre as crianças acolhidas por condição de abandono, a maioria era do sexo masculino e tinha entre zero e dois anos de idade, ou seja, estavam ainda na primeira infância. E dentre as crianças que sofreram violência sexual, elas eram majoritariamente do sexo feminino e estavam na faixa etária entre 8 anos e 5 meses e 11 anos.

A Tabela 3 apresenta as frequências e os percentuais do motivo pelo qual a criança foi acolhida de acordo com a condição de receber ou não visita da família extensa (avós, tios, geralmente) e da comunidade (vizinhos, pretensos pais por adoção, entre outros).

Tabela 3.

Frequência e associação do motivo do acolhimento da criança de acordo com o fato se a sua família extensa (tios e avós) e a comunidade realizaram ou não visita

Variáveis	Avós visitam		Teste X^2	P-valor	Tios visita		Teste X^2	P-valor	Comunidade visita		Teste X^2	P-valor
	Não	Sim			Não	Sim			Não	Sim		
Abandono												
Sim	62 65,3%	33 34,7%	1,68	0,194	80 84,2%	15 15,8%	10,99	0,001	78 82,1%	17 17,9%	4,34	0,037
Não	62 56,4%	48 43,6%			70 63,6%	40 36,4%			101 91,8%	9 8,2%		
Negligência												
Sim	68 57,6%	50 42,4%	0,952	0,329	85 72%	33 28%	0,183	0,669	106 89,8%	12 10,2%	1,58	0,208
Não	56 64,4%	31 35,6%			65 74,7%	22 25,3%			73 83,9%	14 16,1%		
Pobreza												
Sim	23 65,7%	12 34,3%	0,482	0,487	27 77,1%	8 22,9%	0,339	0,560	31 88,6%	4 11,4%	0,060	0,807
Não	101	69			123	47			148	22		

	59,4%	49,6%			72,4%	27,6%			87,1%	12,9%		
Violência física												
Sim	10	2	2,78	0,095	8	4	0,275	0,600	10	2	0,183	0,669
	83,3%	16,7%			66,7%	33,3%			%	16,7%		
Não	114	79			142	51			169	24		
	59,1%	40,9%			73,6%	26,4%			87,6%	12,4%		
Violência sexual												
Sim	14	7	0,374	0,541	8	13	14,66	0,000	18	3	0,054	0,816
	66,7%	33,3%			38,1%	61,9%			85,7%	14,3%		
Não	110	74			142	42			161	23		
	59,8%	40,2%			77,2%	22,8%			87,5%	12,5%		
Pais alcoólatras/ drogados/ presidiários												
Sim	25	18	0,126	0,723	31	12	0,032	0,858	40	3	1,60	0,206
	58,1%	41,9%			72,1%	27,9%			93%	7%		
Não	99	63			119	43			139	23		
	61,1%	41,9%			73,5%	23,5%			85,8%	14,2%		
Outros												
Sim	10	3	1,569	0,210	10	3	0,100	0,752	12	1	0,312	0,576
	76,9%	23,1%			76,9%	23,1%			92,3%	7,7%		
Não	114	78			140	52			167	25		
	59,4%	40,6%			72,9%	27,1%			87%	13%		

Nota: Em negrito estão os valores que indicam se houve associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Conforme indica a Tabela 3, foi observada associação estatisticamente significativa entre as variáveis receber ou não visita dos tios (tia e/ou tio) e o motivo do acolhimento por abandono e violência sexual. No que tange à variável abandono como motivo de acolhimento, foi verificada associação estatisticamente significativa ($X^2=10,99$; $gl=1$; $p=0,001$) com o desfecho estudado. Foi apurado que 84,2% das crianças que foram abandonadas recebiam visita dos tios (maternos ou paternos). Quanto à violência sexual como motivo de acolhimento, as análises estatísticas indicaram associação significativa da condição de receber ou não visita dos tios ($X^2=14,66$; $gl=1$; $p=0,000$) com esta variável. Verificou-se que 61,9% das crianças que sofreram violência sexual receberam visita dos tios.

Além disso, ter tido como motivo de acolhimento o abandono está associado com receber visita da comunidade. No que diz respeito a essa variável específica, foi constatada associação importante ($X^2=4,34$; $gl=1$; $p=0,037$) com a variável. Observou-

se que 82,1% das crianças que foram abandonadas não receberam qualquer visita de membros da comunidade local, enquanto 17,9% haviam tido essa forma de contato.

Dentre as crianças que foram abandonadas a maioria era do sexo masculino e tinha entre zero e dois anos de idade, sendo que as que haviam sofrido violência sexual eram majoritariamente do sexo feminino e estavam na faixa etária de 8 anos e 5 meses e 11 anos.

A Tabela 4 sinaliza com que frequência as crianças pesquisadas recebiam ou não visita de seus familiares.

Tabela 4.
Frequência com que as crianças recebiam ou não visitam visita dos seus familiares

Variável	Raramente	Algumas vezes	Frequente-mente	Quase sempre	NA*	SI**
Mãe visita						
Não	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	32 (100%)	0 (0%)
Sim	30 (17,3%)	30 (17,3%)	41 (27,3%)	18 (10,4%)	47 (27,2%)	7 (4%)
Pai visita						
Não	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	31 (23%)	1 (11,1%)
Sim	19 (11%)	19 (11%)	16 (9,2%)	7 (4%)	104 (60,1%)	8 (4,6%)
Irmãos visitam						
Não	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	31 (96,9%)	1 (3,1%)
Sim	5 (2,9%)	15 (8,7%)	4 (2,3%)	3 (1,76%)	135 (78%)	11 (6,4%)
Avós visitam						
Não	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	30 (93,8%)	2 (6,2%)
Sim	15 (8,7%)	15 (8,7%)	25 (14,5%)	11 (6,4%)	91 (52,6%)	16 (9,2%)
Tios visitam						
Não	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	30 (93,8%)	2 (6,2%)
Sim	14 (8,1%)	16 (9,2%)	16 (9,2%)	2 (1,2%)	116 (67,1%)	9 (5,2%)
Comunidade visita						
Não	0 (0%)	1 (3,1%)	0 (0%)	0 (0%)	31 (96,9%)	0 (0%)
Sim	6 (3,5%)	6 (3,5%)	4 (2,3%)	6 (3,4%)	148 (85,5%)	3 (1,7%)

Nota: NA = Não se aplica (quando o familiar era falecido, ou estava impedido de visitar criança); SI = Sem Informação (quando a informação investigada não constava no prontuário da criança).

Através da Tabela 4, verificou-se que 27,3% das crianças recebiam visita da mãe frequentemente, mas 60,1% não tiveram esse tipo de contato face-a-face, seja por esta ser falecida, não ter interesse de visitá-la ou estar impedida de assim proceder. Contudo, percentuais mais elevados foram obtidos quando considerados os demais visitantes: 96,9% das crianças não recebiam visita dos irmãos, 93,8% dos avós e 67,1% dos tios. No que se refere à visita de pessoas da comunidade local, 85% das crianças não as recebiam. Observou-se que a mãe era a pessoa da família da criança que a visitava com maior frequência, seguida pelo pai, avós, tios, irmãos e membros da comunidade. Dessa maneira, os resultados sugerem que os pais (mãe e/ou pai) eram que realizavam visitas com mais frequência à criança, seguido pelos avós, enquanto que os tios parecem ter buscado esse tipo de contato e aproximação somente algumas vezes. Os dados indicam que irmãos e membros da comunidade são categorias menos reportadas, o que levanta hipótese de que a frequência era baixa.

A Tabela 5 aponta a probabilidade de crianças acolhidas em 2012 em instituições localizadas na RMB receberem visita, segundo a combinação das variáveis que foram consideradas por este modelo de regressão logística.

Tabela 5.

Probabilidade de a criança acolhida no ano de 2012, na RMB, receber visita, segundo a combinação de variáveis pesquisadas.

Y = -5,1480 + (1,3993 X1) + (1,0806 X2) + (4,3898 X3) + (2,2288 X4)					
Y2 = Recebeu visita					
Variáveis	Parâmetro(B)	Erro Padrão	Teste Wald	P-valor	Razão Chance (OD)
Violência Sexual	1,3993	1,5194	-0,5876	0,0117	4,4469
Violência Física	1,0806	0,8697	-0,9254	0,0342	3,3394
Mãe Visita	4,3898	1,1417	3,8449	0,0001	80,6221
Pai Visita	2,2288	1,0720	2,0792	0,0376	9,2889
Constante	0,1784	0,2655	-	-	-

O coeficiente positivo (4,3898) para a variável recebia visita da mãe sugere que uma criança nessa condição específica tem probabilidade mais alta de receber alguma

visita do que uma que aquela que não experimentara essa forma de contato. A razão de chance de 80,6221 indica que uma criança que recebeu visita da mãe tem aproximadamente 80 vezes mais chance de receber alguma visita quando comparada a uma cuja mãe jamais a visitou durante o período em que esteve sob os cuidados de uma instituição de acolhimento.

O coeficiente positivo (2,2288) para a variável criança recebeu visita do pai sugere que uma criança na condição mencionada tem probabilidade mais alta de receber alguma visita do que uma que não recebeu visita do genitor. A razão de chance de 9,2889 indica que uma criança que recebeu visita da mãe tem aproximadamente nove vezes mais chance de receber alguma visita quando comparada a uma cujo pai jamais a visitou na instituição.

O coeficiente positivo (1,3993) para a variável violência sexual sugere que uma criança que foi acolhida por este motivo tem probabilidade mais alta de receber alguma visita do que aquela que não foi acolhida por ter sofrido essa forma de agressão. A razão de chances de 4,4469 indica que uma criança que foi acolhida por violência sexual tem aproximadamente 4 vezes mais chance de receber alguma visita para quando comparado a uma que não foi acolhida em razão de ter sofrido essa forma específica (abuso sexual, estupro, etc.).

O coeficiente positivo (1,0806) para a variável violência física sugere que uma criança que foi acolhida por motivo de violência física tem probabilidade mais alta de receber alguma visita do que uma que não foi maltratada por esse tipo de agressão. A razão de chance de 3,3369 indica que uma criança que foi acolhida por violência física tem aproximadamente três vezes mais chance de receber alguma visita quando colocada lado a lado com uma que não foi acolhida na instituição por ter sofrido violência física (espancamento, queimadura, etc.).

Discussão:

O conjunto de dados apresentados neste estudo provoca uma série de questionamentos acerca das características biopsicossociais das crianças que se encontram em situação de acolhimento, bem como permite a discussão sobre os motivos que as levaram a instituição de acolhimento pesquisada e a importância e a necessidade da visita familiar e/ou da comunidade para populações nessa condição especial.

Este estudo apontou que a maioria das crianças acolhidas em 2012, na RMB, era: do sexo masculino, tinha entre 3 a 8 anos, residia na zona urbana no período anterior ao acolhimento, antes de adentrarem a instituição a maioria viviam com a família biológica, tinham irmãos acolhidos na mesma instituição e que se encontravam, estava acolhida pela primeira vez, e quando desligada da instituição retornava para a família extensa (avós, tios, etc.).

Conforme Pinto, Oliveira, Ribeiro e Melo (2013), de acordo com o levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento realizado em 2009 e 2010, no Pará, há 34 unidades de acolhimento institucional infanto-juvenil, as quais atendem aproximadamente 256 crianças e adolescentes. No que se refere à natureza das instituições, verificou-se que 41,9% eram governamentais e 58,1% não-governamentais. Ao se observar a região Norte, detectou-se o predomínio das instituições governamentais (72,2%) em relação as não governamentais. Em geral, as instituições governamentais são mais recentes do que as não governamentais. Estes dados apontam para o fato de que a maioria das instituições surgiu após a promulgação do ECA (Pinto et al., 2013).

Do mesmo modo, o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, destacou que, no estado do Pará, no que se refere ao gênero

das crianças e adolescentes acolhidos, 52,3% eram meninos e 47,7% eram meninas. Em relação à faixa etária, conforme Constantino, Assis & Mesquita (2013), maior o número de acolhidos era de 7 a 11 anos (31,2%) e o menor é de 4 a 6 anos (12,7%). Ainda de acordo com os dados do levantamento, evidenciou-se que 61% das crianças e adolescentes possuem o nome do pai no registro civil de nascimento. Estes dados estão em consonância com os verificados na RMB, no ano de 2012, apresentados na Tabela 1.

Por outro lado, os resultados desse levantamento não estão em consonância com os dados trazidos pelo Relatório da Infância e Juventude (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013), o qual destaca que, dentre os motivos que levam ao acolhimento de crianças e adolescentes, os mais comuns são negligência (81%), abandono (78%), violência doméstica (57%), violência sexual (44%) aliada à exploração sexual (23%). Estes motivos exemplificam as diferentes situações de risco pessoal e social colocados às crianças que se encontram acolhidas, logo é essencial conhecer como se configuram os espaços de acolhimento, o processo de institucionalização e as características sociofamiliares das crianças acolhidas a fim de traçar o perfil das mesmas, identificando os fatores de risco e de proteção para um desenvolvimento saudável.

De acordo com o ECA (Brasil, 1990), no caso da violência sexual que é praticada por um membro da família, a criança é vista como vítima, e a mesma possui o direito incontestável à convivência com os membros não agressores, devendo, dessa maneira, o agressor ser afastado do seio familiar. Logo, retirar a vítima da violência sexual do meio familiar e colocá-la em uma instituição de acolhimento é violar mais um de seus direitos. Entretanto, o que se observa é que, comumente a criança vítima da violência sexual é retirada do seu convívio familiar, e colocada em uma instituição de acolhimento, como se a mesma fosse a responsável pela agressão sofrida. A violência

sexual contra crianças é vista como um problema de saúde pública, o qual necessita de atenção especial (Minayo, 2001). A violência sexual mesmo sendo um fator de risco contra o desenvolvimento das crianças, muitas vezes é tratada como tabu, e é mantida em silêncio por muitos anos (Pincolini, Hutz, & LaskoskiII, 2012). Os autores apontam ainda que a violência sexual normalmente ocorria na casa da vítima, era cometida por agressores do sexo masculino, os quais, em sua maioria, tinham laços consanguíneos com a criança.

Outro aspecto a ser discutido diz respeito ao fato do abandono de crianças constituir-se em uma realidade lamentável na atualidade, o que leva muitas crianças a serem acolhidas em instituições de acolhimento infantil (O & S, 2005), assim como há séculos atrás. Segundo os autores, dada a situação de abandono estar associada comumente à pobreza e vulnerabilidade das famílias, entre outros fatores de risco ao desenvolvimento humano, a institucionalização se apresenta muitas vezes como única alternativa para que a criança, normalmente oriunda de família com baixo nível sócio econômico, possa sobreviver. A questão é que a criança considerada abandonada recebe pouca ou nenhuma visita familiar e tem menos oportunidades para construir ou fortalecer seus vínculos familiares.

Os principais visitantes, verificados por meio da pesquisa foram: a mãe, o pai, irmãos, tios, avós, e membros da comunidade (pretensos pais, vizinhos, madrasta entre outros). Entretanto, observou-se que, quem mais realizava visitava era a mãe, dado este que corrobora com a literatura (Carvalho & Delgado, 2014., Holcomb, 2004., Silva, Magalhães, & Cavalcante, 2014., Siqueira & Dell’Aglío, 2011., Siqueira, 2012).

As visitas realizadas por esses familiares oferecerem a eles próprios a oportunidade de aprender novas competências parentais, outras habilidades e fazer com que se sintam mais seguros junto às suas crianças, além de aumentar o prazer mútuo

para o familiar e para a criança quando as interações são de qualidade (Triseliotis, 2010). Pesquisa realizada por Weintraub (2008) trazem dados os quais demonstram que as crianças que têm contato frequente e regular com sua família enquanto estão acolhidas, elas tendem a ter maior probabilidade de retornarem para o convívio com seus parentes, passam um período mais curto no espaço de acolhimento, aumentam a chance de que a reunificação familiar seja duradoura, bem como conseguem melhorar a sensação de bem estar e o seu emocional em anos da vida que são valiosos para o desenvolvimento biopsicossocial.

Constatou-se também em estudo realizado por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) que a visita à criança em situação de acolhimento pode ser de fundamental, principalmente quando se quer avaliar medidas destinadas a promover a sua reinserção na família e abreviar o tempo passado na instituição. A pesquisa demonstrou que apenas 13,59% das crianças foram visitadas por seu pai e sua mãe em um mesmo encontro. Tal percentual se altera quando se observa o número de crianças que receberam visita de seus pais, mas que estavam acompanhados de outros parentes (20,41%). No que se refere às visitas que contaram exclusivamente com a presença da mãe (28,91%) ou do pai (4,89%), os dados do estudo de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) mostraram que, sobretudo, neste último caso, foram poucos os registros apurados. Também houve casos em que as visitas foram feitas por parentes que compareceram à instituição de acolhimento sozinha (11,15%), isto é, sem a companhia dos genitores da criança. No geral, os familiares que mantiveram contato regular com as crianças foram os avós, e tios, além dos genitores.

Raciocínio semelhante serve para explicar os resultados deste estudo que foram divulgados na Tabela 4, que mostra a frequência com que as crianças são visitadas. Os dados obtidos no presente estudo, estão em consonância com os levantados na pesquisa

realizada por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007). Tanto em 2012, ano considerado por esta pesquisa, como em 2005 período do estudo realizado por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), verificou-se que a mãe foi o membro da família de origem que mais visitou a criança enquanto ela esteve em uma instituição de acolhimento, seguida do pai, assim como outros parentes que mantiveram contato mais regular com a criança, com destaque para avós e tios.

Cohon et al. (2000) descobriram em seu estudo que o contato de crianças em situação de acolhimento tende a ser maior com a genitora do que com o genitor e que a visita regular destes familiares nos primeiros meses de vida era muito rara, e, quando ocorria, observou-se que o contato e a interação entre eles eram muito fracos. No estudo desses autores, uma avó paterna descreveu que seu filho visitava seu neto que estava em uma instituição de acolhimento infantil “quatro a cinco vezes por semana”, ou seja, frequentemente, fornecendo algumas necessidades básicas e interagindo com a criança durante a visita. Contudo, na presente pesquisa, verificou-se que treze pais que participaram da pesquisa visitaram suas crianças de três a quatro vezes por ano, ou seja, raramente, fato este que está em contraste com os verificados nos estudos de Cohon et al., (2000).

De acordo com Wentz (2008), a fim de aproveitar ao máximo o potencial das visitas feitas a crianças privadas dessa forma de convívio social, as famílias precisam ter claro e/ou serem esclarecidas quanto ao propósito desse contato e aproximação, saber o que esperar desses momentos e como estes podem mudar ao longo do tempo em termos de duração e frequência. O autor destaca que é necessário se ter um breve olhar para as melhores práticas em torno da visitação quando estas se referem às crianças que estão em acolhimento institucional. Assim, seria importante olhar para fatores que suportam visitação, bem como os desafios colocados por esse momento de convivência que pode

ser socialmente pouco representativo, mas emocionalmente intenso para as pessoas envolvidas (visitantes e visitados).

Visitas regulares podem contribuir para que a criança mantenha o vínculo com sua família, para que se crie uma relação positiva e saudável entre pais e filhos, além de contribuir para reunificação familiar (Weintraub, 2008). Logo, perante a isso, a qualidade do contato entre crianças que estão em espaços de acolhimento com seus pais ao longo dos últimos 20 anos, a partir do surgimento do ECA, vem recebendo mais atenção (Triseliotis, 2010). Estes dados estão em consonância com os apresentados na tabela 4, a qual teve como objetivo demonstrar sobretudo a visita dos pais, e quando possível de outros familiares, demonstra que os genitores, em especial a mãe, normalmente visita suas crianças que se encontram acolhidas, mesmo que por um curto período de tempo, sendo esta condição favorável ao trabalho de reunificação familiar, embora não suficiente.

Por isso, todas as visitas exigem um determinado nível de supervisão, seja esta integral ou parcial. Ela deve ser pensada de modo a garantir a segurança das crianças e promover interações familiares o mais saudáveis possível (Wentz, 2008). Fatores a serem considerados na determinação do nível de supervisão necessário são: idade da criança, o motivo pelo qual a criança foi acolhida, o estado emocional da criança, o local onde ocorrerá a visita, as pessoas que estarão presentes na mesma e progressos que as figuras familiares têm feito desde quando teve início o atendimento em curso.

Visitas geralmente começam supervisionadas, com muitas restrições sobre as atividades a serem realizadas e a frequência com que ocorrem. Quando o familiar e sua criança estão interagindo com sucesso durante as visitas, estas passam a ser supervisionadas com menos frequência, objetivando aumentar a responsabilidade do familiar, e conseqüentemente elas começam ocorrer na casa do familiar durante o fim

de semana (Wentz, 2008). Se houver falhas ou problemas durante o período em que as visitas são supervisionadas com menor frequência, essas voltam a ser supervisionadas com mais afinco, ou suspensas quando oferecem risco a criança (Wentz, 2008).

Alguns fatores que apoiam a visita familiar e aumentam a probabilidade de se obter uma visita de qualidade por parte dos familiares são (Children's Services Practice Notes, 2000): o compromisso que os técnicos e os educadores têm com a visitação, se os familiares estão comprometidos ou não com a visitação. Normalmente deve-se levar em conta se os mesmos atendem as exigências impostas pelo plano de visitação elaborado pelos técnicos, como por exemplo, visitar em dias pré-determinados e horários estabelecidos, e conhecer se a instituição de acolhimento dispõe de recursos que promovam uma visita de qualidade, como uma sala para esse fim, com mobiliário confortável, brinquedos apropriados para idade da criança e / ou atividades para as famílias.

É aconselhável que a primeira visita ocorra no prazo de 48 horas após a entrada inicial da criança na instituição. Visitas iniciais após a entrada da criança no espaço de acolhimento contribuem para melhor adaptação da mesma (Wentz, 2008). Durante a primeira visita familiar realizada após a criança ter sido institucionalizada, deve ser dispensada especial atenção e planejamento para que a mesma seja bem-sucedida, tanto para a criança como para o familiar, e as visitas futuras devem ser incentivadas (Wright, 2001). O direito dos familiares de visitarem sua criança baseia-se na forma como se comportam durante a visita, sem que pareça uma recompensa ou uma punição pelo cumprimento ou a falta dela em outros serviços (Wentz, 2008).

Portanto, o que se observou por meio deste estudo é que os aspectos biopsicossociais da criança, bem como os motivos pelos quais foram acolhidas, são aspectos que estão diretamente associados à condição de receber ou não visita,

influenciando inclusive na razão de chance disso vir a ocorrer dadas as condições apresentadas. Ou seja, na presença de variáveis como abandono, negligência, pobreza, violência física e violência sexual como motivo de acolhimento, observou-se que isso pode aumentar probabilidade da criança receber visita de sua mãe, pai, avós, tios, irmãos ou membros da comunidade. Contudo, não apenas quem visita e com que frequência, mas também as relações entre a criança e o familiar que a visita, a forma como ambos se comportam e interagem no momento da visita, ser um fator primordial para que as visitas sejam de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável da criança institucionalizada.

Considerações Finais

Neste estudo, investigaram-se aspectos gerais das visitas familiares em instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém, bem como, buscou-se pensar sobre as possíveis implicações dessa forma de contato, quando próximo e regular, acaba por ter para a preservação dos vínculos familiares. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental que envolveu prontuários das crianças acolhidas no de 2012 nas instituições governais e não governamentais de municípios que compõem a RMB.

Através da apreciação dos resultados apurados podem-se verificar características biopsicossociais das crianças acolhidas no ano de 2012, sinalizando que a maioria das crianças que recebiam visita era do sexo masculino, estava na faixa etária de zero a dois anos, possuía o nome do pai no registro civil, vivia com a família biológica antes de adentrarem a instituição, tinha irmãos na mesma instituição, e quando deixava o acolhimento institucional retornava para a família extensa. A maior parte dessas crianças se encontrava em situação de acolhimento institucional pela primeira vez, e que, normalmente, elas passavam de zero a dois anos residindo nesses espaços. Além

disso, constatou-se que as crianças recebiam visita normalmente da mãe, do pai, dos tios, dos avós e de membros da comunidade, sendo a mãe aquela que a visitava com mais regularidade. E os principais motivos que levaram essas crianças a serem institucionalizadas foram: abandono, negligência, pobreza, violência sexual, violência física e pais alcoólatras, drogados ou presidiários. Observou-se ainda que, as crianças que estavam acolhidas e recebiam visitas comumente eram aquelas que tinham sido acolhidas em função do abandono e/ou violência sexual.

Como se procurou mostrar, o acolhimento institucional pode ocorrer pelos motivos mais variados, entretanto a partir do momento que a criança encontra-se acolhida é necessário focar em suas necessidades e na garantia de direitos fundamentais, como o direito a convivência familiar e comunitária, o qual pode ser assegurado por meio da realização de visitas. E a partir de então cresce a necessidade de se investir na realização de visitas regulares, oferecendo atenção por parte dos técnicos e educadores às crianças e seus familiares antes, durante e após essa forma de contato, orientando-os quanto à importância desse momento e oferecendo-lhes um ambiente que estimule a interação família-criança. Espera-se que, dessa maneira, a visita tenha a qualidade desejada e suficiente para que possa funcionar efetivamente como uma estratégia capaz de promover a construção e o fortalecimento dos vínculos familiares e permitir a reinserção familiar da criança.

Com a preocupação de contribuir para área da psicologia é que este estudo foi pensado, buscando verificar de que maneira as características biopsicossociais das crianças acolhidas, e os motivos pelos quais as mesmas foram acolhidas, podem interferir na chance delas receberem ou não visita de seus familiares e/ou membros da comunidade. Portanto, conhecer as características da população atendida pelas instituições de acolhimento que se encontram acolhidas e os motivos pelos quais estão

ali, são aspectos essenciais na compreensão do como e porque, esta ou aquela criança, e este ou aquele grupo populacional, podem ter aumentada ou diminuída a probabilidade de vir a receber visita durante o período de acolhimento, seja de membros da família ou da comunidade e supor com que frequência.

Este estudo teve algumas limitações, decorrentes das dificuldades encontradas para sua realização. Dentre elas, destaca-se o fato da literatura sobre o tema pesquisado ser escassa, tanto no que se refere à literatura nacional como a internacional. Especialmente, observou-se ser pouco comum a realização de pesquisas sobre visita familiar em espaços de acolhimento infantil, o que dificultou uma discussão mais apurada dos dados apresentados, sendo sentida a ausência de outras investigações que pudessem ser tomadas como referência e apoiar as inferências feitas a partir dos testes estatísticos. Outra limitação deve-se à ausência de instrumentos mais específicos para analisar outros aspectos relacionados à condição de a criança receber ou não visita familiar, permitindo investigar o papel de outras variáveis que não foram consideradas pelo presentes estudo, tais como, o nível socioeconômico dos pais e a condição de saúde da criança.

Logo, sugere-se a realização de mais estudos nessa área que contemplem a visita familiar em espaços de acolhimento infantil, no sentido de que sejam capazes de demonstrar os benefícios que esse contato e convivência contínua com os familiares e membros da comunidade podem trazer a crianças que estão crescendo em instituições de acolhimento (abrigos, casas lares, orfanatos, por exemplo). Do mesmo modo, espera-se que novos estudos possam investigar e submeter à discussão as dificuldades colocadas ao desenvolvimento de crianças que permanecem por um período de tempo prolongado, e que não recebem visita nem de sua família, nem de sua comunidade de origem.

CAPÍTULO III

A visita familiar em instituições de acolhimento: a preparação do ambiente e da criança na visão de educadores e técnicos

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar aspectos da organização do ambiente e da preparação da criança antes, durante e após a visita, na visão de técnicos e educadores de instituições de acolhimento. O estudo foi realizado em duas instituições de acolhimento infantil da Região Metropolitana de Belém, sendo uma governamental e a outra não-governamental. Participaram da pesquisa sete educadores e cinco técnicos, todos do sexo feminino, a maioria na faixa etária de 26 a 58 anos e, em média, com dois anos de tempo de serviço. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para identificar o ponto de vista de técnicos e educadores acerca da visita familiar (VF) nesse contexto específico. As categorias utilizadas para analisar os dados extraídos do conteúdo das entrevistas foram: preparação do ambiente antes, durante e após a visita, e acompanhamento da criança nos mesmos períodos. As subcategorias foram: preparativos centrados na criança, centrados na família e centrados no ambiente. Os dados sugerem que, na instituição governamental, pouca ou nenhuma atenção tem sido dada à preparação da criança e do ambiente para o momento da visita familiar. As razões para isso podem ser várias, mas os participantes destacaram o fato de ser este um espaço de acolhimento amplo, que acolhe um grande número de crianças, com um número reduzido de cuidadoras comparado às várias demandas colocadas, além de haver uma alta rotatividade entre os educadores nas rotinas de cuidado. Na instituição não governamental, os dados sugerem haver uma atenção específica com a preparação da criança e do ambiente para o momento da visita familiar. Talvez isso ocorra porque a instituição funciona em um prédio com características residenciais, atendendo um número pequeno de crianças, com poucos educadores e técnicos, evitando um rodízio constante destes. Estes fatores parecem contribuir para uma maior interação destes com as crianças, o que pode facilitar a oferta de uma porção maior de atenção à preparação da mesma para o momento da visita. Pelo exposto, considera-se que as instituições e seus profissionais precisam ter um olhar mais atento ao momento da visita familiar, procurando acompanhar a criança durante o momento em que ela está na companhia de seus pais e/ou demais visitantes e poder ficar ao lado dela quando este chega ao fim. Portanto, pode concluir-se que as instituições menores, com um número reduzido de crianças, podem ofertar uma visita mais propícia e de qualidade à criança pois os cuidadores e técnicos dessas têm condições de ofertar uma atenção maior à VF, enquanto as instituições que ainda funcionam nos moldes antigos, acolhendo um número demasiado de crianças, não têm meios para propiciar uma visita da forma que os vínculos possam ser fortalecidos ou reconstruídos.

Palavras-chave: Visita familiar; acolhimento institucional; crianças institucionalizadas.

Abstract

This study aimed to investigate aspects of environmental organization and the preparation of the child before, during and after the visit, through the point of view of technicians and educators of host institutions. The study was conducted in two child care institutions in the metropolitan region of Belém, one governmental and the other non-governmental. The participants were seven teachers and five technicians, all female, most in the age group of 26 to 58 years old and with two years of service time, on average. Semi-structured interviews were conducted to identify the technicians' and educators' point of view on the family visit (VF) in this specific context. The categories used to analyze the extracted data from the content of the interviews were: the preparation of the environment before, during and after the visit and children monitoring at the same periods. The subcategories were: preparation centered on the child, on the family and on the environment. Data suggests that at the government institution, little or no attention has been given to the preparation of the child and for the environment at the moment of the family visit. The reasons for this may be many, but participants highlighted the fact that it is an ample space which hosts a large number of children, with a small number of caregivers compared to the various demands placed upon it; besides, there is a high rate of turnover among the educators in their care routines. In non-governmental institution, the data suggest a specific attention to the preparation of the child and the environment for the moment of the family visit. It may be because the institution works in a building with residential characteristics, hosting a small number of children with few teachers and technicians, avoiding a constant rotation of these people. These facts appear to contribute to great interaction of these people with the children, which may facilitate the provision of a large portion of attention to the preparation of this time for the visit. For these reasons, it is considered that the institutions and their professionals need to have a closer look at the time of family visit, seeking to accompany the child during the time he or she is in the company of their parents and / or other visitors and can stay with the child when it comes to the end. Therefore, it can be concluded that smaller institutions, with a small number of children, can offer a more favorable visit and of quality to children because the caregivers and technicians of these infants are able to offer a wider attention to VF, while the institutions that still work in the old molds, receiving too many children, have no means to provide a visit that the bonds can be strengthened or rebuilt.

Keywords: Family visit; host institution; institutionalized children.

A visita familiar (VF) deve ser entendida como um importante meio de aproximação entre pessoas que, por razões diversas, encontram-se afastadas uma da outra e/ou tiveram o convívio dificultado (Mandú, Gaíva, Silva & Silva, 2008). Por essa razão, crianças e adolescentes em instituições de acolhimento podem se beneficiar do contato regular com parentes e amigos. Na medida em que a visita familiar acontece de forma sistemática e com interações positivas (contato afetivo, apoio mútuo), os seus benefícios parecem ser evidentes independente do contexto pesquisado, sendo questionada sua validade apenas em situações especiais (diante da gravidade do quadro clínico do paciente e/ou presença de crianças bem jovens em ambiente inadequado).

A visita pode se apresentar como uma estratégia capaz de fazer valer o direito à convivência familiar de crianças que estão em situação de acolhimento institucional (Freitas & Riva, 2009). Por meio da observação de aspectos que envolvem a visita familiar (VF), sabe-se ser possível verificar a extensão do interesse dos pais e demais responsáveis pelo retorno imediato da sua criança à convivência com a família (Relatório da Infância e da Juventude, 2013).

Assim, diz-se que a importância conferida à visita familiar e suas implicações para o desenvolvimento de crianças com histórico de institucionalização precoce e prolongada pode ser captada a partir da observação de aspectos fundamentais envolvidos em seu processo (Freitas & Riva, 2009). Ou seja, a investigação sobre se e como ocorre a preparação do ambiente para a realização desse momento e o acompanhamento da criança antes, durante e após a sua conclusão da visita, são questões que, quando respondidas, podem oferecer dados importantes para a definição de estratégias mais eficazes no trabalho de fortalecimento dos vínculos fragilizados entre a criança e seus pais e/ou demais responsáveis, e contribuir, nesse sentido, para que a reinserção familiar possa acontecer de forma rápida e segura.

Por meio da prática regular da visita torna-se possível avaliar com mais precisão as condições objetivas e subjetivas colocadas para a reinserção da criança no meio familiar (Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014). Afinal, por ocasião da visita familiar é possível verificar se existe chance real de reinserção familiar em curto espaço de tempo, sendo esperado que, em razão disso, este momento seja acompanhado por profissionais preparados para apoiar, tanto quem faz a visita, quanto quem a recebe.

As figuras parentais através da visita sistemática à criança em acolhimento institucional tendem a continuar a exercer influência positiva na construção e/ou fortalecimento dos vínculos afetivos, e no seu sentimento de autoestima. Além disso, sabe-se que tais figuras propiciam a indicação de modelos de relações experimentados em outros contextos e momentos de interação.

De acordo com Costa e Rosseti-Ferreira (2009), o respeito ao direito à convivência familiar e comunitária é essencial para criança, especialmente àquela que se encontra em situação de acolhimento. Qualquer que seja a forma como este direito será exercido implicará sempre em mais proximidade e responsividade por parte das figuras parentais, o que poderá fortalecer o vínculo afetivo da criança com seus familiares ou mesmo a sua formação, sendo isso saudável para o seu desenvolvimento. Compreende-se, assim, que o respeito ao direito da criança conviver com seus familiares é condição para que se dê a preservação do vínculo entre eles. E, também, que isso ocorra mais facilmente quando a criança recebe visita familiar de forma regular durante o período de permanência no espaço de acolhimento infantil.

Nesses termos, a visita dos pais aos filhos pode ser percebida na perspectiva do direito da criança e da família, dada a sua importância para manutenção e fortalecimento dos vínculos socioafetivos entre eles quando existe a ameaça de ruptura da ordem estabelecida que prevê a convivência diária (Freitas & Riva, 2009). Do mesmo modo,

pode ainda ser compreendida como parte das atribuições parentais que está relacionada ao dever da família proteger, educar e amparar as gerações mais jovens. Nesses termos, diz-se que a visita se apresenta como um dever dos familiares e um direito da criança que se encontra institucionalizada. Ou seja, a visita familiar pode ser descrita como um direito e um dever dos pais, considerando-se o interesse superior da criança. Em ambas as definições – como direito e como dever da família - sua prerrogativa está prevista na legislação da área, mais precisamente no Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA (Brasil,1990)].

Conforme o Relatório da Infância e da Juventude (2013), o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária foi inserido na Constituição Federal como dever da família, da sociedade e do Estado. O Relatório aponta ainda que a família é referência de afeto, proteção e cuidado, ambiente onde se constroem os primeiros vínculos afetivos da criança. Nela, a criança tende a experimentar emoções, desenvolver autonomia, tomar decisões, e exercer o cuidado mútuo com outras pessoas e pares. Logo, presume-se que quanto mais visitas a criança em situação de acolhimento recebe de seus familiares maior será a probabilidade de manter ou restabelecer os vínculos afetivos com seus pais e familiares, mesmo que ameaçados ou fragilizados. Desse ponto de vista, compreende-se que a visita familiar possa ser vista como um processo proximal (Bronfenbrenner, 2011), pois, nela, podem ocorrer interações promotoras do desenvolvimento das crianças que se encontram social e emocionalmente vulneráveis principalmente por viverem privadas de tão importante convívio – o familiar.

Entretanto, estudos recentes (Costa & Rosseti-Ferreira, 2009; Freitas & Riva, 2009; Relatório da Infância e da Juventude, 2013; Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014) mostram que a visita familiar nem sempre acontece de modo a permitir uma

reaproximação entre pais e filhos, ou do familiar e sua criança acolhida institucionalmente, podendo contribuir para a completa dissolução do vínculo socioafetivo que até então os unia. As visitas podem ser vistas como momentos férteis para a interação entre a criança e seus familiares, devendo ser registradas demonstrações que denotam a importância desse contato para os sujeitos envolvidos, dentre elas, as manifestações de afeto positivo (abraçar, beijar) ou negativo (se esquivar, ser agressivo), mas, sobretudo, a aparente indiferença frente à presença ou proximidade de um parceiro em relação ao outro.

Também os dados oriundos da observação do diálogo que o familiar que visita a criança mantém com ela podem ser registrados nesse momento, e, a partir da análise do seu conteúdo, é possível identificar eventuais manifestações de carinho entre eles, assim como a expressão de gestos e comportamentos como abraçar, beijar, afagar a cabeça (Carvalho & Delgado, 2014., Groark e McCall, 2011., Sem & Broadhurst, 2011 Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014) . Do mesmo modo, a observação das interações havidas nesses momentos podem revelar atitudes de indiferença de um em relação ao outro (manter-se fisicamente distante, esquivar-se do contato afetivo), como ressaltam Cavalcante, Silva e Magalhães (2010).

No contexto do acolhimento institucional, conforme Siqueira e Dell'Aglio (2011), as visitas realizadas às crianças por seus familiares mesmo sendo vistas como necessárias e essenciais para reinserção familiar, nem sempre inspiraram atenção por parte dos profissionais com o bem estar da criança nessa ocasião. As autoras colocam ainda que a visita tem sido considerada importante nesse processo por ser o meio através do qual as relações entre pais e filhos podem ser preservadas – e até reforçadas – enquanto a criança estiver sob os cuidados da instituição de acolhimento.

A visita pode proporcionar um contexto de aprendizagem para a família que está disposta a fornecer um ambiente seguro para sua criança em acolhimento institucional, buscando diminuir o dano que este pode ainda lhe causar (Siqueira & Dell'Aglio, 2011). Além disso, as autoras afirmam que os benefícios da visitação se dão por meio do sentimento de segurança transmitido à criança por intermédio dos familiares que desejam manter contato, assim como pelo amadurecimento surgido da experiência de separação, o qual pode levar a ganhos desenvolvimentais para as crianças e a preservação dos laços familiares.

Igualmente, Cavalcante, Silva e Magalhães (2010), destacam que, pela complexidade do processo de reintegração familiar, as ações nele envolvidas devem ser sistemáticas, já que a permanência prolongada da criança na instituição pode ocasionar o enfraquecimento dos vínculos entre familiar-criança. Dessa forma, observam que a visita pode se configurar como um momento de construção de novas possibilidades para a criança e a família, bem como a configuração de padrões de relacionamento mais saudáveis e propiciadores do desenvolvimento, desde que o trabalho social e as políticas públicas contribuam para assegurar respostas consequentes à família.

Estudos recentes mostram um pouco mais da importância da visita familiar no contexto do acolhimento institucional. A partir da análise do cotidiano de uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes em Sergipe (Nunes, Santos, Martins & Monteiro, 2010), foi percebido que os vínculos entre as crianças e os familiares estavam fragilizados devido à escassez de visitas, entre outros fatores apontados. Em geral, pais, irmãos, tios e outros familiares só apareciam na instituição quando convocados, tanto que algumas crianças depois que foram acolhidas não mais os viram. Em outro trabalho, Gonzalez, Abaid e Dell'Aglio (2011) apontaram que a forma de contato mais comum entre adolescentes acolhidos institucionalmente e suas famílias,

eram as visitas. No entanto, a maioria das visitas (57%) era realizada pelos próprios adolescentes, e em 37% dos casos, eram eles que as recebiam. A maior parte dos adolescentes respondeu que durante as visitas mantinha mais contato com as mães, e em último lugar, com o pai.

Entende-se, a partir desses trabalhos (Siqueira & Dell’Aglío, 2011, Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010), que apesar de estes não terem avaliado a qualidade das visitas nos contextos pesquisados, a sua realização promoveu o contato dessas crianças e adolescentes com suas famílias, embora a questão da convivência familiar ainda se coloque como um processo difícil de ser articulado entre as instituições e os pais ou demais responsáveis.

Outros estudos, como o publicado por Siqueira e Dell’Aglío (2010) sobre a reunificação familiar apontou a diversidade de questões que cercam o tema da visita familiar. Os autores mostraram que o contato dos pais com os filhos por meio da visita representa um passo fundamental para o retorno dos adolescentes à sua família de origem. Assim, argumentam que as visitas devem ser mediadas pela instituição e necessitam ter um objetivo definido, concentrando-se no propósito da preservação dos vínculos familiares. Além disso, é por meio das visitas familiares que se espera que os pais possam aprender a melhor maneira de agir com seus filhos. Adicionalmente, Siqueira e Dell’Aglío (2010) ressaltam que a família deve estar em concordância com esse processo e dele participar ativamente, reconhecendo a visita familiar não apenas como um dever que lhe foi outorgado, mas um direito que lhe está assegurado em lei.

De acordo com pesquisa realizada por Carvalho e Delgado (2014), a visita familiar pode tanto trazer benefícios como malefícios às crianças que se encontram em instituições de acolhimento. Nesse sentido, se a visita familiar provoca ansiedade, sensação de vazio, medo e um sofrimento emocional para a criança, ela não é saudável.

Entretanto, se ela faz com que criança se sinta física e emocionalmente segura, antes, durante e após o contato com o familiar, a visita familiar se mostra benéfica à saúde ao desenvolvimento infantil. Mesmo com os contratempos, Carvalho e Delgado (2014) afirmam ainda que a visita familiar é necessária e sua importância precisa ser destacada. Desse modo, a interrupção dessa prática seria algo totalmente errado, com exceção dos casos em que fica demonstrado que esse contato próximo e regular é prejudicial à criança. Ou seja, quando a visita familiar representa uma ameaça real à integridade da criança ou do adolescente.

O estudo realizado por Carvalho e Delgado (2014) mostrou ainda que mais da metade das crianças institucionalizadas que recebiam visita familiar mantivera um desempenho escolar satisfatório. Além disso, a pesquisa demonstrou que as principais dificuldades para a realização da visita familiar foram: o comportamento dos pais, a tristeza da criança após a realização da visita, e o não seguimento das regras implantadas pelas instituições pelos pais, como por exemplo, a extensão do tempo de duração da visita, os atrasos rotineiros ou a chegada em horários impróprios.

A visita familiar traz benefícios tanto para o familiar quanto para o que está recebendo a visita. Estes benefícios podem ser percebidos em situações como: quem recebe a visita, normalmente, sente-se feliz, alegre e com mais esperança que em relação às dificuldades a serem solucionadas, além do sentimento de felicidade por estar perto de um ente querido. Enquanto que o familiar da criança que por motivo ou outro está longe do seu ente, ao realizar a visita, sente uma grande satisfação ao perceber que está levando um pouco de tranquilidade a ele e notícias do que está ocorrendo no mundo lá fora.

Conforme estudo de Álvaro e Lobato (2013), pode-se afirmar que a visita consiste em um fator de proteção à medida que desenvolve a autoestima da criança em

instituição de acolhimento e estimula a afetividade entre a criança e o familiar. Contudo, a visita também pode ser considerada um fator de risco, tendo em vista que ela ocorre em um espaço de acolhimento normalmente empobrecido. Observa-se que há efeitos prejudiciais ao desenvolvimento da criança em curto e em longo prazo. Estes efeitos podem ser observados quando a criança sofreu algum tipo de dano relevante causado pela família que resultou em sua institucionalização, mas que, em dado momento, volta atrás e começa a fazer visitas à criança. É comum, nessas circunstâncias, que a criança tenha medo do contato com o familiar, não interagindo com este durante a visita. Neste momento, em vez da visita familiar ser benéfica à criança, acabar por se tornar uma situação de risco, por poder levar a resultados negativos, que podem comprometer o bem-estar, desenvolvimento e desempenho social da criança (Álvaro & Lobato, 2013). Entende-se, portanto, que a visita tem inúmeras implicações para o desenvolvimento infantil, devendo ser estudada nesses termos, além de constituir-se no alvo da atuação dos profissionais que atuam nessas instituições.

McCall (2013) ressalta que as crianças pequenas que estão em situação de acolhimento têm o seu desenvolvimento quase todo afetado por essa experiência, e por tudo que a completa, incluindo as visitas. A maioria destas apresenta dificuldades no crescimento e no desenvolvimento, bem como uma variedade de problemas sociais que geralmente as crianças criadas pelos pais não apresentam. Há certos problemas que se manifestam com frequência entre crianças que estão por um período prolongado em instituições de acolhimento, sendo eles: déficit de atenção, ansiedade, interiorização e internalização do comportamento, desorganização e apego. Entende-se, portanto, a importância e a necessidade da visita dos familiares a essas crianças com a perspectiva de por meio dessa prática se manter o vínculo familiar e buscar com que a reinserção familiar aconteça de forma segura. Por outro lado, a longa permanência de

crianças em instituição de acolhimento poderá acarretar uma série de prejuízos ao seu desenvolvimento, tais como: dificuldade na aquisição de habilidades sociais e cognitivas, capacidade de estar vinculada afetivamente e apegar-se a alguém, isso tudo pode estar comprometido. Portanto, mais estudos sobre os efeitos potenciais da visita familiar sobre o desenvolvimento da criança devem ser realizados, especialmente no que se referem à investigação do padrão das atividades e das interações entre pais e filhos estabelecidas nesse contexto ecológico específico.

A literatura sobre visita familiar (Carvalho & Delgado, 2014., Cleaver, 2000., Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014., Sen & Broadhurst, 2011., Siqueira & Dell’Aglia, 2011) indica que, para que ocorra uma visita familiar de qualidade, o ambiente físico deve ser preparado para este momento, estando o mesmo sempre limpo, arejado, colocando cadeiras suficientes para que o visitante fique confortável com sua criança, e objetos (brinquedos) que estimulem e incentivem a aproximação entre o familiar e a criança, e até uma possível reconstrução dos vínculos familiares então fragilizados. Esses autores ressaltam, ainda, a importância da preparação da criança acolhida para esse momento singular que é a visita familiar, o qual deve ser realizado pelos técnicos e educadores, conversando com a criança nos dias que antecedem a visita, esclarecendo suas dúvidas, orientando como comportar-se quando estiver com o familiar, informando a criança sobre seu processo em uma linguagem acessível para que a mesma compreenda, pois comumente esta se encontra curiosa e também ansiosa para sair logo da instituição. Além disso, no dia da visita, estudos (Carvalho & Delgado, 2014., Sen & Broadhurst, 2011) mostram que é importante preocupar-se em ajudar a criança com sua higiene física e arrumar-se para receber sua visita.

A importância de preparo da criança no momento que antecede a visita configura-se no fato dela estar consciente do que irá ocorrer, como deve se comportar, e

consequentemente, como agir com seus responsáveis, contribuindo dessa maneira para o fortalecimento dos vínculos familiares muitas vezes rompidos ou enfraquecidos.

No momento da visita familiar, ou seja, o tempo que durar o contato da criança com seu familiar, é de suma importância ter em vista que são nessas poucas horas que passam juntos, que se coloca a possibilidade da criança e seus familiares retomarem a relação que estava em construção e o vínculo que estava em formação, através da pausa para a conversa, da troca de carinhos, do contato afetivo por meio de abraços, beijos, sem falar nas brincadeiras e interações lúdicas. É através das pequenas ações entre o familiar e a criança que o vínculo familiar pode estar ameaçado ou fragilizado, tem chance de ser reconstruído, na medida em que este momento contribui para a reinserção familiar da criança, caso as horas passadas juntos sejam de qualidade (interações afetuosas, lúdicas, que estimulem o bem estar da criança e promovam a redução do seu nível de ansiedade).

Para que isso ocorra, é necessário que os profissionais estejam atentos, orientando os familiares na maneira que devem portar-se quando estiverem com suas crianças, mostrando-lhes as possibilidades desse encontro e o quão valioso pode ser este momento, sobretudo para que ocorra a reinserção familiar. Estudos (Carvalho & Delgado, 2014., Cleaver, 2000., Sen & Broadhurst, 2011., Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014., Siqueira & Dell'Aglio, 2011) mostram que é indispensável que os profissionais estejam sempre por perto durante o tempo em que a visita está acontecendo, conversando vez ou outra com a criança e prestando atenção nos sinais indicados pelo comportamento do familiar no momento da visita. É importante que eles possam verificar se a visita está sendo agradável e segura para a criança, prestando atenção na forma como a criança se comporta ao longo do tempo de duração da visita, mas, sobretudo, àqueles momentos em que ela, por qualquer que seja a razão,

demonstra por meio de expressão facial e gestual estar se sentindo triste ou aborrecida, se faz birra, se chora, se atribui isso ao fato de seu familiar ter ido embora e não poder ir junto. Nesse momento, os profissionais precisam agir com prontidão e devem acalantar a criança, confortá-la, conversar em uma linguagem acessível e de modo afetuoso, para que possa explicar a ela porque o familiar precisou ir e que este deverá voltar em breve.

Tendo em vista que o antes, o durante e o depois da visita se constituem em momentos distintos de um mesmo processo, estes momentos têm uma importância ímpar na preservação das relações entre a criança e sua família, contribuindo para a reconstrução desses vínculos que podem ter sido rompidos, favorecendo o desenvolvimento da criança que está afastada de seu ambiente de origem, além de ser fundamental para reinserção familiar da criança que se encontra em um espaço de acolhimento institucional. Os estudos aqui apresentados mostram que a visita familiar ocorre no contexto do acolhimento institucional de crianças de forma variada e parecem não seguir uma única regra no que se refere à frequência ideal e real com que ocorrem, já que são observadas, tanto esporadicamente, como frequentemente. Quem normalmente mais visita a criança são os genitores, seguido de avós e tios, mas, como esse contato costuma ocorrer, se pode ser reconhecido como de qualidade e/ou benéfico à criança, estas são questões que irão depender em grande parte da orientação e supervisão realizada pelos técnicos e educadores da instituição de acolhimento infantil.

Na perspectiva de contribuir com a discussão sobre a importância da preparação do ambiente e da criança para que ocorra uma visita familiar saudável e de qualidade, este estudo se propôs investigar aspectos da organização do ambiente e da preparação da criança antes, durante e após a visita na visão dos técnicos e educadores da instituição.

Método

Delineamento:

Este é um estudo qualitativo, de cunho descritivo.

Participantes

Participaram da pesquisa sete educadoras e cinco técnicas, as quais trabalhavam em instituições de acolhimento infantil

Tabela 1.
Perfil dos participantes

Participante	Idade (Anos)	Escolaridade	Tempo de serviço	Instituição que trabalha
Educadora L	33	Ensino Médio	2 anos	Instituição não-governamental
Educadora G	27	Ensino Médio	1 ano	Instituição não-governamental
Educadora M	36	Ensino Fundamental	3 anos	Instituição não-governamental
Técnica D	28	Ensino Superior	1 ano	Instituição não-governamental
Técnica C	58	Ensino Superior	3 anos	Instituição não-governamental
Educadora B	32	Ensino Superior	1 ano 6 meses	Instituição Governamental
Educadora M	30	Ensino Superior	8 meses	Instituição Governamental
Educadora V	28	Ensino Superior	6 meses	Instituição Governamental
Educadora S	42	Ensino Médio	9 meses	Instituição Governamental
Técnica Z	40	Ensino Superior	2 meses	Instituição Governamental
Técnica N	48	Ensino Superior	3 anos	Instituição Governamental
Técnica Q	52	Ensino Superior	7 anos	Instituição Governamental

Contexto:

A pesquisa foi realizada em duas instituições de acolhimento infantil da Região Metropolitana de Belém, sendo uma delas governamental e a outra não governamental. O sentido de escolher instituições com perfis diferenciados deve-se ao objetivo da investigação proposta: descrever e analisar como a visita familiar ocorria em cada uma

desses espaços de acolhimento provisório, buscando identificar semelhanças e diferenças entre os contextos pesquisados. A instituição governamental acolhia exclusivamente crianças de zero a seis anos e a instituição não governamental atendia uma faixa etária mais ampla – de sete a onze anos.

Para essa classificação considera-se o que propôs Rodrigues (1998), ao definir como não governamental organizações sem fins lucrativos, que expressam a sociedade civil organizada, com participação ativa de voluntários, mas que têm como propósito atender o interesse público em diferentes áreas (assistência social, educação, saúde, etc.). Já a instituição governamental seria aquela que se mantém sob a responsabilidade exclusiva do Estado, como define Souza (2006).

Conforme Relatório da Infância e da Juventude (2013), as instituições de acolhimento de natureza não governamental são predominantes na maior parte Brasil. O documento traz ainda que, na maioria das regiões do país as instituições privadas superam aquelas mantidas com recursos dos governos (municipal, estadual ou federal) no que se refere à manutenção dos custos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Destaca-se, ainda, que as instituições não governamentais são comumente responsáveis pelo planejamento e execução de programas de proteção a criança, além de atuarem de forma organizada na implementação de políticas de proteção a infância e adolescência. A predominância desse tipo de instituição reforça a responsabilidade quase que exclusiva do poder público no apoio técnico e financeiro a essas organizações. Resumindo, observa-se uma menor atuação do Estado nessa área da política pública e, conseqüentemente, uma destacada presença do chamado terceiro setor na gestão social de serviços de acolhimento institucional.

Ambiente:

O ambiente da pesquisa constitui-se no espaço onde as visitas familiares ocorriam. Na instituição governamental, o espaço destinado às visitas equivalia ao pátio da instituição, enquanto que, na instituição não governamental, este era o quintal. Em ambas as instituições o ambiente onde foi realizada a coleta de dados no momento das visitas familiares era o mesmo destinado ao lazer e às brincadeiras das crianças.

O pátio da instituição governamental é uma área coberta, ampla, em formato de quadra, com chão de cimento e sem paredes laterais. Nas laterais há algumas cadeiras e bancos, destinados aos visitantes. O espaço possui um palco que comumente é utilizado para eventos realizados na instituição, mas também pelas crianças durante as brincadeiras e pelos familiares quando vão visitar sua criança. É um local aberto, bastante quente, com poucos bancos para que visitantes e visitados possam nele permanecer de modo confortável, praticamente sem zelar pelo direito à privacidade da criança e seu familiares. Algumas vezes os familiares de uma criança se conhecem e se envolvem uns com os outros que lá também estejam pela mesma razão.

O quintal da instituição não-governamental é uma área aberta, com chão de cimento, dimensões reduzidas e algumas árvores ao redor, além dos brinquedos instalados que ficam à disposição das crianças. Ao decorrer do quintal, nos dias destinados a visita, são colocadas cadeiras e bancos para que os familiares fiquem sentados e possam permanecer em contato com suas crianças de forma confortável. O espaço é ventilado, agradável, limpo e nos dias de visita há menos fluxo de pessoas no espaço destinado a visita, conforme foi observado pela pesquisadora durante o período da coleta e relatado nas entrevistas com as educadoras participantes da pesquisa.

Instrumentos:

Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada para coleta de dados com educadoras e técnicas (ANEXO C) que trabalhavam nas duas instituições pesquisadas a fim de identificar o ponto de vista delas acerca do ambiente em que acontecia a visita, e conhecer ainda se e como ocorria a preparação e o acompanhamento da criança durante o processo de duração da visita familiar. As questões que constituíram o roteiro de entrevista foram: 1. Fale como a visita familiar acontece na instituição onde você trabalha. 2. Na instituição em que você trabalha existem regras para regulamentar as visitas familiares? Se sim, quais são elas? Se não, por que não existem? 3. O ambiente físico é preparado para o momento da visita familiar na instituição em que você trabalha? 4. A instituição em que você trabalha age na preparação das crianças para a visita familiar? 5. A instituição realiza um trabalho de acompanhamento da criança no momento da visita? 6. A instituição realiza um trabalho de acompanhamento da criança ao término da visita? 7. Na visita familiar, qual o seu papel como educador/ técnico?

Contudo, no presente trabalho, utilizou-se em principalmente o conteúdo das questões de número três, quatro e cinco a fim de verificar como ocorria a preparação da criança antes, durante e após a visita familiar na visão de técnicos e educadores. Outra questão discutida neste estudo foi aquela que se propôs verificar se a instituição possuía regras para o momento da visita, tais como. A questão de número dois indagava sobre os dispositivos que criavam regras próprias para orientar a realização da VF na instituição. Perguntava-se sobre qual o tempo que a instituição destinava ao familiar para que ele pudesse estar junto à sua criança, o que era e o que não era permitido conversar com ela, o que era e o que não era permitido trazer de casa ou adquirir no comércio local e oferecer às crianças, principalmente alimentos e outros objetos, dentre outras. Além disso foi utilizado o diário de campo (DC) para registro das observações

feitas pela pesquisadora dos vários aspectos envolvidos na entrevista com os participantes da pesquisa.

Procedimentos da pesquisa:

Autorização judicial e aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética:

Para o adequado desenvolvimento deste estudo, a primeira providência foi obter autorização judicial para realização de visitas sistemáticas às duas instituições de acolhimento selecionadas, favorecendo o livre acesso às dependências da instituição e a aproximação com os educadores, técnicos, crianças e os familiares que as visitam.

É importante registrar que esta etapa já havia sido cumprida como parte da pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: Perfil, rotinas e práticas de cuidado”, coordenada pela professora Dr^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante, que obteve parecer favorável à sua realização assinado pelo juiz titular da 1^a Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital. Do mesmo modo, o projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, de acordo com o documento nº 568.256 CEP-ICS/UFGA (ANEXO F).

Reconhecimento do ambiente institucional e dos sujeitos da pesquisa:

Após a aprovação da pesquisa pelas autoridades competentes, teve início o trabalho de exploração do ambiente institucional. Foram utilizadas duas estratégias: 1) Contatos iniciais com os participantes da pesquisa por meio de encontros e/ou abordagem individual, apresentando os objetivos e o método do estudo proposto e motivando a participação dos técnicos e educadores; 2) Registros preliminares acerca da preparação do ambiente para a realização da visita, como a criança é preparada para o

momento da visita, como a equipe técnica e educadores se colocam e percebem a importância desse momento.

Realização das entrevistas com as educadoras e técnicas:

Neste estudo, realizou-se uma entrevista semiestruturada contendo sete questões, com as educadoras e técnicas de duas instituições de acolhimento infantil, e esta foi gravada. A entrevista teve a finalidade de compreender como as educadoras e as técnicas preparavam a criança e o ambiente para o momento da visita familiar, e de que maneira contribuíam para que o contato entre eles fosse de positivo e trouxesse benefícios, tanto para a criança quanto para a família.

Procedimento de análise dos dados:

As entrevistas foram transcritas e codificadas através da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), visando obter a descrição do conteúdo que foi informado pelos participantes durante o momento em que responderam as questões presentes em um roteiro previamente elaborado para esse fim.

Para uma análise mais concisa do material foram criadas categorias que compreendem os seguintes períodos temporais: preparação e acompanhamento antes da visita, durante a visita e após a visita. A posteriori, foram propostas as subcategorias de análise: 1) centradas na criança (quando os educadores e/ou técnicos conversam, orientam e a aconselham a acerca da visita que vão receber, como ela deve comportar-se e agir neste momento); 2) centradas na família (quando os técnicos orientam as famílias sobre as regras da visita, sobre a forma como devem se portar quando estiverem com a criança, sobre o que é permitido e não é permitido nesta ocasião, visando sempre o bem-estar infantil); e 3) centradas no ambiente (refere-se à preparação do ambiente físico e social em que a visita ocorre, procurando identificar se algo é feito para, por exemplo,

assegurar uma estrutura adequada que permita a realização de uma visita de qualidade, ou seja, que venha trazer benefícios para o desenvolvimento da criança mesmo em um ambiente por vezes hostil como pode ser observado em instituições de acolhimento e que contribua para sua reinserção familiar.

Para a adequada análise do material registrado a partir das entrevistas realizadas pela pesquisadora, foram utilizadas ainda as anotações feitas no diário de campo, cujo conteúdo foi submetido ao mesmo procedimento de análise proposto por Bardin (1977).

Resultados

Os resultados apontaram se e como nas instituições pesquisadas o ambiente era preparado para o momento da visita familiar, e se os participantes defendem a importância da sua preparação anterior, se entendem ser importante organizar previamente o lugar aonde as pessoas irão se encontrar e lá permanecer por um período de tempo, reconhecendo a importância destes aspectos nesse processo. Os resultados demonstraram que nem sempre os participantes reportaram à importância da preparação do ambiente físico no qual ocorre a visita familiar no interior da instituição.

A Tabela 3 mostra se e como ocorria a preparação da criança para o momento da visita do ponto de vista de técnicos e educadores de duas instituições de acolhimento, ambas localizadas na Região Metropolitana de Belém.

Tabela 3.
Preparação da criança no momento que antecede a visita

		Visão dos educadores e técnicos	
		Instituição Governamental	Instituição Não Governamental
Sim	Centrada na criança		<ul style="list-style-type: none"> • “Quando vai ter a visita, aí a gente tenta conversar com elas para diminuir a ansiedade”. (Educadora G)
	Centrada na Família		<ul style="list-style-type: none"> • “A gente prepara também os familiares para eles não estarem faltando nessas visitas”. (Técnica D)
	Centrada no ambiente		<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, é preparado. A gente limpa, e varre, junta o lixo todinho. A gente coloca cadeiras para quando as visitas chegarem ficar à vontade com as meninas”. (Educadora, G)
Não	Centrada na Criança	<ul style="list-style-type: none"> • “Não, no máximo eles gritam: <i>Fulano, visita!</i>. Aí, a criança vai ao encontro do seu familiar”. (Educadora M) 	
	Centrada na família	<ul style="list-style-type: none"> • “Não tem essa preparação, porque normalmente a gente nem sabe quando a família vem”. (Técnica Z) 	
	Centrada no ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • “Não. Eu acho que deveria ser bem melhor. Deveria ter mais bancos, ser mais limpo, ter mais coisas pras crianças interagirem”. (Educadora S) 	
Sim e Não	Centrada na Criança	<ul style="list-style-type: none"> • “Quando a criança entra aqui ela começa a sentir falta. Então, através do diálogo, nós vamos falando à criança que o familiar irá voltar para visitá-la. E não existe uma preparação quando as são visitas regulares”. (Técnica N) 	

Centrada
na
Família

Centrada
no
ambiente

Os dados apresentados na Tabela 3 indicam que, na instituição não governamental, na visão de técnicas e educadoras entrevistadas, a criança é preparada para o momento da visita, enquanto que, na instituição governamental, as participantes disseram não existir o propriamente um preparo da criança para este momento, ainda que ele faça parte da rotina infantil. Observou-se, também, que, na instituição não governamental, os participantes destacaram a preparação do ambiente para o momento da visita, já na outra instituição isso não foi mencionado.

Os resultados sugerem também que, na instituição não governamental, a subcategoria medidas de preparação centrada na criança foi destacada pelos participantes. É possível observar uma preocupação por parte da equipe de técnicos e educadores com o preparo da criança para a visita familiar. Eles disseram conversar com as crianças, orientá-las, aconselhá-las acerca de seu comportamento na presença dos pais e demais familiares, enfim, mostravam as crianças como o familiar que vinha visitá-las deveria ser tratado, e como elas deveriam aproveitar este momento. É importante frisar que os participantes da outra instituição não referiram qualquer ação nesse sentido. Na instituição não governamental, a subcategoria centrada na família também foi destacada positivamente. Os participantes disseram haver uma atenção com o preparo da família, um trabalho prévio de orientação dos pais, até mesmo para que eles consigam perceber a importância do momento da visita, tanto para si mesmo, como para criança. Dessa maneira, esses participantes supunham ser possível fazer com que a família conseguisse ser assídua em suas visitas às crianças. Nota-se que a categoria

centrada no ambiente foi também mencionada, na medida em que os participantes disseram haver certo preparo do ambiente físico onde ocorriam as visitas, procurando deixá-lo limpo e agradável, visando que criança e seu familiar ficassem à vontade nesse espaço e nele pudesse ocorrer uma visita de qualidade.

Por sua vez, os participantes da instituição governamental declararam que não se poderia afirmar que lá a criança era preparada para o momento da visita familiar, e que, no máximo, elas eram informadas da chegada do familiar que estava ali para lhe visitar. Este dado traz uma reflexão que deve ser estimulada, pois existem situações em que a criança está há meses na instituição sem receber a visita de sua família, até que um certo dia qualquer um dos seus membros aparece e a criança normalmente hesita em manter contato com ele, pouco interage, demonstra não querer ficar perto, pois pode não reconhecer o visitante.

Quanto à subcategoria centrada na família, segundo informado, na maioria das vezes o familiar não sabe ao certo quando irá visitar a criança, logo, seria difícil haver uma preparação específica para esse encontro. Além disso, as educadoras e técnicas ouvidas alegaram que se conversarem e falarem muito sobre a família com a criança que não recebe visita regularmente, por exemplo, esse fato poderia surtir o efeito contrário, isto é, acabar por provocar nela sentimentos de frustração, tristeza e ansiedade. A subcategoria centrada no ambiente também foi destacada negativamente, pois, conforme mencionado nas entrevistas, o ambiente em que ocorre a visita deveria ser estruturado para esse fim, em razão de ser nele que a criança e seus familiares permanecem a maior parte do tempo. Eles ressaltam que o ambiente deveria ser mais bem estruturado para esse momento, tornando-o agradável e confortável, uma vez que este é um espaço aberto e muito quente, com poucos bancos para servirem de assento e objetos que possam facilitar a interação entre quem visita e quem é visitado. Com mais recursos e

delimitação do espaço que ficaria destinado para esse encontro, talvez a criança e seus familiares pudessem ficar mais à vontade e serem mais harmônicos em suas interações.

A Tabela 4 apresenta dados sobre o momento da visita propriamente dito, conforme a visão dos técnicos e educadores.

Tabela 4.
O durante a visita na visão dos técnicos e educadores

		Visão dos educadores e técnicos	
		Instituição Governamental	Instituição Não Governamental
Sim	Centrada na criança		<ul style="list-style-type: none"> “Quando eu posso, procuro estar lá onde ocorrem as visitas, e oriento as cuidadoras para estarem sempre perto da visita”. (Técnica D)
	Centrada na família	<ul style="list-style-type: none"> “De vez em quando, o Serviço Social vai lá, conversa com a família”. (Educadora M) “A família chega. Eu, pelo menos, falo da importância desse vínculo afetivo, que tem que vir para estabelecer essa aproximação com a criança”. (Técnica Z) 	<ul style="list-style-type: none"> “A gente começa com a visita aqui na sala dos técnicos com o familiar, só depois o liberamos para encontrar com a criança”. (Técnica C) “De vez em quando a gente olha só para ver o que o familiar está tratando com a criança”. (Educadora G)
	Centrada no ambiente		
Não	Centrada na criança	<ul style="list-style-type: none"> “Se o familiar chega dentro do horário da visita, aí avisam a coordenação. Dizem: <i>Olha, traz a criança tal!</i> E pronto. E aí a criança fica com o familiar sem nenhum acompanhamento”. (Educadora B) 	<ul style="list-style-type: none"> “Não existe acompanhamento da criança nesse momento. A gente procura deixar o familiar e a criança bem à vontade”. (Educadora L)
	Centrada na família	<ul style="list-style-type: none"> “Não. Na primeira vez, a família é encaminhada lá pros técnicos. Aí, quando é liberado, o familiar pode começar realizar visita”. (Educadora B) 	
	Centrada no ambiente		
Sim	Centrada na criança		

Não	Centrada na família	<ul style="list-style-type: none"> • “Em alguns casos, sim, a gente acompanha, são as visitas monitoradas. É quando a gente tem que estar mais ao lado daquelas famílias. Já em outros casos, não, quando já conhecemos a família”. (Técnica N) 	<ul style="list-style-type: none"> • “Mais ou menos. A gente não fica direto com elas. A gente dá uma passada rápida lá, onde a visita está ocorrendo, e volta”. (Técnica C)
	Centrada no ambiente		

Os dados descritos na Tabela 4 indicam que, na instituição não governamental, cerca de 90% dos técnicos e educadores consideraram que existiria um processo de acompanhamento da criança e da família no momento em que a visita está ocorrendo. Eles citam que um técnico ou um educador costuma ir até o ambiente na ocasião em que está sendo realizada a visita para observar como as crianças estão se comportando e como o familiar interage com esta. Já 5% dos técnicos e educadores acreditam que não há por parte da instituição um acompanhamento desse momento, e os outros 5% destacam que, por vezes, esse acompanhamento à visita existe de fato por parte dos técnicos e/ou educadores, mas que, em outras, isso não acontece da forma esperada. Ou seja, essa é uma medida que não pode ser descrita como usual, algo que ocorra rotineiramente na instituição.

Já na instituição governamental, conforme informado por meio das entrevistas realizadas, 80% dos técnicos e educadores relataram existir o acompanhamento da criança e da família, mas que este se daria no exato momento em que a visita está iniciando, e não como uma etapa prévia. Foi mencionado pelos participantes que técnicos e/ou educadores da instituição costumam observar à distância o desenrolar da visita e orientar os familiares acerca da importância desse contato ser regular suas crianças. Contudo, para 10% dos técnicos e educadores entrevistados, não existe propriamente o que se denomina acompanhamento da criança e da família durante o

momento da visita, e quanto aos outros 10%, eles consideram que numa vez ou outra isso até acontece, mas que essa não é uma conduta que esteja regulamentada.

Na subcategoria centrada na criança, os dados mostram que técnicos ou educadores da instituição não governamental sempre procuram estar presentes durante a visita, mantendo-se próximos para orientar a criança em alguma situação difícil que venha ocorrer. Entretanto, esta categoria revela que, por vezes, não existe mesmo um acompanhamento dos técnicos e educadores, posto que estes geralmente optam por deixar a criança sozinha com o familiar até para que possam estar mais à vontade um com o outro. A categoria centrada na família foi mencionada positivamente, quando os técnicos colocam que a visita normalmente começa no setor técnico, quando ocorre uma conversa do familiar em visitação com o assistente social ou o psicólogo, dependendo da situação. Nessa ocasião, são explicadas as regras da visita, como eles devem comportar-se e interagir com a criança, e quais as perguntas e atitudes que não devem ter na presença dela.

Além disso, os relatos dos participantes dão conta que frequentemente educadores e técnicos passam pelo ambiente em que a visita está ocorrendo a fim de se certificar sobre o que o familiar e a criança conversam, e verificar se ela está sendo destrutada ou tendo que responder a perguntas ou falar de assuntos que não são permitidos pela instituição (registro feito no diário de campo). Todavia, para alguns dos técnicos e educadores entrevistados não existiria acompanhamento nesse momento, pois preferem deixar a criança à vontade com seu familiar, já que são raros os momentos em que ambos estão juntos. Os educadores e técnicos colocam ainda que às vezes existe o acompanhamento à visita, mas que isso ocorre geralmente quando o familiar está indo pela primeira vez à instituição (registro feito no diário de campo).

Na instituição governamental, os dados demonstraram que não são tomadas medidas de acompanhamento da visita que sejam voltadas à criança. O que comumente ocorre é que o familiar chega à instituição para visitar sua criança e a coordenação do serviço informada que ela deve ser informada disso. É o educador quem leva a criança ao encontro do familiar visitante, não havendo, pois, nenhum tipo de preparação para que ela possa vivenciar este momento, menos ainda existe o que pode ser exemplificado como acompanhamento a pais e filhos durante a visita.

No que se refere à subcategoria centrada na família, observou-se que ela se apresenta, tanto positivamente, quanto negativamente, na instituição não-governamental. Participantes relataram que é comum ver as assistentes sociais estarem no ambiente da visita para conversar e orientar a família no trato com a criança. De fato, os dados da pesquisa dão conta da realização de conversas com os pais e demais visitantes sobre a importância desse contato próximo e regular para o fortalecimento dos vínculos afetivos quando a criança está privada do convívio em ambiente familiar. Por outro lado, os relatos dos participantes mostram que a família, antes da visita, costuma ser encaminhada para conversar com os técnicos, e que só ela pode ver a criança após isso, mas que o encontro da criança ocorre sem nenhuma supervisão. Conforme informado, a visita é monitorada apenas quando o familiar está indo pela primeira vez à instituição, ou caso o visitante tenha algum problema de ordem psíquica. Nessas condições, a visita acontece em uma sala reservada ou no Setor Técnico, sempre sob a supervisão de algum membro da equipe, que orienta e acompanha o familiar sobre como lidar com a criança. Em outros momentos, técnicos e educadores avaliam que não se dá propriamente um acompanhamento da visita feita à criança, principalmente quando já se conhece a família. Se antes foi feito um estudo positivo sobre a viabilidade e a oportunidade desse contato entre a criança e seu responsável familiar, não haveria então

razão para haver desconfiança em relação à sua conduta e proibir que este possa ficar sozinho com ela.

A Tabela 5 apresenta dados sobre o momento subsequente à visita do ponto de vista dos técnicos e educadores participantes do presente estudo.

Tabela 5.
Momento após a visita na visão dos técnicos e educadores

		Visão dos técnicos e educadores	
		Instituição governamental	Instituição não governamental
Sim	Centrada na criança	<ul style="list-style-type: none"> “Pois é, existe um acolhimento, um diálogo por partes dos técnicos, fazendo com que a criança entenda que a mãe vai retornar”. (Técnica N) “A gente tenta conversar com todo mundo, dizendo que o pai ele vai voltar, que vem visitá-la, não fazendo que este seja um momento de despedida, mas sim, que a criança compreenda que ela vai ter outros encontros com a família”. (Educadora V) 	<ul style="list-style-type: none"> “Quando a gente percebe que tem esse sentimento de tristeza, quando o familiar vai embora, normalmente a gente fala: <i>Não, mas ele vai voltar. Não se preocupe!</i>”. (Técnica L) “Sim, tem. Inclusive eu muitas vezes já fiz isso. Vou lá com elas, converso, e digo: <i>Não, minha filha, tua mãe ou tua tia tem que ir, mas ela vai voltar. Não fica assim, triste. Somos tua mãe também</i>”. (Educadora M)
	Centrada na família		
	Centrada no ambiente		
Não	Centrada na criança	<ul style="list-style-type: none"> “Não há um acompanhamento em torno disso. As crianças maiores quando os pais vão embora, aprontam bastante, não quem querem deixar o familiar ir. Aí, o trabalho é quase físico mesmo: pega e segura a criança, tem que conter a mesma. Então, acho esse um momento triste”. (Educadora B) 	
	Centrada na família		
	Centrada no ambiente		
Sim e Não	Centrada na criança		
	Centrada na família		

Os dados apresentados na Tabela 4 indicam que, na instituição não governamental, existe um acompanhamento por parte dos técnicos e educadores das crianças em acolhimento institucional sempre que visita é concluída. Já na instituição governamental, os dados apontam que para 70% dos participantes a criança costuma ser acompanhada sempre que a visita é concluída, mas os outros 30% não têm a mesma opinião.

Os resultados demonstraram também que, na instituição não governamental, a subcategoria centrada na criança foi a que mais se destacou. Pelo relatado, normalmente quando a visita chega ao fim, e a criança demonstra estar triste e apresenta comportamento de choro intenso, os técnicos e educadores conversam com ela e procuram acalmá-la. Muitas vezes, eles estabelecem com a criança um contato afetivo, manifestando comportamentos como abraçar, afagar o cabelo e dirigir-lhe palavras carinhosas, ou mesmo explicando que o visitante foi embora, mas que irá retornar em breve, que ela não precisa se preocupar. Outras vezes, conforme as observações da pesquisadora, os profissionais eram atenciosos e presentes nesse momento tão importante para criança, pois, além de perceberem o quão necessário isso se fazia, estavam em um ambiente pequeno, com a presença de poucos acolhidos, e talvez por isso conseguissem realizar com mais facilidade seu trabalho.

Na instituição governamental, os dados mostraram que, do ponto de vista de educadores e técnicos, quando a visita é concluída, se alguém percebe que a criança não está bem, procura acolhê-la de maneira afetiva, dizendo-lhe que o familiar logo retornará para visitá-la e que eles terão outros encontros em breve. Eles dizem agir assim com a criança para evitar que este seja um momento marcado apenas por

sentimentos como tristeza e angústia. Já para maioria dos profissionais entrevistados não haveria como dizer que existe um acompanhamento da criança após o término da visita, seja porque são muitas crianças na instituição e o número de profissionais é insuficiente para atender as demandas infantis, seja porque as maiores, na faixa etária de quatro a seis anos, por supostamente entenderem melhor o que está acontecendo naquele momento, protestam mais à separação dos familiares, e podem apresentar comportamento de birra, tentando evitar que o visitante deixe a instituição. De acordo com observações da pesquisadora registradas no diário de campo (DC), algumas vezes o acompanhamento por parte dos técnicos e educadores não ocorria provavelmente pelo fato dos mesmos terem que lidar com as demandas de um número grande de crianças, e terem outras exigências institucionais, também urgentes para atenderem.

Discussão

É provável que as diferenças apontadas por educadores e técnicos indagados quanto ao modo como as duas instituições agem em relação à preparação da criança para o momento da visita, e o seu acompanhamento durante e após o contato com seus familiares, devam-se ao fato de que uma das organizações ainda funciona – sob vários aspectos – nos moldes dos antigos orfanatos. Ou seja, trata-se de uma instituição governamental que pode ser descrita como um espaço de acolhimento provisório infantil que funciona em um prédio que apresenta amplas dimensões físicas, com vários dormitórios e refeitórios. A instituição acolhia à época da pesquisa pouco mais de 30 crianças, mas, em um passado recente, atendia muito mais que isto, algo em torno de 60 crianças em média (Diário de campo). Essa característica do ambiente leva à presença de outra que tem provável efeito sobre a visita família nesse contexto específico: existência de uma alta rotatividade de educadores e até mesmo de técnicos para atender

as demandas infantis (Diário de campo). Consequentemente, a atenção que deveria ser ofertada à criança e sua família nesse momento tão ímpar no processo de acolhimento institucional, esta acaba não acontecendo como o esperado. Alguns participantes informaram que não existiria por assim dizer um cuidado maior com o ambiente onde estarão juntos e em interação, quem faz e quem recebe a visita.

Por sua vez, a instituição não governamental, acolhe poucas crianças (no período da coleta mantinha oito crianças), tem um número reduzido de educadores, sendo três no período diurno e outros três no turno da noite, e mais duas técnicas (registros do diário de campo). Assim, pelo informado, os técnicos e os educadores ofertavam mais atenção às crianças em cada fase da visita e para cada uma delas, conforme traços particulares da sua individualidade, além de prepararem o ambiente físico para a visita a fim de que a mesma acontecesse de forma confortável e segura para a criança e seus familiares. Nesta instituição, o fato de acolherem poucas crianças era fator positivo quando se considera que isso tende a melhorar a qualidade da visita familiar. Essa característica, em particular, pode contribuir para que os profissionais que nela trabalham possam prestar mais atenção na dinâmica da visita familiar e a condição da criança nesse contexto. Todavia, nesta mesma instituição, é importante destacar que as visitas ocorriam apenas uma vez por semana, às quartas-feiras, o que muitas vezes tornava inviável o comparecimento dos familiares nas condições estabelecidas, uma vez que este era o único dia na semana destinado à visita e com horário restrito. Talvez, por isso, foi observado que a maior parte das famílias parecia fazer um grande esforço para estar na instituição no dia e no horário determinados, evitando faltar ou sair mais cedo.

A preparação da criança para o momento da visita, bem como seu acompanhamento durante o período em que está ocorrendo o contato com seus

familiares e após o seu término, é fundamental para que esta experiência traga reais benefícios, tanto para criança quanto para o familiar. O mesmo se pode dizer quando se refere ao ambiente em que ocorre a visita. A estrutura e a preparação do mesmo são importantíssimas para que haja uma interação mais íntima entre a criança e o seu familiar, e, nesse sentido, coloca a possibilidade do fortalecimento dos vínculos afetivos entre ambos acontecer.

A preparação do ambiente para a visita, conforme sugere a literatura (Carvalho & Delgado, 2014., Cleaver, 2000., Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014., Sen & Broadhurst, 2011., Siqueira & Dell'Aglio, 2011), precisa orientar como o contato da criança com sua família e/ou membros da comunidade pode ocorrer da forma esperada, se com mais conforto, aconchego e privacidade.

Como foi possível observar, ao se analisar os dados referentes à instituição governamental, que é a maior em termos de espaço físico e número de crianças acolhidas, considera-se que a preparação para o ambiente nesse momento não ocorria conforme o esperado. A visitação ocorria normalmente em um ambiente quente, com poucas cadeiras, sem objetos que estimulassem a interação entre o familiar e a criança, o que provavelmente afetava negativamente a dinâmica interacional na visita. Os familiares por se sentirem desconfortáveis na medida em que ficavam muitas vezes em pé, em um ambiente quente, sem objetos que estimulassem a interação, acabavam por encurtar o tempo da visita, ou seja, passavam menos tempo com sua criança, o que supostamente diminuiria as chances de haver depois a reconstrução dos vínculos afetivos.

Ainda sobre da criança, foi reportado pelos entrevistados raramente os técnicos e/ou educadores arrumavam a criança, conversavam e explicavam que ela era iria receber uma visita. Na visão deles, isso era algo pouco importante, tendo em vista que

eram crianças muito pequenas e que provavelmente não entenderiam a importância do momento da visita. O que se entende ser um pensamento e um modo de agir totalmente equivocado, pois o preparo da criança, o conversar com a mesma, orientá-la, contribui para que ela esteja bem e para que as trocas estabelecidas durante o momento da visita seja de qualidade.

Ao mesmo modo, o acompanhamento da criança e do seu familiar no momento da visita também se configurava como um momento bastante difícil nessa instituição. Este era um momento no qual os técnicos e educadores tinham que estar atentos, por perto, procurando orientar a criança e/ou seu familiar nesse contato, ajudando-os no que fosse necessário. No entanto, por ser esta uma instituição, como dito antes, em que os profissionais disseram ter mais dificuldade para atender as múltiplas demandas das crianças, eles quase nunca realizavam isso, normalmente deixavam a criança sozinha com o familiar e só os encontravam ao término da visita. Essas atitudes influenciavam de forma negativa a visita, pois, sem a atenção e orientação dos técnicos e educadores, tornava-se, normalmente, mais dificultosa a (re)construção de um vínculo afetivo, a interação adequada do familiar com a sua criança. Em outras palavras, torna-se complicado ter uma visita de qualidade diante das condições dadas. E no momento pós visita, como apurado, as crianças choravam, protestavam, faziam birras, demonstravam estar tristes, porém os técnicos e educadores dessa instituição, geralmente, pouco ou nenhum auxílio prestavam, seja por estarem muito ocupados com outras demandas, ou simplesmente por não considerarem ser este um momento significativo para a criança.

Estudos (Carvalho & Delgado, 2014., Groark e McCall, 2011., Sem & Broadhurst, 2011., Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014) mostram que durante a visita as crianças costumam expressar seus sentimentos no que se à forma como se veem em relação à vida na instituição, o que pensam, sentem e fazem nesse contexto específico,

além de mostrar o quanto parecem querer ou não a companhia de quem busca estabelecer com ela essa forma de contato. Nesse sentido, ao contrário do que foi dito pelos entrevistados, entende-se ser necessário que técnicos e educadores possam conversar e explicar para a criança o quão importante foi aquele momento que chegou ao fim, acalentá-la diante da manifestação de comportamentos de choro e sinais de aflição, a fim de que ela se sinta menos desprotegida e acolhida por um ambiente que – apesar de ser institucional – parece-lhe confortável e íntimo, como pode ser o lar familiar, nos moldes em que descreve Bronfenbrenner (1996).

Já na instituição não governamental, que em vários aspectos funciona de acordo com o que o ECA (Brasil, 1990) e as Orientações técnicas: serviços de acolhimento para criança e adolescentes (Brasil, 2009) propõem por configura-se como uma casa, acolhe um número menor de criança, havendo um rodízio mais reduzido de educadores e técnicos. Talvez, por isso, o ambiente era mais cuidadosamente preparado para o momento da visita. Antes da visita ter início, eles varriam o local, colocavam o número adequado de cadeiras, dispunham brinquedos e diversos objetos que contribuíam para uma interação maior entre a criança e o familiar, de forma que os visitantes e visitados sentissem-se confortáveis, contribuindo para que passassem mais tempo juntos durante a visita conseqüentemente reconstruísem os vínculos muitas vezes rompidos entre os mesmos. Nessa instituição, a criança era preparada por educadores e técnicos para o momento da visita. As profissionais conversavam com as crianças um dia antes de receberem a visita, as orientavam, falavam sobre a importância de comportarem bem e terem boas atitudes com o familiar que a visitava para que esse retornasse sempre. Além disso, no dia da visita, acordavam as crianças um pouco mais cedo que o normal, já que a visita ocorria pelo horário da manhã, as ajudavam em sua higiene física, as arrumavam, reforçavam recomendações em relação ao seu

comportamento. Eram atitudes relevantes quando se quer assegurar que a visita ocorra da forma mais adequada e proveitosa possível para a criança.

No decorrer da visita, as técnicas e educadoras ficavam sempre por perto, orientavam sempre que necessário o familiar, na forma com que ele iria tratar a criança, o que iria conversar com a mesma, explicavam a importância desse momento para a reconstrução dos vínculos afetivos com a criança, e para que ela conseguisse se sentir mais tranquila quanto ao seu processo de retorno à família de origem. Essas eram atitudes importantíssimas, pois contribuía para que a visita fosse de qualidade para a criança. No pós visita, segundo os dados da pesquisa, era comum haver crianças que se recolhiam, demonstrando estarem tristes com o desfecho da situação, até mesmo porque nessa instituição a visita ocorria apenas uma vez na semana, que era às quartas-feiras. Nesse momento, os profissionais acalentavam e conversavam com a criança, explicavam que era necessário que isso ocorresse, mais que ela não deveria ficar triste, que na semana seguinte o familiar retornaria, que em breve ela estaria retornando para sua casa, mais enquanto estava lá na instituição, precisava contribuir e ser amiga das outras crianças, que seria um momento breve na vida delas. O pós visita configura-se como essencial para a criança, para que ela entenda tudo que está ocorrendo, e dessa maneira a mesma possa contribuir para que as visitas familiares sejam de qualidade.

De acordo com Holcomb (2004), para se obter uma visita de qualidade é necessário preparar psicologicamente os familiares para a visita, mostrando que esta deve ser uma experiência positiva para criança. Com isso, admite-se que as visitas devem se tornar no decorrer do tempo mais longa a fim de que ocorra uma aproximação maior entre familiar-criança e, conseqüentemente, aumente a chance de uma reunificação familiar breve e segura. Contudo, para isso, é importante ajudar a família

criar rituais em torno visitas, que incluam saudações ao encontro com a criança com um "Olá" e ritual "Adeus" para reduzir o stress em tempos de transição.

Cada visita deve ser documentada pelo educador e/ou técnico e posteriormente avaliada com o objetivo de verificar se trouxe benefícios ou não para criança (Holcomb, 2004). De acordo com o autor, deve se procurar garantir isso para que visitas sejam bem sucedidas e contribuam para o desenvolvimento da criança. Este processo pode ajudar o educador e/ou técnico a elaborar um plano adequado para a visita, e ajudá-los a refletir acerca dos obstáculos e progressos que os familiares vêm demonstrando (Wright, 2001). Se tudo vai bem, as restrições impostas à visita familiar podem ser removidas, prolongando-se o tempo determinado para que o familiar possa estar junto a sua criança. Os técnicos e/ou educadores costumam verificar durante a visita (Wright, 2001): quem participou e em que atividades, o tempo que o familiar passa com a criança durante a visita, as interações entre os participantes (nível de afeto), até que ponto os familiares têm exercido seu papel (fixação de limites, disciplinando criança, envolvimento com a criança), se é necessário intervir na visita, assim como buscam saber o que aconteceu depois da visita - as reações da criança.

Conforme Hess e Proch (1993) e Macaskill (2002), a opinião e a reação das crianças que vivem em instituições de acolhimento, juntamente com sua idade cronológica e de desenvolvimento, são fatores que devem ser levados em conta quando discutida a frequência com a qual as visitas devem ocorrer. Os autores afirmam ainda que devido às habilidades e necessidades de cada criança serem únicas, deve-se ter um cuidado maior ao determinar o tempo e a frequência que a visita familiar irá durar. De acordo com Hess e Porch, (1988), a idade e o tempo de permanência da criança na instituição são condições preliminares no planejamento da frequência das visitas, e essas devem ocorrer ao menos nos finais de semana. Entretanto, quando se trata de crianças

muito pequenas, isto é, na faixa etária de zero a seis anos, a frequência com que as visitas ocorrem deve aumentar a fim de proteger o vínculo mãe-filho.

Em estudo realizado por Yamamoto-Mitani, Aneshensel e Levy-Storms (2002) com idosos que se encontravam institucionalizados e seus familiares que o visitavam, os resultados demonstram um cuidado por parte dos técnicos e educadores com a manutenção das visitas por um tempo prolongado, o qual não foi observado na maioria dos estudos com crianças institucionalizadas e seus familiares, como se observa nos estudos de (Carvalho & Delgado, 2014., Sen & Broadhurst, 2011., Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014). No caso de investigações realizadas em instituições de longa permanência para idosos, Yamamoto-Mitani, Aneshensel e Levy-Storms (2002) colocam não ser possível afirmar que todos os familiares que frequentavam esses espaços assim o faziam a partir de uma mesma sistemática, ou seja, a regularidade e a periodicidades desses contatos é difícil de ser precisada, porque os dados sobre esse aspecto em geral não são registrados de forma adequada, nem seguem um protocolo que permita padronizar esses registros, o que torna os resultados pouco conclusivos e dificulta qualquer tentativa de generalização. Os autores descreveram que alguns membros da família e/ou da comunidade visitavam o idoso nesse tipo de instituição em um curto período (uma vez na semana), outros diariamente, mas muitos esporadicamente.

Como base no que relataram Yamamoto-Mitani, Aneshensel e Levy-Storms (2002), entende-se que essas diferenças percebidas na periodicidade com que as visitas familiares aconteciam entre os idosos institucionalizados pesquisados, provavelmente estão ligadas a características estruturais, por exemplo, a geração, e fatores psicológicos e sociais, como a proximidade entre o visitante e o visitado. Em outras palavras, a visita

reflete as limitações e as possibilidades encontradas pelo familiar e a história da sua relação com o idoso que recebe a visita.

Semelhante raciocínio pode ser utilizado para a discussão dos resultados obtidos pelo presente estudo, tendo em vista que quando ocorria um cuidado e uma atenção maior por parte dos técnicos e cuidadores para a manutenção das visitas, essas se davam por um período mais prologando, como observado nas visitas realizadas na instituição não governamental. Além disso, deve ser notado que não se podem generalizar os resultados referentes à periodicidade com que as crianças eram visitadas nas duas instituições pesquisadas, se os visitantes faziam contato diária ou esporadicamente. Contudo, dados descritivos dessa dinâmica de contatos e encontros em uma e noutra instituição dão conta que alguns que visitavam esporadicamente, pareciam transformar o momento da visita familiar em uma convivência prazerosa, com qualidade para criança, enquanto outros que iam constantemente visitar a criança, pareciam não dar muita atenção a ela e suas necessidades. Isso pode não contribuir para que a visita familiar aconteça de modo a permitir a de construção dos vínculos e a interação com sua criança.

Conforme Siqueira & Dell'Aglio (2011), a visita é um direito da criança e lhe traz sensação bem estar e interesse por parte de seus pais, avós, entre outros membros, auxiliando-os inclusive a enfrentar e a aprender a lidar com as dores decorrentes do afastamento familiar. As autoras destacam ainda que a visita traz um sentimento de esperança e maior responsabilidade para a família, os quais aprendem novas e mais eficazes formas de interagirem com suas crianças; contribui também ajudando o familiar a combater ideias equivocadas acerca do afastamento familiar, melhorando sua capacidade de enfrentar a realidade, e por fim, ela é capaz de reduzir consideravelmente o período de permanência da criança na instituição de acolhimento. Em razão dos

argumentos trazidos pelas autoras, compreende-se melhor a importância da preparação e do acompanhamento da criança e da família para o momento da visita familiar, em seu início, meio e fim.

Em consonância com o relatado de educadores e técnicos de ambas as instituições participantes da pesquisa, destaca-se o que foi discutido por Carvalho e Delgado (2014) sobre o período de duração da visita. Para eles, a visita familiar por propiciar o contato face-a-face, tende a proporcionar às crianças mais conhecimento e a levá-las a desenvolver sentimentos positivos por terceiros. Resumindo: a visita familiar distingue-se de outras formas de contato devido sua importância para preservação dos laços familiares.

Carvalho e Delgado (2014) destacam que os pais têm um papel significativo durante a visita familiar, e que, na maior parte das vezes, este tem sido assumido pelas mães. Eles explicaram que, se os pais ainda vivem juntos, as visitas normalmente são realizadas por ambos os cônjuges, todavia, se os mesmos são separados, divorciados, os parentes (como os avós, por exemplo) costumam participar mais da visita, especialmente se o pai ou a mãe tem outro parceiro. Dessa maneira, percebe-se a necessidade de educadores e técnicos desses espaços de acolhimento estarem mais atentos às mudanças que ocorrem na estrutura e dinâmica da família biológica da criança.

De acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2011), há diversas ações que devem ser implantadas a fim de facilitar o processo de visita, tanto para as crianças quanto para os familiares. Dentre essas ações, as autoras destacam: 1) colocar a criança em unidades de acolhimento próximas a residência dos pais ou parentes importante da família, com o propósito de facilitar o deslocamento para a visita, tendo em vista que a maioria dessas famílias é muito carente financeiramente; 2) capacitar a equipe técnica

dos espaços de acolhimento com o objetivo de contribuir de maneira eficaz para o momento da visita familiar, fazendo com que esses encontros sejam de qualidade, tanto para a criança quanto seus familiares; 3) favorecer a implementação de um programa seguro de visita familiar, apresentando o objetivo da visita, sua frequência e duração, e atividades programadas para esse momento. Esta última ação é de extrema relevância, na medida em que, normalmente, quando a visita não é previamente agendada, os familiares costumam não realizá-la, ou se realizam, geralmente não o fazem de maneira adequada. Já quando existe um programa seguro de visitas, organizados por profissionais capacitados, os familiares tendem a respeitar e participar do que é proposto.

Com a finalidade de fazer que a visita familiar venha de fato garantir um direito que é fundamental para crianças que se encontram em espaços de acolhimento institucional, e que ela seja útil à intervenção da equipe técnica que realiza um trabalho junto às famílias, é importante que essa forma de contato seja regularmente acompanhada e apoiada por esses profissionais em praticamente todos os momentos. É necessário ressaltar que a família algumas vezes precisa reaprender a interagir de maneira saudável e positiva com sua criança, para que assim a visita familiar seja considerada um momento de diversão e qualidade ao atendimento que vem sendo implementado (Siqueira & Dell’Aglío, 2011). Contudo, segundo essas autoras, este trabalho só é possível com a atuação de profissionais capacitados, pois, por mais importante que seja o contato regular da criança com seus familiares para a reinserção familiar, defendem o ponto de vista de que as visitas não devem ser promovidas enquanto fatores de risco graves (como a violência física e sexual) no contexto familiar persistirem.

Pesquisas (Carvalho & Delgado, 2014., Siqueira & Dell’Aglío, 2011) mostram que há casos em que a visitação não é recomendável para a criança ou adolescente acolhido, o que se verifica em situações excepcionais, indicadas pela equipe técnica. Quando isso ocorre, cabe ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD) buscar, de forma ainda mais intensa, alternativas ao convívio familiar, mediante a inclusão em programa do tipo Família Acolhedora e, quando for o caso, o encaminhamento para colocação em família substituta (Relatório da Infância e da Juventude, 2013).

De acordo com os achados da pesquisa na instituição governamental, que acolhe cerca de 40 crianças e tem um número reduzido de educadores para atender suas demandas, o estudo de Rossetti-Ferreira, Almeida, Costa, Guimarães, Mariano, Teixeira e Serrano (2012) destaca que, nas instituições de acolhimento infantil, essas características, e a sobrecarga de funções geralmente a elas associadas, interferem negativamente na relação entre esses cuidadores e as crianças. Além disso, as autoras salientam que as regras institucionais quase sempre inflexíveis, geram inúmeras dificuldades no que se refere às necessidades e individualidade das crianças que se encontram em acolhimento institucional. Entende, portanto, que esses fatores interferem diretamente na visita familiar, podendo dificultar a (re)construção dos vínculos afetivos entre o familiar e a criança.

Pelo exposto, considera-se que, do ponto de vista dos participantes deste estudo, e corroborando com o que relata a literatura, a preparação da criança para visita, o acompanhamento da mesma durante e após este momento, são momentos distintos, mas com igual importância no processo de preservação dos vínculos familiares. Ademais, cada uma dessas fases pode trazer benefícios diretos aos sujeitos envolvidos, o familiar que visita e a criança visitada, como demonstraram anteriormente (Siqueira & Dell’Aglío, 2011., Carvalho & Delgado, 2014). Através da visita familiar pode haver a

(re)construção dos vínculos familiares, além de favorecer a reinserção familiar da criança que encontra-se acolhida.

Considerações finais

O estudo aqui apresentando discutiu a importância da visita familiar para crianças que estão em instituição de acolhimento. Demonstrou, através de publicações sobre o tema e os dados coletados pelo presente estudo, a necessidade da visita familiar para o fortalecimento dos vínculos familiares entre o membro familiar e sua criança, mas, sobretudo, propôs que, por sua esperada importância para o processo de reintegração familiar, este momento deve ser preparado e acompanhado pela equipe de educadores e técnicos da instituição.

Observou-se que tanto a preparação e acompanhamento da criança durante e após o término da VF, eram fundamentais, tendo em vista que fortaleciam os vínculos familiares e contribuíam para que este contato fosse agradável e de qualidade, bem como, a preparação do ambiente físico, era vista como essencial para visita familiar afinal este era o local onde ocorreriam as trocas e as interações entre o familiar e criança, logo este deveria ser um ambiente agradável, sempre limpo, além de ter objetos, como brinquedos, os quais pudessem proporcionar melhores interações.

Com a preocupação de contribuir para área da psicologia este estudo foi pensado, objetivando investigar em particular aspectos da organização do ambiente e da preparação da criança antes, durante e após a visita na visão dos técnicos e educadores da instituição. A análise desses aspectos sugere que a maneira como estes se manifestam pode funcionar como fatores capazes de influenciar positiva ou negativamente no modo como a visita familiar irá acontecer no sentido da sua contribuição para a reconstrução dos vínculos afetivos e a reinserção familiar da criança.

As limitações desta pesquisa consistiram no fato que em ambas as instituições envolvidas, tanto os técnicos como os educadores, comumente colocavam dificuldades

para responder ao questionário aplicado pela pesquisadora, seja por timidez, por falta de tempo, ou mesmo por acharem que podiam ser prejudicados profissionalmente com as suas respostas. Entretanto, após a pesquisadora explicar a relevância da pesquisa inúmeras vezes, todos os chamados a participarem do estudo concordaram.

Portanto, esta pesquisa demonstrou, na visão dos técnicos e educadores, se e como as crianças eram preparadas para o momento da visita familiar, além de ter apontado se as crianças eram acompanhadas durante o momento da visita e após o término da mesma. E isso foi muito relevante, pois foi possível observar como e se esses técnicos e educadores eram capacitados para lidar com a criança e sua família no momento da visitação, onde verificou-se que, na instituição governamental isso quase nunca era possível devido principalmente as demandas de muitas crianças para reduzido número educadores e técnicos, os quais por sua vez não dirigiam a orientação e atenção específica para VF. Enquanto que, na não governamental, isso se mostrou mais presente, tendo em vista que instituição estava próxima aos moldes previstos pelo ECA (Brasil, 1990) e pela Orientações Técnicas (2009), tendo número reduzido de crianças e pouco rodízio de educadores e técnicos, fato este que proporcionava com que uma atenção maior fosse dada à VF, a fim de que esta fosse um momento de prazeroso e construtivo entre a criança e seu familiar. Através desses dados foi possível compreender que, quando educadores e técnicos recebem capacitação e lidam com um número adequado de crianças (ou seja, no máximo 20), eles contribuem efetivamente no momento da VF, por meio de orientações, conversa, intervenções, tanto para com a criança, quanto para com a família. Todavia, quando a demanda de crianças é muito superior a quantidade de técnicos e educadores, isso se torna provavelmente inviável, fazendo com que a visita ocorra sem nenhum tipo de supervisão e orientação.

Este estudo buscou alertar as instituições e seus profissionais sobre a relevância da visita familiar, e, conseqüentemente, a necessidade da sua preparação e acompanhamento da criança durante a visita e após o momento em que ela ocorre, além de destacar a importância que o ambiente físico da instituição tem nesse processo para que a visita seja considerada de qualidade. Logo, é necessário um olhar mais atento por parte dos técnicos (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos) que atuam neste tipo de serviço, para com a criança, para a maneira adequada de orientá-la, de supervisionar sua rotina, de conversar com a mesma para que ela compreenda e contribua para que a visita ocorra da melhor maneira possível, bem como a preparação e orientação também dos familiares.

Pelo exposto, pode-se afirmar que a visita familiar em instituições de acolhimento infantil é um tema escasso e pouco explorado ainda pela literatura brasileira e internacional dada as implicações práticas desse tipo de conhecimento. Esta pesquisa vem, portanto, como um contributo para a investigação tema de nítida relevância social, destacando a importância do preparo da criança antes da visita, do seu acompanhamento durante a visita e após este momento. O estudo trouxe dados que podem contribuir para os profissionais que trabalham em instituições de acolhimento infantil, no sentido de conseguir olhar mais atentamente para o momento da visita familiar, e de como podem e devem preparar e acompanhar a criança que está acolhida nesse momento.

CAPÍTULO IV

A visita familiar como processo proximal

Resumo:

Este estudo investigou a visita familiar como processo proximal. Neste sentido, descreveu aspectos das interações entre as crianças e seus familiares no momento da visita e analisou-os a partir do conceito de processos proximais na perspectiva da Bioecologia do Desenvolvimento Humano. Participaram cinco crianças e seus familiares em duas instituições de acolhimento localizadas na Região Metropolitana de Belém, sendo uma governamental e outra não governamental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os visitantes e a observação das suas interações com a criança pelo tempo de duração do contato entre eles. Os dados foram organizados com base nos quatro núcleos do modelo teórico: Pessoa-Processo-Contexto-Tempo. Foram realizados quatro estudos de caso, já que duas crianças pertenciam a uma mesma família. A partir deles foi feita uma análise de aspectos descritores dos processos proximais observados. Entre os principais resultados, verificou-se que os processos proximais de competência parecem estar relacionados à forma como as crianças mantiveram-se engajadas na construção e manutenção do vínculo afetivo com seus familiares em visita à instituição, traduzidos pela intenção de permanecerem juntos, realizando atividades e estabelecendo contato afetivo. Enquanto que os processos proximais disfuncionais foram identificados a partir de comportamentos como choro, birra, gritos e manifestações intensas de sofrimento da criança ao término da visita, dificuldades por ela esboçadas no relacionamento com seus familiares e na sua adaptação à instituição. Os dados reforçam o pressuposto de que as demonstrações de afeto entre o familiar e a criança são processos proximais importantes na medida em que são capazes de alterar o padrão de interação nessa relação. Portanto, conclui-se que a convivência proporcionada pela visita familiar, quando fortalece os vínculos afetivos e promove o bem estar na criança em razão do relacionamento com seus familiares, pode fazer dela um processo proximal com esperada influência no desenvolvimento.

Palavras-chave: Visita familiar, processo proximal, acolhimento institucional, criança institucionalizada

Abstract

This study investigated the family visit as a proximal process. In this sense, it described aspects of the interactions between children and their families at the time of the visit and it was analyzed through the concept of proximal processes in the perspective of Bioecology of Human Development. Five children and their families participated in two host organizations located in the metropolitan area of Belém, being one governmental and other non-governmental. Semi-structured interviews were conducted with visitors and the observation of their interactions with the child during their contact was done. Data was organized based on the four themes of the theoretical model: People-Process-Context-Time. Four case studies were carried out, since two children belonged to the same family. From these cases, the analysis of the descriptors aspects of the proximal processes was done. Among the major results, it was found that the proximal processes competence seem to be related to how children remained engaged in the construction and maintenance of the bond with their families visit in the institution, brought by the intention to stay together, performing tasks and establishing affectionate contact. While the dysfunctional proximal processes were identified from behaviors such as crying, have a tantrum, screams and intense manifestations of the child's suffering at the end of the visit, difficulties mentioned by the child concerning relationship to one's relatives and its adaptation to the institution. The data reinforces the assumption that the demonstration of affection between the family and the child are important proximal processes in that it is able to change the pattern of interaction in this relationship. Therefore, it is concluded that the coexistence provided by family visit when it strengthens emotional bonds and promotes well-being in children taking into consideration the relationship with their families, it can be seen as a proximal process with expected influence on the development.

Keywords: family visit, proximal process, host institution, institutionalized children.

A visita familiar (VF) pode ser reconhecida como um processo proximal que está entre os mais interessantes, uma vez que propicia interações da criança com um contexto muito peculiar sob vários aspectos (físico, social), podendo atuar como promotora do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011). Nesses termos, a visita familiar remete ao padrão de interação entre a família e a criança que tende a valorizar o vínculo entre eles. É um processo proximal que se caracteriza pela forma como a criança em situação de acolhimento se liga à sua família e com ela estabelece trocas. Como exemplo disso, pode-se citar o ato do familiar alimentar e brincar com sua criança no momento da visita familiar, uma vez que por meio dessa situação lúdica (o fato do familiar alimentar a criança, brincar com ela nesse momento) proporciona uma interação maior entre ambos, trazendo consequências positivas para o desenvolvimento da criança que se encontra fora do seu ambiente de origem, além de criar condições favoráveis a reconstrução dos vínculos familiares por vezes rompidos (Costa, 2013; Silva, Magalhães e Cavalcante, 2014; Costa, Silva e Cavalcante, 2014; Carvalho & Delgado, 2014).

No âmbito da visita familiar é possível observar dois tipos potenciais de processos proximais, sejam eles de competência ou de disfunção, conforme descreve Bronfenbrenner (2011). Os processos proximais de competência são aqueles que levam ao desenvolvimento saudável de crianças que se encontram em instituições de acolhimento, na medida em que lhes proporcionam a aquisição habilidades e capacidade que contribuem para o desenvolvimento infantil. Isso se torna particularmente realizável quando a instituição oferece uma boa estrutura física e socioemocional para que as crianças se desenvolvam mesmo em ambiente de cuidado extrafamiliar, evitando que lhes sejam imputados grandes danos.

Por sua vez, os processos proximais considerados de disfunção são aqueles em que há dificuldade em manter o controle de comportamentos por meio de situações e domínios distintos do desenvolvimento, dependendo assim dos ambientes em que ocorrem, segundo Bronfenbrenner (2011). Ou seja, a visita familiar pode ser considerada um processo proximal de disfunção quando esta não acontece de forma positiva, entre outras razões, por não ter sido preparada e acompanhada por profissionais qualificados, o que pode acarretar prejuízos diversos à criança.

Nesses termos, a direção dos processos proximais depende das características biopsicológicas da criança (Bronfenbrenner, 2011), que, neste estudo, representa a pessoa desenvolvente que reside em dada instituição de acolhimento. Em termos da bioecologia do desenvolvimento, destaca-se o padrão das interações que mantém com quem a visita, nesse contexto e período de tempo. Em uma relação de mútua influência com esse contexto ecológico, as características da pessoa têm grande relevância, pois são elas que moldam o desenvolvimento na medida em que influenciam a direção do processo proximal.

A primeira dessas características biopsicológicas é chamada de força, sendo entendida, neste estudo, como tudo aquilo que representa a motivação pessoal da criança que está em situação de acolhimento para receber a visita de seus familiares. Nesse sentido, quanto mais disposta a criança estiver para fazer a visita acontecer, mais animada e contente poderá se sentir antes, durante e após a sua realização, mais ela irá se engajar para que este seja um momento de prazer com seu familiar. A força depende também do contexto, ou seja, se a instituição oferta um ambiente adequado e propício para a realização da visita e o tempo disponibilizado é suficiente para tal atividade.

A segunda característica da pessoa são os recursos (Bronfenbrenner, 2011). Os recursos são habilidades e competências que a criança que está acolhida em uma

instituição adquire no curso do seu desenvolvimento, ainda que esteja em um ambiente extrafamiliar e pouco favorável a aquisições importantes.

A terceira e última característica da pessoa é a demanda (Bronfenbrenner, 2011). A demanda possui características que encorajam ou desencorajam reações do contexto social que podem contribuir ou interromper a operação dos processos proximais (Bronfenbrenner, 2011). Em outras palavras, a demanda pode ser considerada a presença da pessoa, no caso a criança, no ambiente (instituição de acolhimento) e o que ela causa nele. Trazendo para o contexto da visita familiar, a demanda refere-se a ações que contribuem para que as interações estabelecidas sejam positivas ou negativas, isto é, capazes de desencadear ações que as dificultam e afastam a criança de seus pais, avós irmãos e outros membros da família.

O contexto no qual ocorre a visita familiar diz respeito ao meio ambiente em que a criança está inserida e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. Ele tem um papel importantíssimo no desenvolvimento, tanto em termos físicos e sociais, bem como culturais, sendo constituído por quatro níveis de interação distintos. O primeiro nível, chamado de microssistema, reporta-se às atividades e relações que ocorrem durante o momento da visita familiar, entre a criança e o seu familiar. Ou seja, são as interações, as ações que ambos estabelecem no contato face-a-face, sendo, nesse contexto, deflagrados os processos proximais. O segundo nível, denominado mesossistema, ocorre, por exemplo, quando os familiares visitam sua criança, e levam a estas, lembranças e notícias do mundo exterior. O terceiro nível é o exossistema, que são os ambientes em que a criança nunca esteve presente, como por exemplo, o Tribunal de Justiça, mas que mantém relação com a instituição de acolhimento e têm o poder de influenciar o momento da visita familiar e o desenvolvimento infantil. O último nível é o macrossistema, que, no sentido aqui discutido, compreende as crenças, ideologias e

estilos de vida dos familiares, os quais eles levam consigo no momento da visita familiar.

Para que o processo proximal seja considerado efetivo terá que ocorrer numa base regular e em vários períodos de tempo (Bronfenbrenner, 2005), com sentido e significado para a pessoa em desenvolvimento. Isso porque o conceito de processo proximal leva o pesquisador a destacar a importância da presença de uma figura estável no contexto da visita familiar, que estimule a relação com a criança ao longo do tempo, pois é dessa forma que o desenvolvimento ocorre. Ou seja, para que a visita à criança que se encontra em uma instituição de acolhimento seja considerada um processo proximal, ela deve ocorrer com frequência constante e ter um significado próprio para a criança, além da necessidade de contar com a presença de uma figura estável, no caso, um ou mais familiares, que estimule a relação ao longo do tempo.

As relações interpessoais vistas a partir das interações entre a criança e seu familiar no momento da visita, necessitam ser recíprocas para que haja efetividade nos processos proximais e promoção do desenvolvimento. Além disso, a estimulação da atenção, exploração, manipulação e imaginação das crianças representa um conjunto de ações que são necessárias para que essa atividade os mantenha ligados ao longo do tempo e se constitua como uma interação recíproca. O desenvolvimento, tanto emocional como intelectual, físico e afetivo, necessita de relações que se tornam mais complexas e nas quais seja possível intervir diretamente (Bronfenbrenner, 2005).

As inúmeras pesquisas analisadas por Bronfenbrenner (2011) sobre desenvolvimento humano e as características que o influenciam, revelaram que há uma continuidade na reciprocidade entre o indivíduo e o seu meio, e que os elementos que o constituem são como “espelhos” a partir dos quais o indivíduo se avalia. Essa avaliação toma especial importância na infância, período em que a criança se vê a partir dos

“olhos dos outros”, nomeadamente nos padrões interativos estabelecidos. Desse ponto de vista, admite-se que a qualidade do desenvolvimento tende a ser sempre influenciada pela capacidade relacional e os afetos que nela predominam.

É importante observar que o ser humano caracteriza-se pela capacidade de constantemente se adaptar a um ambiente e suas mudanças ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 2005). Em estudos realizados com crianças em situação de acolhimento criança, considera-se ser uma constante o esforço e a tentativa dela para se adaptar à dinâmica do espaço de acolhimento infantil, o que, na maioria das vezes, implica em um processo conturbado de relação com seus cuidadores e parceiros em ambiente que até então lhe era estranho (Carvalho & Delgado, 2014., Silva, Magalhães e Cavalcante, 2014). Em geral, a criança em situação de acolhimento sofre com o seu afastamento da família de origem e a possibilidade de ruptura do vínculo afetivo com seus pais, irmãos e avós, entre outros (Carvalho & Delgado, 2014., Diniz & Koller, 2010).

Essa ameaça ou fragilização do vínculo pode ser um processo reversível e com efeitos atenuáveis por meio da visita familiar à criança no espaço de acolhimento, desde que se constitua num momento em que haja troca de carinho e demonstrações de afeto. Entende-se, pois, que a capacidade de adaptação nessa população é facilitada através da realização sistemática de visitas familiares, posto que esse contato com a família precisa ser o mais regular, estável e afetuoso possível para que haja a constituição dos processos proximais. Estes, como apresentado, são realizados pelo estabelecimento de uma relação recíproca a criança visitada e o familiar que vai visitá-la, sendo esta experiência propulsora do desenvolvimento.

O desenvolvimento humano remete às mudanças progressivas e contínuas na percepção que o ser desenvolve constrói de seu ambiente ecológico na relação que

com este estabelece e na capacidade de descobrir, sustentar ou alterar as propriedades do seu entorno (Bronfenbrenner, 1996). Na infância, de modo significativo, os processos proximais que estimulam desenvolvimento assumem as particularidades dos contextos nos quais a criança participa em suas múltiplas dimensões e configurações.

Relações estabelecidas entre um ser em desenvolvimento e outro semelhante, por meio de atividades, devem apresentar certa estabilidade temporal. Estas são progressivamente mais complexas na medida em que devem evocar reciprocidade nos padrões de interação e estimulação da atenção, da exploração e da imaginação da pessoa em desenvolvimento. Em razão disso, essas inter-relações quando ocorrem no contexto da visita familiar podem ser compreendidas como processos proximais.

A partir dessa definição conceitual pode-se supor que a visita familiar deva ser estudada como um processo proximal, tendo em vista que, durante o momento em que ela ocorre, podem ser observadas interações entre a criança que está em uma instituição de acolhimento e o familiar que foi visitá-la. Ademais, as atividades realizadas durante este momento, como brincadeiras, rotinas de cuidado, dentre outras, têm o poder de estimular o desenvolvimento da criança, mesmo que ela esteja em situação de acolhimento ou até justamente em razão disso.

De acordo com Martins e Szymanski (2004), o momento da visita dos pais às crianças acolhidas institucionalmente quando permeado de interações entre esses familiares e seus filhos pode ser favorecedor de um contexto de desenvolvimento mais saudável. Ou seja, esses pais podem desempenhar uma importante função nos processos proximais mesmo que suas crianças estejam vivendo em instituições de acolhimento. Portanto, quando esses pais, durante as visitas, alimentam seus filhos, brincam com eles, praticam atividades esportivas, fazem planos para o futuro, entende-se que eles estão influenciando no desenvolvimento de suas crianças.

O estudo de Martins e Szymanski (2004) e outros ajudam a entender o que aqui se destaca como o aspecto mais importante nessa discussão: quando os pais, por meio da visita, asseguram proximidade e convivência com o filho, supõe-se que o afeto característico dessa relação contribui para mantê-los ligados entre si, sendo isso igualmente promotor de desenvolvimento.

A partir de estudo realizado por Diniz e Koller (2010), fica claro que o afeto caracteriza-se pela capacidade do ser humano de estabelecer relações, vínculos afetivos, e, por esse motivo, pode ser considerado um processo de desenvolvimento em termos ecológicos. Dessa maneira, os autores observam que a presença do afeto nas relações é um elemento poderoso dos processos proximais. Em função disso, o estabelecimento de contato afetivo durante a visita e as trocas havidas entre a criança e seu familiar nesse contexto, são descritores da visita familiar como um processo proximal. O afeto é considerado, como discutido por Diniz e Koller (2010), um fator que assegura a continuidade do processo desenvolvimental ao longo das várias fases que compõem o ciclo de vida e poderá ser considerado como o principal componente de superação da mudança, ao longo do desenvolvimento.

A pesquisa de Diniz e Koller (2010) apresenta o afeto como um elemento essencial para um desenvolvimento humano saudável e harmonioso, além do mesmo mostrar ser relevante para o ser humano, posto que constrói relações e fortalece vínculos. No caso do estudo de Diniz e Koller (2010), o afeto mostrou-se importantíssimo para o desenvolvimento psicossocial das crianças em situação de acolhimento, daí a importância e a necessidade de se pensar que as visitas dos familiares devam ser estimuladas e promovidas pela instituição, por se constituírem em um momento privilegiado para o estabelecimento de trocas afetivas.

O que se observou por meio dos estudos localizados na literatura sobre o tema é que a visita dos familiares tem total importância para a condição psicossocial das crianças em instituição de acolhimento (Carvalho & Delgado, 2014., Siqueira & Dell'Aglio, 2011). Dessa maneira, entende-se que a visita familiar pode ser vista como um processo proximal, pois tem a capacidade para potencialmente promover o desenvolvimento psicológico das crianças, na medida em que permite a aquisição de habilidades sociais, de regulação emocional, de aprendizagem de novos desafios cognitivos.

A literatura referente aos pais e/ou demais familiares mostra ser muito importante a sua presença por meio de visitas regulares enquanto a criança permanecer em regime de acolhimento institucional. Supõe-se que a interação contínua e o fortalecimento do laço que liga a criança à sua família sejam fundamentais para a que ocorra a sua reintegração familiar. Quando necessário, o acolhimento institucional da criança deve ser realizado sem demora, mas há de se preservar e fortalecer os vínculos familiares enquanto durar o tempo passado longe de casa, uma vez que essa relação é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança e a construção de sua identidade, seja como sujeito de direito ou cidadão (Cavalcante et al., 2010).

Conforme Jacob, Carvalho e Vettore (2013), nada mais importante que promover um espaço de qualidade para crianças em situação de acolhimento, inclusive do ponto de vista relacional, ainda que esta não seja uma tarefa simples. As instituições de acolhimento enfrentam inúmeros problemas, tais como a sua reconhecida capacidade para promover a convivência entre a criança e seus familiares e evitar a quebra do vínculo, quando existente. Além disso, é importante considerar que em ambientes coletivos, há dificuldade para a construção de individualidade do indivíduo, já que comumente, nesses locais, tudo é compartilhado (ou seja, roupas e brinquedos são de

todos), há pouca formação dos educadores para cuidar das crianças. Em suma, entende-se que a própria gestão da instituição pode tornar complicado o estabelecimento de um padrão de acolhimento e cuidado adequado e propício para o desenvolvimento infantil.

Compreender as crianças que estão em espaços de acolhimento, escutá-las, dar voz às suas experiências, sem dúvida, é compreendido hoje como uma ação que pode contribuir para o desenvolvimento infantil (Jacob, Carvalho & Vectore, 2013). Entende-se, portanto, que a visita à criança por seus familiares, ouvindo-as, compartilhando experiências, levando um pouco de carinho e lembranças do mundo externo à instituição, tudo isso pode ajudá-la imensamente em seu desenvolvimento.

Embora seja difícil prever o padrão de interação que as crianças e os adolescentes manterão com seus familiares, é possível afirmar que quando as manifestações de carinho e afeto ocorrem durante a visita, elas devem ser identificadas e valorizadas. A percepção dos pais e das crianças acerca dos vários aspectos referentes à visita familiar, assim como dos técnicos e dos educadores presentes no contexto, certamente pode contribuir na tomada de decisão sobre o retorno ou não da criança ao meio familiar. Logo, é necessário que se busque conhecer as interações destes cuidadores com suas crianças para que seja possível identificar se aquele momento funciona estrategicamente como de garantia de direitos fundamentais como a convivência familiar e comunitária ou se reedita práticas e atitudes de constrangimento e rejeição.

Na perspectiva de compreender a visita como um processo proximal em instituições de acolhimento infantil, esta pesquisa objetivou descrever aspectos das interações entre as crianças e seus familiares no momento da visita e analisá-los na perspectiva da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Método

Participantes:

Participaram deste estudo quatro familiares e cinco crianças envolvidos em casos de visita familiar no contexto de acolhimento. Duas das crianças participantes pertenciam a instituição governamental e receberam visita de suas mães, enquanto três outras (uma dupla de irmãs e uma menina) eram da instituição não-governamental. As irmãs eram visitadas por sua avó, já a outra criança pela sua tia. De início, pretendia-se acompanhar vários grupos familiares aqui representados por díades criança-familiar, por um período de seis meses, com o objetivo de estudar os processos proximais estabelecidos durante esse período. Todavia, o número de crianças que, regularmente, recebiam visitas, cujo conteúdo do material coletado pudesse ser analisado, era muito reduzido. Isto acabou por fazer com que quatro grupos familiares fossem selecionados para ser estudados e não seis como se propusera inicialmente. É importante ressaltar que foi utilizado como critério para inclusão dos grupos familiares na pesquisa o fato de as VF serem realizadas com frequência, isto é, pelo menos duas vezes por semana na instituição governamental (já que as visitas podiam acontecer todos os dias), e, uma vez na semana na instituição não-governamental (posto que as visitas podiam acontecer somente às quartas-feiras).

Tabela 1: Perfil dos familiares

Familiar	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Instituição	Responsável da criança
Mãe Substituta Ângela*	29 anos	Ensino Médio	União estável	Instituição Governamental	João*
Mãe Rita*	23 anos	Ensino Fundamental	União estável	Instituição Governamental	Fábio*

Avó Selma*	51 anos	Ensino Fundamental	Solteira	Instituição não-governamental	Lucia e Clara*
Tia Helena*	22 anos	Ensino Médio	Casada	Instituição não-governamental	Ana*

Nota: *Nomes fictícios

Tabela 2: Perfil das crianças

Criança	Idade	Escolaridade	Tempo permanência	Motivo acolhimento	Instituição
João*	2 anos	Não estuda	6 meses	Situação de risco	Instituição Governamental
Fábio*	2 anos	Não estuda	10 meses	Negligência familiar	Instituição Governamental
Ana*	10 anos	3º ano	6 meses	Situação de risco	Instituição não-governamental
Lúcia*	11 anos	3º ano	18 meses	Situação de risco	Instituição não-governamental
Clara*	9 anos	2º ano	18 meses	Situação de risco	Instituição não-governamental

*Nomes fictícios

Contexto:

A pesquisa foi realizada em duas instituições de acolhimento infantil da Região Metropolitana de Belém, sendo uma instituição governamental e a outra não governamental. A primeira acolhe crianças de zero a seis anos e a segunda atende a faixa etária de sete a onze anos

Ambiente:

O ambiente onde foi realizada a coleta de dados constituiu-se no espaço onde as visitas familiares ocorriam no cotidiano das instituições pesquisadas. Na instituição governamental, o espaço destinado às visitas era o pátio da instituição, comumente chamado de “barracão”. Na outra instituição, o espaço onde a criança e seus familiares se encontravam era o quintal.

Instrumentos:

O primeiro instrumento utilizado foi um Roteiro de Entrevista Semiestruturada com os Familiares sobre a Visita Familiar (ANEXO D). Os dados extraídos a partir da desse instrumental contribuíram para caracterização dos casos estudados. Outro instrumento empregado foi uma Folha de Registro Padronizado dos Dados Observacionais (ANEXO E). Como o próprio nome sugere, este segundo instrumento teve como finalidade documentar episódios que definem o conteúdo das sessões de observação dos sujeitos focais (as crianças) e suas interações os familiares que as visitaram no período considerado pela pesquisa.

Com o emprego deste instrumento, foi possível registrar por escrito dados observacionais extraídos das observações naturalísticas realizadas pelo pesquisador. O conjunto destes dados retratou aspectos da dinâmica da interação criança-familiar em diferentes situações no momento da visita.

Utilizou-se também o formulário de caracterização das crianças (Cavalcante, 2008). Este contém perguntas fechadas e de múltipla escolha, distribuídas em torno das seguintes seções: identificação pessoal (18 itens), situação familiar (7 itens), processo de institucionalização (14 itens), histórico de institucionalização (13 itens) e saúde da criança (19itens) (ANEXO B).

Por fim, deve-se mencionar o Diário de Campo (DC). Nele, foram feitas anotações do trabalho de campo que consistiram basicamente em anotações e impressões acerca do momento da visita, bem como outras informações sobre as interações entre a criança e o familiar e os aspectos capazes de defina-la como um processo proximal. Os dados registrados no diário de campo contribuíram tanto para a

caracterização dos casos estudados, como para definição do plano de análise comparativa proposto.

Procedimento da coleta de dados:

Autorização judicial e aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética:

Para o adequado desenvolvimento deste estudo, a primeira providência foi obter autorização judicial para realização de visitas sistemáticas às duas instituições de acolhimento selecionadas, favorecendo, assim, o livre acesso às dependências das instituições e a aproximação com as crianças acolhidas e seus familiares que as visitavam. É importante registrar que esta etapa foi realizada como parte integrante da pesquisa intitulada “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”, coordenada pela professora Dr^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante, que submeteu o projeto à apreciação e obteve parecer favorável do Comitê de Ética para realização das investigações propostas, de acordo com o documento nº 568.256 CEP-ICS/UFPA (ANEXO F).

Reconhecimento do ambiente institucional e dos sujeitos da pesquisa:

Após a solicitação das autorizações acima referidas foi iniciado o trabalho de exploração do ambiente institucional no qual foram utilizadas duas estratégias: 1) contatos iniciais com os sujeitos, por meio de encontros e/ou abordagem individual, a fim de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto, e, com isso, motivar a participação dos familiares; 2) registros preliminares acerca das visitas que os familiares fizeram às suas crianças, os quais foram efetivados por meio da observação de aspectos relacionados à organização do espaço físico, ao tipo de material e equipamentos empregados nas atividades, aos horários e regras vigentes, e por fim os comportamentos estabelecidos entre familiar-criança durante a visita.

Período de habituação:

A equipe responsável pela pesquisa passou a frequentar pelo menos três vezes por semana os diferentes ambientes das instituições selecionadas. A ideia era fazer com que as crianças que se encontravam acolhidas e os familiares que realizavam as visitas pudessem ficar à vontade na presença da pesquisadora, evitando que os familiares e as crianças ficassem tímidos, desconfortáveis e não agissem naturalmente no momento em que estavam sendo observados pela pesquisadora.

Aplicação do instrumento de caracterização das crianças:

A pesquisadora verificou os prontuários das crianças participantes do estudo proposto, e preencheu o formulário de caracterização dos participantes do presente estudo com as informações ali contidas. Buscou-se, principalmente, identificar aspectos como o motivo do acolhimento da criança, características da criança (idade, se estuda, se possui irmãos na instituição) e sua situação sociojurídica.

Realização das entrevistas semiestruturadas:

Neste momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que tinham por fim compreender o ponto de vista dos familiares acerca da visita, destacando vários aspectos que descrevem o modo como o contato com a criança acontece.

Realização das sessões de observação:

Neste estudo, foi utilizada a técnica da observação naturalística. Ela consiste na observação do comportamento humano no seu meio habitual de ocorrência, bem como permiti a descrição dos comportamentos emitidos e as respostas dadas. No contexto desta pesquisa, a VF e os comportamentos emitidos pelas díades (familiar-criança) no ambiente físico onde essas ocorriam foram observados, com o objetivo de apreender dados sobre essa forma de contato face-a-face e sua configuração.

As díades que compuseram a VF foram observadas por um período de seis meses, de agosto a dezembro de 2014, na instituição governamental durante quatro vezes por semana. Na instituição não-governamental, as sessões de observação foram realizadas durante uma vez por semana, tendo em vista que nessa instituição a VF ocorria apenas uma vez na semana, às quartas-feiras.

Ao todo, foram realizadas 24 sessões de observação, sendo seis para cada díade. A criança e seu familiar foram observados durante o tempo de duração da visita, ou seja, mais ou menos por duas horas. Os dados observacionais foram registrados de maneira cursiva pela pesquisadora no momento em que a VF estava ocorrendo e era por ela observada, ficando esta a uma certa distância das díades a fim de não interferir no desenrolar da visita. Estes dados observacionais eram registrados em um caderno, utilizado como diário de campo (DC), com a intenção de relatar o que a pesquisadora observava e suas impressões iniciais. Este registro era feito no momento em que a VF estava ocorrendo, mas depois outras anotações eram feitas em seu DC.

Dentre os quatro casos observados, foram selecionados os extratos de três visitas de maior relevância a partir das quais era possível verificar as mudanças ocorridas entre o familiar e a criança no período considerado pela pesquisa

Procedimento de análise dos dados:

Análise das entrevistas semiestruturadas:

De posse do material coletado nas entrevistas, os dados foram tratados através da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Esta técnica de pesquisa visa organizar e analisar o conteúdo que foi informado pelos familiares durante a entrevista realizada com os mesmos. Para a análise de acordo com o que é considerado como adequado e indicado pela literatura, este procedimento passou por três fases, que foram: 1) pré-análise do

conteúdo; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados e sua respectiva interpretação.

Análise dos dados contidos no formulário de caracterização das crianças:

Após o preenchimento do formulário de caracterização das crianças, os dados coletados foram codificados e transportados para o programa Excel. Esse procedimento permitiu a conversão dos dados lançados nas planilhas eletrônicas em números absolutos. Por tratar-se de uma pesquisa que tem como objetivo também descrever características da população de crianças em situação de acolhimento institucional, a análise estatística do material foi realizada a partir do cálculo de frequências e percentagens.

Análise das sessões de observação:

Com base no registro das observações, foi feita a transcrição do conteúdo das sessões em folha de registro padronizada, destacando-se a maneira como a visita ocorria, categorizando as atividades realizadas entre o familiar e a criança e os comportamentos emitidos por ambos, procurando ainda identificar a frequência e o tempo em que as visitas normalmente ocorrem. Os dados coletados foram divididos em categorias de análise baseadas no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.

No âmbito da pessoa procurou-se registrar as características pessoais da criança alvo da atenção da pesquisadora, como sexo, idade, motivo do acolhimento, situação escolar e sociojurídica, entre outras. Para identificar outros atributos da criança, foram observados aspectos comportamentais e interacionais que pudessem, no contexto da visita familiar, indicar a presença das seguintes características biopsicológicas: força, recursos e demandas; no Processo, foram observadas as interações ocorridas entre a criança e o seu familiar e a maneira como estas se configuravam; no Contexto, analisou-

se o ambiente físico em que ocorrem as visitas, o ambiente social e as características dos visitantes que se apresentavam como parceiros de interação/relação; no tempo verificou-se a duração da visita, a frequência com que esta ocorre, e o período que o familiar passa em interação com a sua criança.

Para a adequada análise do material registrado a partir das observações naturalísticas realizada pela pesquisadora, foram utilizadas, também, nesta etapa, as anotações feitas no Diário de Campo, cujo conteúdo foi submetido ao mesmo procedimento de análise proposto por Bardin (1977).

Resultados:

Procedeu-se uma análise qualitativa dos dados, tomando-se como referência para montagem do sistema de categorias baseado nos quatro núcleos do modelo bioecológico: Pessoa, Processo, Contexto, Tempo (Bronfenbrenner, 2011). Para tanto, partiu-se de uma breve descrição de casos múltiplos selecionados para estudo e as diferentes fontes de informação sobre eles. Em cada estudo de caso se procurou levantar como a visita familiar acontecia e as evidências de que esta poderia ser reconhecida como um processo proximal, nos termos previstos pelo modelo teórico adotado. Em seguida, a partir de uma análise comparativa dos casos múltiplos de visita familiar durante seis meses de coleta de dados sobre os vários aspectos investigados, foram identificados os processos proximais com base nos dados coletados. Os dados apresentam e discutem aspectos pessoais, contextuais, processuais e temporais que marcaram o momento da visita familiar, e também características dos sujeitos que dela faziam, ou seja, a criança em acolhimento e seu familiar nesse contexto específico.

1. Caracterização dos casos estudados

Primeiro caso: João

A genitora de João ficou grávida quando estava cumprindo sentença judicial, em uma das visitas íntimas feita por seu parceiro. Quando a criança nasceu foi entregue ao pai, pois, na época, ainda não havia o sistema de berçários nas penitenciárias. Todavia, na sequência, o menino foi entregue pelo pai aos vizinhos, quando possuía apenas três dias de vida. Isso ocorreu porque o pai alegava que não tinha tempo para cuidar do bebê e sua família inteira morava em outro estado e não tinha ninguém com quem pudesse deixar a criança, já sua esposa estava em unidade prisional. Vale ressaltar que o casal já mantinha um relacionamento antes da mãe da criança ser presa, e deste tiveram duas filhas. Durante o período que a genitora esteve presa, esta foi diagnosticada como portadora de graves transtornos mentais e foi internada em uma instituição para tratamento psíquico.

Após um ano e nove meses, a genitora saiu da prisão, voltou a morar com seu esposo, pai da criança, o qual a esperou por quase dois anos. Ela saiu com a condição de continuar fazendo o tratamento prescrito em função da sua frágil saúde mental. Nesse período, os genitores pediram aos vizinhos que eles pudessem passar um fim de semana com o filho. Os vizinhos concordaram, porém, no dia combinado, os genitores esperavam que a criança pudesse ser devolvida pelos vizinhos, mas eles não apareceram com o menino no local combinado, além de terem se mudado e os vizinhos desconheciam o endereço. Após alguns dias, um conhecido dos vizinhos e do genitor, levou as vizinhas (às quais a criança trata como avó e mãe) até a casa onde a família biológica estava com a criança. Encontraram a criança muito descuidada, quase sem alimentos, a criança chorava gritando pela avó e pela mãe (as vizinhas que haviam substituídos os pais nos cuidados com a criança), e dizia que queria ir com elas. Contudo, elas falaram que não podiam fazer isso, pediram desculpas, choraram, indo depois embora. Foi então que procuraram um Conselho Tutelar do município em que

vivem, nele, explicaram a situação, relatando a história de envolvimento com a criança desde que ela nasceu, e afirmaram que, pelo menos, queriam ter o direito de ver a criança, pois alegaram ter um vínculo forte com a criança, além do fato da mãe da criança ter acabado de sair de uma unidade prisional, ser esquizofrênica, e, pelo demonstrado até ali, não era capaz de cuidar de uma criança. As vizinhas tinham medo em razão do que a mãe da criança havia feito no passado com seu sobrinho (segundo relatado, a genitora havia tirado a vida da criança). Elas temiam que pudesse perder a paciência e fazer o mesmo com o filho. Com isso, o Conselheiro Tutelar comunicou a situação ao Juizado da Infância e da Adolescência, e eles retiraram a criança dos genitores e a levaram para uma instituição de acolhimento como medida de proteção.

Enquanto a criança estava no espaço de acolhimento, foi estabelecido que os vizinhos podiam visitar a criança duas vezes por semana e o pai também. Porém, este informou que poderia ir uma única vez na semana. Na ocasião, foram registrados dados sobre a visita feita pelas vizinhas e pelo genitor. Enquanto a primeira era repleta de carinho e afeto a outra era muito fria e com poucos ou raros episódios de interação entre a criança e o pai.

Durante o período em que a pesquisa ainda estava sendo realizada ocorreu a audiência de João, para ver com quem ele deveria ficar. E a juíza, com o argumento de que tudo deveria ser feito para garantir o bem estar da criança, deu a guarda a senhora Angela, como mãe substitua. Porém colocou que os pais biológicos teriam o direito de ver a criança, entretanto sempre sobre a supervisão da mãe substitua.

Segundo caso: Fábio

Os genitores de Fábio sempre viveram uma situação conflituosa mesmo antes seu nascimento, em que o genitor costumava agredir fisicamente com frequência a mãe

da criança, a senhora Rita, mesmo quando esta estava grávida. Quando Fábio nasceu, a genitora foi encaminhada junto com a criança para Casa Albergue Emanuele Diniz (CAERD), tendo em vista que a genitora não tinha mais familiares na cidade. Todavia, passado algum tempo na instituição, a senhora Rita pediu a suspensão das medidas protetivas. Tal medida levou a equipe da CAERD a supor que a referida senhora retornaria para a convivência do companheiro e agressor, o genitor de Fábio. Diante disso, a equipe técnica da CAERD acionou o Conselho Tutelar para que a criança fosse encaminhada para um espaço de acolhimento infantil. E assim se procedeu a entrada na criança na instituição pesquisada.

Após a entrada da criança na instituição, a genitora passou a visitar o filho quase que diariamente. Todavia, mostrava com seu comportamento não saber lidar com a criança, demonstrando ter pouca habilidade e tolerância com Fábio. Não sabia coisas básicas, como dar banho, trocar fraldas, e no decorrer do tempo, foi orientada pelas técnicas como se aproximar mais do filho, aprendendo a lidar com as necessidades do mesmo.

No período em que a pesquisa estava sendo realizada, Rita começou a apresentar melhoras no trato com seu filho, e em seu comportamento em relação a criança, com demonstrações de carinho, amor e afeto mais frequentes. Entretanto, a genitora voltou a conviver com pai de Fábio, o que reduziu as chances de uma reinserção familiar. Pelo informado, Rita como adulta, poderia optar viver com violência doméstica, mas a criança teria o direito de proteção integral assegurado por lei.

Como já citado anteriormente, a genitora visitava o filho quase todos os dias, e passava o tempo integral da visita que durava duas horas com a criança. Ela costumava ficar com a criança no pátio ou no refeitório da instituição. Quando a genitora aprendeu a lidar com as necessidades do filho, observou-se que ela demonstrava muito carinho e

muito afeto nos momentos em que estava com o mesmo. Rita demonstrava gostar muito de estar na instituição na companhia de Fábio.

Terceiro caso: Lucia e Clara

Os genitores de Lucia e Clara viviam uma situação difícil antes mesmo do nascimento das crianças. Ambos eram usuários de droga, viviam nas ruas, assaltavam. A família do genitor não residia no estado, e a única pessoa da família genitora que residia no estado era sua mãe, a senhora Selma, a qual assim que Lucia, a neta mais velha nasceu, foi internada em uma instituição para idosos, por residir nas ruas, em situação de extrema vulnerabilidade e miséria e demonstrar ter problemas mentais, o que foi confirmado pelos médicos da instituição. Após dois anos do nascimento de Lucia, a genitora deu à luz a Clara. A mãe continuava a viver nas ruas com seu companheiro e as crianças, deixando as meninas em situação extrema de risco, tendo em vista que os genitores não tinha responsabilidade alguma.

Após algum tempo, quando a criança mais velha tinha quatro anos, e a menor dois anos, o conselho tutelar pegou as meninas nas ruas e as levou para um espaço de acolhimento infantil. Ao decorrer dos anos as meninas passaram por várias instituições, e há um ano e seis meses foram encaminhadas para a instituição que se encontram no momento.

Por muitos anos as meninas não tiveram contato com seus genitores, nem com a avó. Há um ano atrás, a genitora procurou a instituição atual, em que as crianças estão e pediu consentimento para visita-las, informou a equipe técnica que o pai das meninas havia falecido já algum tempo, e lhe foi concedida permissão para visitar as filhas. Todavia, logo a equipe técnica verificou que a mãe continuava a levar a mesma vida que tinha no passado, morando na rua, sendo usuária de drogas, e diversas vezes em que a

mesma foi visitar as filhas, ao sair do espaço de acolhimento, logo cometia assaltos nas proximidades da instituição. Em função da situação da genitora, e de muitos que residiam próximo a instituição reclamarem de já terem sido assaltados pela mesma, a equipe técnica comunicou a situação ao juizado, e a mãe foi proibida de realizar visitas as meninas, pois ela representava risco as meninas, podendo chegar drogada e agredir de alguma maneira as crianças, além do risco que representava a vizinhança. A genitora foi encaminhada para serviços da rede, todavia, conforme consta nos autos, a mesma nunca compareceu nesses.

Ao inviabilizarem a visita da genitora, o juizado em conjunto com os técnicos da instituição foram a procura de algum familiar das duas meninas. Encontraram a avó, a senhora Selma, única familiar residente em Belém. A senhora Selma reside em uma instituição que acolhe idosos vulneráveis. Em conversa com os responsáveis da instituição, detectaram que a senhora Selma sofria de alguns distúrbios mentais, entretanto era capaz de visitar suas netas. A partir de então a avó começou a frequentar a instituição e visitar suas netas uma vez por semana, acompanhada de uma cuidadora da instituição em que estava acolhida.

A senhora Selma costumava ir visitar as neta no dia que o espaço de acolhimento infantil permitia (as quartas-feiras), e passava em torno de uma hora e meia com elas. Quando a avó começou a ir a instituição, as netas de início estranharam, pois não a reconheciam, mas as técnicas conversaram com as crianças, e as mesmas logo ficaram contentes em saber que tinham uma avó e adoravam quando está ia visita-las.

A senhora Selma relatava sentir-se muito feliz em poder ver as netas, e poder estar compartilhando um pouco da vida delas, e que se tivesse uma casa, e se tivesse condições financeiras certamente levaria as meninas para morar com ela. Declarava ainda que gostava muito como as visitas ocorriam na instituição, pois ela se sentia que

as técnicas e as educadoras a deixavam muito a vontade para conversar e brincar com as netas.

Quarto caso: Ana

A genitora de Ana a concebeu em uma situação bastante delicada. Ela estava em união estável com um rapaz, porém engravidou de outro. Após dar a luz a criança, separou-se do rapaz com quem vivia, e entregou a criança para ele cuidar, e sumiu. Conforme consta nos autos, nunca mais a viram e nem tiveram notícias da mesma.

O pai biológico era traficante de drogas, porém quando a criança estava com dois anos de idade, foi atrás da filha e a encontrou com o rapaz que vivia anteriormente com a genitora da criança. O pai biológico disse que queria a filha, que gostaria de criá-la e que suas irmãs e sua mãe iriam lhe ajudar, porém o rapaz que estava com a criança, e cuidava dela desde que ela nasceu e foi abandonada pela mãe, fazendo isso com o apoio de sua família (mãe e irmãs), não entregou a criança pois já tinha sido criado um laço afetivo muito grande entre a menina e a família do mesmo. Por hora, o pai biológico concordou que a criança permanecesse com aquela família, porém ao decorrer do tempo, o mesmo sempre vinha na porta da casa da família causar tumulto, dizendo que queria a menina, e para sossegar, a família costumava dar dinheiro ao pai biológico que era usuário de drogas, que aí ele acalmava-se e ia embora.

Esta situação ocorreu durante anos e anos, até que certo dia, quando a menina já tinha em torno de nove anos de idade, o pai biológico foi pedir novamente que a família que cuidava da menina a entregasse, só que dessa vez ele fez ameaça de morte a família caso não entregassem a menina, e nada o conteve. Foi então que a família que estava com a menina ligou para a delegacia, a qual acionou o juizado, que se mobilizaram, e pegaram a criança e a levaram para uma instituição de acolhimento infantil.

O juizado junto com a equipe técnica da instituição constataram que o pai biológico da menina Ana não tinha condições algumas de cuidar dela, pois o mesmo morava nas ruas, costumava cometer assaltos, além de ser usuário de drogas. Já a família com quem a menina havia sido cuidada até então, os quais chamava de pai, tio, tia, avó, tinham condições financeiras, além do grande afeto e vínculo afetivo que tinham construído ao decorrer dos anos com a menina. Foi colocado pela instituição de acolhimento que eles (a família que havia cuidado da criança desde que ela nasceu) poderiam ir visitar a criança na instituição, até que o juizado resolvesse a situação da mesma.

Quando as visitas foram liberadas Ana recebia com frequência a visita de duas tias e primos. Todavia uma de suas tias ia sempre visitá-la, era muito regular nessa forma de contato, e chamava-se Helena. Ela dizia que gostava muito do momento da visita, pois era a oportunidade que tinha para estar com a sobrinha que tanto amava. Helena disse que considerava Ana como se sua filha fosse e que gostaria que a menina retornasse logo para casa. Normalmente quando a visita chegava ao fim e Helena ia embora, Ana ficava muito triste. Ela ia para sala, deitava-se no sofá, e fica encolhida, olhando para TV, sem falar com ninguém. Era um momento muito delicado para a criança.

Durante o período em que a pesquisa ainda sendo realizada, ocorreu a audiência para decidir o destino de Ana. E o juizado decidiu que a menina ficaria sob a guarda da sua tia Selma, e que o pai biológico da menina estaria proibido de ver e chegar perto da criança e da família com que a mesma estava, pois o mesmo representava risco para os mesmos e para menina.

2. Caracterização e análise comparativa das visitas familiares em três períodos

A Tabela 3 traz uma síntese dos dados que descrevem as visitas familiares observadas no período de realização dos estudos de caso. Foram observadas quatro famílias/familiares que frequentemente visitam suas crianças que, na ocasião, estavam em situação de acolhimento institucional, verificando onde, como e por quanto tempo ficavam estavam juntos, a criança e seu familiar visitante. Depois, a partir de uma análise bioecológica dos dados coletado, discutiu a aplicabilidade do conceito de processo proximal aos quatro casos de visitas familiares estudados. Observou-se três visitas de cada familiar, foram realizadas 24 sessões de observação, em um período de seis meses, sendo seis para cada família, e para a análise comparativa dos da visita familiar considerou-se os dados referentes à primeira, terceira e sexta visita de cada caso tomado para estudo.

Tabela 3.
Análise comparativa da visita familiar (VF)

	Visita 1/Tempo1	Visita 3/Tempo 3	Visita 6/Tempo 6
Caso João	A mãe chegou na instituição para visitar João, e dirige-se para o pátio da instituição. Quando vê o menino, abraça-o, e a criança faz o mesmo para com a mãe. Fica brincando com a criança, e lhe diz: “Olha os vídeos que você gosta, meu amor”. Eles permanecem brincando juntos até o momento em que o menino começa a chorar fazendo birra. A mãe começa a dar o almoço ao menino, dizendo “Bora comer tudinho, hein”, porém ele rejeita a comida. Ao terminar de dar o almoço a visita termina, e a mãe se despede do menino, o beija, abraça, diz que o ama, e o entrega à educadora, e o mesmo ficar chorando,	A mãe chega na instituição, e vai para o pátio da instituição. Quando o menino chega ao local, abraça-a e beija-a. Ela lhe diz: “Estava com muitas saudades de você, meu amor”. A criança abraça e beija a mãe carinhosamente. Ambos vão para o playground onde brincam. Próximo do término da visita, chega o almoço de João, a mãe começa dar a comida para o menino e lhe diz: “Vamos lá meu anjo, vamos comer mais um pouquinho hoje, você precisa se alimentar para ficar um menino forte”, a criança inicialmente rejeita a comida, mais com a conversa da mãe ele para e come parte do alimento. A visita chega	A mãe chega na instituição, e vai para o pátio da instituição. Quando criança ver a mãe logo a abraça e a mesma retribui o afeto. A genitora fica a brincar com a criança pelo pátio da instituição. Chega o almoço de João, e a mãe começa a dar a comida ao menino dizendo “você já é um rapazinho e deve comer tudo, direitinho”. E o menino come toda a refeição” Ao terminar o almoço a visita chega o fim, a mãe abraça o filho diz “amo muito você meu pequeno, eu tenho que ir, mais logo volto para ti ver”, e vai embora. O menino fica com uma educadora que o leva para dormitório e não chora,

	gritando: “Mãe, não vai embora”.	ao fim, e a mãe pega a criança e o entrega a educadora e diz que vai pegar água e logo volta. A mãe vai embora, e educadora distrai a criança que esquece da mãe e fica sem chorar.	demonstrando compreender a situação.
Caso Flavio	A mãe chega para visitar o filho e vai para o pátio da instituição. Quando ela o vê, abraça-o e beija-o e diz “estava com saudades de você”. O menino lhe dá um leve abraço e depois se afasta, passando a correr pelo pátio da instituição, enquanto fala “fica aqui comigo meu anjo”, e o menino a ignora. O menino brinca com outras crianças, enquanto a mãe o chama falando “vem, fica aqui com a mamãe, vamos brincar”, porém este não dá muita atenção a ela e diz “eu não quero brincar com você, quero ficar com meus amiguinhos”. Chega o almoço de Fábio, a mãe o pega no colo, o alimenta dizendo “é para comer tudinho, não pode estragar comida”. Ele come toda a comida que lhe foi oferecida. Ao terminar a visita, a mãe beija o filho com os olhos cheio de lágrimas e despede-se dizendo “tchau meu amorzinho”. O menino fala “tchau” depois, sai correndo para brincar com outras crianças.	A genitora chega para visitar o filho e vai para o pátio da instituição. Quando o vê, logo ela o abraça e o beija e diz “saudades meu amorzinho, como eu o amo”. O menino retribuí a demonstração de carinho e diz “também estava com saudades”, porém logo sai em direção ao <i>playground</i> para brincar. A mãe vai até o <i>playground</i> , e o chama de forma carinhosa pedindo para que ele fique ao lado dela, pedindo “meu amor fica aqui com a mamãe um pouquinho” No entanto, o menino ignora o pedido da mãe e continua brincando com as outras crianças. Chega o almoço da criança, e a mãe consegue interromper o momento de brincadeira e passa a alimentá-lo. No término da visita, a mãe se despede da criança, abraçando-o e beijando-o de forma afetuosa, dizendo “a mamãe irá volta logo logo para lhe ver, pois sinto muito sua falta e lhe amo muito”. Ele se despede da mãe e fica com os olhos cheios de lágrimas e diz “irei esperar por você mamãe”.	A genitora chega para ver o ver o filho, e, como de costume vai para o pátio da instituição. Assim que o vê, ela abraça-o e beija-o, e pergunta “como você está meu amorzinho? Eu estava morrendo de saudades de você, queria poder lhe ver todos os dias” e o menino retribui com o carinho e diz “mamãe senti muito sua falta, queria que você estivesse sempre aqui, que viesse me ver todos os dias”. Ele senta e permanece assim, no colo da mãe, por algum tempo. A mãe sorri e pergunta “você está bem” e ele balança a cabeça de forma afirmativa diz “sim mamãe”. Ela o abraça mais vezes e depois passa a brincar com o filho no pátio da instituição. Chega o almoço de Fábio, a mãe o coloca no colo e passa a alimentá-lo, levando comida até a sua boca. Ao término da visita, quando a mãe se despede, o menino diz “não vá embora mamãe, não quero ficar sem você”. Ela diz carinhosamente “preciso ir meu amor, mais logo irei voltar para lhe ver”. O menino fica chorando enquanto vê a mãe se afastar.
Caso Lucia e Clara	A avó chega para visitar pela primeira vez as netas que não as veem	A avó chega para visitar as netas, e dá um beijinho em cada uma e	A avó chega para visitar as netas, e as chama para virem ao seu

há muitos anos. Quando as meninas chegam, sentam-se ao lado da avó, que começa a conversar com as meninas. Ela diz às netas “estou muito feliz de reencontrá-las, como vocês cresceram”. As crianças permanecem caladas, olhando para avó. Vez ou outra elas resmungam algo (não foi compreensível), e balançam a cabeça positivamente. Quando a visita chega ao fim, a avó abraça as netas, que se despedem dá avó e e vão brincar com as outras crianças.

diz “já estava com saudades de vocês minhas pequenas”. As meninas retribuem com semelhantes demonstrações de afeto, e dizem “estamos felizes que você vem nos ver”. As duas crianças sentam-se ao lado da avó, e a mesma começa a conversar com elas, perguntando “como é a escola de vocês, tem muitos amiguinhos?”. As crianças mantêm-se sérias, porém respondem às perguntas feitas pela avó dizendo “gostamos da nossa escola e temos sim vários amigos”. A visita chega ao fim e a avó abraça e beija as netas. Ela diz às meninas diz “se tivesse condições levaria vocês para casa comigo”. As meninas sorriem ao ouvirem o que sua avó lhes disse. Elas a abraçam de forma carinhosa, despedindo-se da avó.

encontro. As crianças, que brincavam próximo dali, quando veem a avó correm em sua direção. Elas trocam abraços e beijos entre si. Avó fica conversando com as duas crianças pergunta “como está aqui no abrigo? Vocês são amigas das outras meninas” e no colégio”, dá presentinhos que levou para elas. As crianças brincam com a vó, desenham juntas, e sorriem algumas vezes abraçando a avó. A visita chega ao fim, e as crianças perguntam à avó “você irá voltar para nos ver?”. A avó diz “claro que sim meus amores”. Novamente, avó e netas se abraçam, despedindo-se. A avó vai embora e a meninas ficam chorosas e tristes.

Caso Ana

A tia chega na instituição para visitar a sobrinha. Quando Ana lhe vê, corre em sua direção e a abraça dizendo com olhos marejados de lágrimas “senti muito sua falta”. A tia retribui o carinho, e fala “também senti a sua meu amor”. Ambas ficam sentadas em uma área localizada nos fundos do quintal. Elas conversam por algum tempo. Depois, a tia tira da bolsa que traz consigo alguns instrumentos de manicure e passa a cuidar das unhas da sobrinha e diz “como suas unhas tão feias, mais eu vou cuidar delas” e a menina sorri.

A tia chega à instituição, e, ao ver a sobrinha na área da recepção, abraça-a, demonstrando seu afeto pela criança e diz “saudades imensas estava de você meu anjo”. A menina retribui o gesto de carinho e diz com o olhar triste, porém sorridente “eu morro de saudades de você sempre”. Elas caminham juntas para o fundo do quintal onde costumam ficar nos dias de visita. A tia e a menina começam a brincar de faz de conta: ela é a cabelereira e a sobrinha sua cliente. A tia diz “fique quietinha princesa, para eu

A tia chega à instituição, e ao encontrar Ana, ela lhe diz “estava com muitas saudades de você”. Ela beija e abraça a sobrinha, a qual retribui o carinho. A menina diz “também senti a sua falta” e a abraça carinhosamente. Ambas caminham para o fundo do quintal, ficam conversando por algum tempo. A menina ri durante a conversa com a tia. Ela lhe conta histórias, mostra passos de ballet que aprendeu durante as aulas tidas na instituição. Depois, a tia abraça novamente a sobrinha, a beija, faz perguntas sobre questões do cotidiano

Mais adiante, a tia acaricia a cabeça da criança, e toca de forma carinhosa em seus cabelos. Elas conversam por algum tempo, a criança pergunta “tia como estão todos? Como está meu pai? Sinto falta de todo mundo”, e a tia lhe responde “estão todos bem querida, em breve você estará conosco”. A visita chega ao fim, e menina e sua tia caminham de mãos dadas até a porta de saída da instituição. A tia abraça e beija a sobrinha, que retribui de forma afetuosa, despedindo-se dela. A menina, com expressão de choro, dirige-se até a sala da instituição, onde fica deitada no sofá. Ela chora, demonstrando tristeza após o fim da visita e uma educadora que trabalha na instituição procura consolá-la.

pentear seus cabelos e fazer um penteado bem bonito” e a menina ri e diz “sim tia, quero o penteado mais lindo para eu poder mostrar pras minhas colegas e ficar bonita” a tia responde “pode deixar comigo meu amor”, a menina contando sobre como é viver na instituição e diz “eu gostaria muito de poder voltar para casa, sinto sua falta, e falta de meu pai, dos meus primos” e a tia olha para a criança e diz carinhosamente “meu amor, estamos fazendo o possível para você sair logo daqui, nós amamos muito você, e queremos que você volte para casa logo”. A visita termina, a tia se despede da sobrinha com um beijo e a menina fica com os olhos cheio de lágrimas e abraça a tia. A tia se vai e a menina senta e depois deita no sofá e fica sozinha, triste, vendo tv.

na instituição. A menina diz que não gosta de ficar na instituição, que as meninas são chatas e que quer logo voltar para casa. A tia pede um pouquinho mais de paciência, e fala que logo isso irá ocorrer. A visita chega ao fim, e a menina leva a tia até a porta de saída da instituição. Ela abraça a tia carinhosamente. Depois, que a tia se vai, a menina vai para a sala, e fica brincando e conversando com as coleguinhas.

Após organização e análise dos dados referentes aos três casos de visita familiar em contexto de acolhimento institucional considerados para estudo, comparativamente, verificou-se que o contato da criança com o familiar nos três momentos observados foi marcado por demonstrações de carinho e afeto (beijos, abraços), sendo possível apontar também algumas alterações – ainda que sutis – na forma como as díades interagiram (por exemplo, no caso de Lucia e Clara, na primeira visita que avó realizou as meninas eram arredias, não conversavam, nem reagiam ao afeto ofertado pela avó. Entretanto, com o passar do tempo as meninas aproximaram-se da avó, já conversavam com ela, brincavam e riam juntas. No caso de João, as trocas estabelecidas entre ele e a mãe substituta eram nítidas (por exemplo, ambos brincavam e trocavam beijos e abraços

durante o momento da visita), contudo, observou-se que, quando o menino começou a receber a visita da mãe substituta, ele demonstrava de diferentes formas ser este um momento muito delicado e doloroso, pois demonstrava ter um vínculo muito forte com a mãe, e não se adaptou facilmente ao ambiente institucional. Então, na Visita 1, observa-se que, quando a mãe se aproximava dele, este era um momento marcado por várias expressões de alegria por parte do menino (beijos e abraços quando a mãe chegava) bem como ao longo do tempo passado juntos e em interação um com o outro. Ele e sua mãe brincavam e conversavam bastante, porém, quando se aproximava o término da visita, que geralmente coincidia com o horário do almoço, e a mãe começava a lhe servir a refeição e ele rejeitava o alimento que ela lhe ofertava. Além disso, quando a mãe ia embora, o menino apresentava comportamento de protesto à separação (muito choro), permanecia assim por algum tempo. Na Visita 2 percebeu-se que, o comportamento da criança começou a mudar, pois ela começou a se habituar à vida na instituição, e esses momentos em que a mãe lhe servia o almoço e depois quando esta ia embora, começaram a ficar aparentemente um pouco menos tensos e dolorosos para ambos. A mãe passou a procurar meios de deixar a criança aos cuidados de uma educadora para que esta pudesse distraí-lo no momento em que a visita chegava ao fim e ela precisasse ir embora. Provavelmente, ela desejava partir sem que o menino ficasse chorando, como observado no relato da Visita 2. No que se refere à criança, o menino, já na Visita 3, aceitou o alimento oferecido pela mãe de forma mais rápida e menos conturbada. Na última visita observada, os dados mostram que a criança parecia estar mais habituada ao espaço de acolhimento, mais sociável nas interações com o outro. Assim, as trocas afetivas com a mãe só aumentavam e isso pode agir no sentido de se fortalecerem o vínculo entre eles, e com o tempo o menino já aceitava quando a mãe o alimentava, comia toda a comida que estava no prato, já não protestava por muito tempo

quando a mesma ia embora. Portanto, é possível afirmar, analisando as três visitas que as interações mantidas e o modo como as relações foram se configurando que esta pode ter funcionado como um processo proximal.

A situação de Fábio é bem especial, pois o menino antes de adentrar a instituição passou por várias situações adversas. Na Visita 1 observou-se que, o menino não interagiu muito com a genitora, por mais que ela o tratasse com carinho, delicadeza, ele se mostrava já habituado ao espaço de acolhimento, e por vezes ignorava a mãe, permanecendo na companhia de coleguinhas da instituição. A criança preferia brincar com os coleguinhas da instituição do que estar na companhia da mãe, mesmo que ela estivesse presente, o chamando, o incentivando a estar com ela. Entretanto, a genitora, apoiada e incentivada pela equipe técnica, se manteve firme e frequente em suas visitas, procurando se aproximar mais do filho, e isso foi ocorrendo, mesmo que há pequenos passos, fato este que começou a ser observado nas visitas seguintes. Na Visita 2 verificou-se que, ao se despedir da mãe o menino ficou com os olhos cheio de lágrimas, o que não ocorria anteriormente. Na Visita 3 mudanças significativas já eram percebidas, tanto no durante a visita, em que a criança interagiu mais e de maneira afetuosa com a mãe como no término da visita, quando a criança pede que mãe não vá e fica chorosa ao se despedir. Ao analisar as três visitas que ocorreram em um período de seis meses, identificou-se elementos descritores da presença do processo proximal de competência, na medida em que o padrão das interações e das relações foi sendo alterado com o passar dos meses, tornando-se mais afetuoso e estimulante para a criança.

O caso de Lucia e Clara é diferenciado, pois as irmãs na idade de 9 e 11 anos, já tinham passado por diversas instituições, desde que a mais velha tinha quatro anos e a menor dois anos. Ambas receberam por um curto espaço de tempo a visita da genitora

(quando as crianças eram menores, uma tinha 6 anos e a outra apenas 4 anos), porém a genitora foi proibida de visitá-las por representar risco às mesmas. Então, só após alguns anos, voltaram a receber visitas, no caso por parte da avó materna. Na Visita 1 verificou-se que as duas crianças e a avó interagem pouco, talvez porque elas não se conheciam, e com isso não se sentiam a vontade. Na Visita 2 e na Visita 3 percebeu-se uma mudança em curso. As meninas que devido à idade já compreendiam mais a situação em que se encontravam, e tinham conversado com a psicóloga da instituição, já receberam a avó com mais carinho e entusiasmo. Elas interagiram mais com avó durante a visita, conversando, brincando, falando sobre seus afazeres na instituição, mostrando-se contentes pela presença da avó, que, por sua vez, ficou muito feliz e mais motivada a continuar visitando as netas. Mais uma vez vê-se que VF pode constituir-se como um processo proximal, ao se perceber as mudanças no comportamento e no modo de agir das crianças com avó, e a formação gradual de um vínculo que ligou as crianças a ela.

O caso de Ana era distinto dos demais pois a menina costumava receber, frequentemente, a visita de sua tia, com quem já tinha uma ligação afetiva muito forte. Na Visita 1 verificou-se que quando a tia chegava a instituição, a criança apesar de alegre pela visita, a recebia de forma chorosa, pois sabia que logo a tia teria que ir embora. Observou-se também que, ao término da visita, quando a tia ia embora, a criança se recolhia e ficava triste, chorando normalmente. Na Visita 2 e na Visita 3 percebeu-se mudanças em curso. A menina começou a se adaptar mais a instituição, e conseqüentemente, já recebia a tia sempre com um sorriso, e com muita alegria, o que era típico da mesma, e quando a tia ia embora ficava triste, porém logo superava, e ia brincar com as amiguinhas da instituição. Mais uma vez pode se perceber que a VF pode constituir-se como um processo proximal, pois durante todas as visitas observadas

havia uma grande interação entre Ana e sua tia, com fortes demonstrações de um vínculo afetivo muito fortificado.

Foram observadas quatro grupos familiares que frequentemente visitam suas crianças que, na ocasião, estavam em situação de acolhimento institucional, verificando onde, como e por quanto tempo ficavam estavam juntos, a criança e seu familiar visitante. Depois, a partir de uma análise bioecológica dos dados coletado, discutiu a aplicabilidade do conceito de processo proximal aos quatro casos de visitas familiares estudados. Observaram-se três visitas de cada familiar, constituindo-se em um total de 12 visitas ao todo.

Discussão:

A partir de uma análise dos casos estudados, foi possível identificar os comportamentos e os padrões de interação estabelecidos pelas díades, compostas pela criança acolhida e o familiar que a visitava, os quais sugeriram que as díades aumentaram a interação entre si, através de trocas de carinho como beijos e abraços, e também por meio das brincadeiras e conversas que ocorriam durante a VF.

Estas são evidências de que, nos casos estudados, houve mudanças (geralmente as crianças passaram a interagir mais com o seu familiar ao decorrer que recebiam mais visitas) e permanências (normalmente as crianças continuavam tristes e chorosas ao término da visita) no comportamento da criança e no modo como ela se relaciona com seu familiar no momento da visita, permitem afirmar que esses indicadores de processos proximais promotores de desenvolvimento estavam em curso, fossem eles de competência ou disfunção, nos moldes em que pensou Bronfenbrenner (2011) .

Com base nos dados organizados na Tabela 3, observou-se que em todos os casos houve efeitos de competência e de disfunção nas relações proximais entre os

visitantes e os visitados. No que refere-se aos efeitos de competência, especificamente, nos casos de João e Fábio, que foram acolhidos em uma instituição governamental, a relação que eles mantinham com a família já existia antes do seu encaminhamento para uma instituição de acolhimento, porém, fica claro que a visita familiar foi sendo modificada em vários aspectos no decorrer do tempo (as crianças se reaproximaram da família, fato observado por meio das brincadeiras e trocas de afeto, percebendo-se assim que o vínculo afetivo de fato pode ter começado a ser reconstruído). Do mesmo modo, pode-se supor que as interações estabelecidas durante a VF atuaram como processos proximais promotores da manutenção do vínculo afetivo entre eles. Na instituição não-governamental, no caso Lucia e Clara, os efeitos de competência estavam ligados à forma como as meninas foram aos poucos se engando na construção de um vínculo afetivo com a avó, que aliás haviam conhecido há pouco tempo. Enquanto que, no caso de Ana, atendida por uma instituição não governamental, os efeitos de competência estavam ligados à preservação dos vínculos afetivos dela com sua tia. Tanto no caso das irmãs, Lucia e Clara, como na história de Ana, é possível perceber que as educadoras e membros da equipe técnica lançaram mão de vários recursos para investir na construção e manutenção de vínculos contínuos e duradouros entre as crianças com seu familiar (como atenção e orientação as crianças e seu familiar, e na forma mais adequada de comportar-se e agir durante a VF).

Os efeitos disfuncionais também se mostraram diferentes nos casos observados. No caso de João e Ana as disfunções observadas estavam ligadas ao sofrimento das crianças com o término da visita, já no caso de Fábio dizia respeito ao comportamento do menino com a genitora, já que por vezes não interagia com essa. No caso de Lucia e Clara o que dificultava foram as dificuldades de relacionamento encontradas pelas crianças nas primeiras visitas que a avó realizou a elas, pois estas não a conheciam.

Então teve todo o processo de adaptação ao convívio com avó. Portanto pode-se dizer que nos caso de João e Ana o problema estava relacionado à dificuldade que tinham em se habituar ao espaço de acolhimento, devido ao vínculo afetivo que tinham com seus familiares, enquanto no caso das irmãs Lucia e Clara e o menino Fábio a questão estava relacionada ao comportamento das crianças, as quais demoraram um certo tempo para adaptar-se com as visitas dos seus familiares.

Nos quatro casos estudados, o diálogo e os limites impostos pelos familiares às suas crianças foram apontados como importantes para um desenvolvimento proximal eficaz. Conforme Wagner, Mosmann, Dell'Aglio e Falcke (2010), é necessário ressaltar a presença da afetividade, sendo que o diálogo possibilita a manifestação do afeto e é melhor maneira dos pais construírem e manterem vínculos afetivos com suas crianças que estão em espaço de acolhimento. Portanto, observou-se que a afetividade entre familiar-criança foi importante nos processos estabelecidos.

Com relação às características pessoais apresentadas nos quatro casos, observou-se nas características de disposição que se apresentava durante a visita a presença da afetividade entre a criança e o familiar que a visitava, mesmo quando esse afeto tinha que ser conquistado aos poucos pelo falo familiar. Logo, o fato de as crianças se mostrarem carinhosas e afetivas, contribuía para uma visita de qualidade. Conforme Diniz e Koller (2010), o afeto está ligado à capacidade de criar e se estabelecer vínculos, e é um elemento importantíssimo para o desenvolvimento saudável.

A manutenção dos vínculos afetivos e uma relação afetiva estável pode ser visto como um estimulador para a superação de mudanças (Diniz & Koller, 2010), o que é de extrema importância nos casos de visita familiar, tendo em visto que há alterações em relação ao contexto ecológico da criança, configurando numa transição ecológica.

As características pessoais de recurso se baseiam na experiência de cada uma das crianças quando estão no momento da visita com seu familiar contribuindo dessa forma para efetivar o processo proximal, a pouca interação com as crianças no caso de João, relação estável e de bastante interação com os demais acolhidos no caso de Fábio, o fato de interagirem bem entre si e com as outras crianças, em relação a Lucia e Clara, a interação afetuosa com as crianças na maior parte do tempo, no que diz respeito à Ana, são características que se destacam como recursos pessoais, pois foram habilidades que as crianças adquiriram ao decorrer da vida, e em particular no tempo passado na instituição, tendo as VF contribuindo para isso .

As características pessoais da demanda foram apontadas nos casos de João, e no de Lucia e Clara, como alegre, sorridente, saudáveis, atuando como motivadoras e propiciadoras de uma visita de qualidade. Já nos casos de Fábio e de Ana as características pessoais da demanda apresentadas nos casos foram: aparência alegre, extrovertida, crianças que costumavam provocar brigas, e demonstravam pouca higiene física. As crianças Fábio e Ana comumente provocarem brigas seja com as outras crianças na instituição, ou mesmo com seus familiares quando os visitavam. Estas características podem ter atuado como demandas que dificultavam as interações, sendo pouco promotoras do desenvolvimento infantil.

Verificou-se que os microssistemas que faziam parte da visita familiar no caso de João e Fábio eram o pátio e o refeitório da instituição. No caso de Lucia, Clara e Ana os microssistemas que faziam parte do momento da visita era o quintal da instituição. Em todos os casos os microssistemas eram importantíssimos, pois eram os ambientes em que os visitados e os visitantes ficavam à vontade, brincavam, conversavam, construía e fortaleciam os vínculos afetivos.

Conforme Rosa, Santos, Silva e Souza (2010) o microsistema pode ser entendido como as relações estabelecidas entre as crianças e seus pais no momento da visita. Ressaltam ainda que, que essas relações precisam ter certo equilíbrio, flexibilidade, serem mútuas, afim de que a visita familiar seja bem sucedida e benéfica a criança.

No caso de João, Fábio, Lucia, Ana e Clara, observa-se uma interligação entre os microsistemas, formando assim o mesosistema, fato este observável no comportamento semelhante em todos os contextos, além de terem relações sociais limitadas. No exossistema verificou-se a relevância do Tribunal de Justiça e da Vara da Infância e Adolescência, que mesmo não tendo um contato direto com as crianças, influencia diretamente na visita familiar, pois são órgãos responsáveis pelas decisões quanto o familiar e a criança, e a possibilidade de haver uma reinserção familiar. No que refere-se ao macrosistema, este pode ser identificado como as crenças, ideologias e estilos de vida que os familiares levam consigo, que se fazem presentes no momento da VF, influenciando no modo como veem a criança e o seu papel nesse processo.

Em relação ao tempo, observou-se o tempo que o familiar e sua criança passavam juntos, interagindo. No caso de João, ele e sua mãe passavam 100% do tempo de duração da visita juntos, brincando, conversando, interagindo e trocando carinhos. No caso de Fábio, ele passava parte da visita junto a mãe, e a outra brincando com os colegas da instituição, tendo em vista que ele era uma criança muito ativa, e estava em fase criando vínculos afetivos com a mãe, os quais ainda não eram muito fortes. No caso de Clara e Lucia, as meninas passavam a maior parte do tempo sentadas ao lado da avó, interagindo, conversando, brincado com pinturas, entretanto ainda estavam criando um vínculo com a avó, logo, por vezes, saiam de perto da avó e passavam a brincar com as outras crianças da instituição. O tempo que a avó e as netas passavam juntas era em

torno de 50% do destinado a visitação. No caso de Ana, a criança passava o tempo inteiro destinado a visita junto com sua tia, ambas conversavam bastante e brincavam, e eram muito reservadas no momento em que estavam juntas.

Siqueira, Betts e Dell'Aglio (2006) destacam que o microsistema e o mesossistema são significativos para o desenvolvimento das crianças em função da proximidade estabelecida nesses níveis. As relações desenvolvidas na transição de diversos microsistemas podem agrupar inúmeras pessoas à rede de apoio social e afetiva da criança, assumindo o papel de ofertar apoio para ela se adaptar e superar situações delicadas e difíceis. No caso das crianças acolhidas, a escola, a igreja, apresentam-se como exemplos dessas redes de apoio social. Assim, a transição ecológica entre os microsistemas será benéfica se as interações desenvolvidas nesses contextos forem saudáveis (Bronfenbrenner, 1996).

Já no nível do exossistema, destacam-se nessa pesquisa a o Juizado da Infância e da Juventude e a Vara da Infância e da Adolescência, os quais não estão presentes na visita familiar, todavia influenciam indiretamente as relações existentes nesse momento. Esses órgãos os responsáveis por averiguar se a visita é benéfica a criança, o que está trazendo de construtivo a mesma, bem como investigar se a visita pode configurar-se como um risco para ela.

Siqueira e Dell'Aglio (2006) colocam que o microsistema podem ser traduzidos como os valores e as ideologias, traduzidos no dia-dia das crianças. Nesta pesquisa, o microsistema foi identificado como os costumes, valores e crenças que os familiares levam quando vão visitar suas crianças, podendo estes ter implicações, sejam elas positivas ou negativas no desenvolvimento infantil.

Conforme Collins (2015), as instituições de cuidados e atenção, como parte da comunidade, diferem em quase todos os aspectos. Em essência, a diferença está na total

dependência e envolvimento do indivíduo dentro da instituição. Entende-se, portanto, que as crianças são retiradas da família, amigos e lugares familiares e atividades, retiradas do seu convívio e atividades diárias, permanecendo focadas dentro do sistema institucional, obedecendo suas regras e limitações. Mais uma vez observa-se a importância da visita familiar, tendo em visto que essas crianças estão fora do seu ambiente de origem, e através da visita que tem acesso ao mundo exterior, além de manterem os vínculos afetivos com seu familiar.

Conforme estudos de Wentz (2008), quando os pais e criança estão interagindo com sucesso durante a VF, esta deve mudar de uma vez para mais vezes, tendo em vista que com o aumento da duração desse contato, ela se torna mais benéfica e de qualidade para a criança. O objetivo é aumentar lentamente a responsabilidade dos pais e avançar para visitas sem supervisão na casa da família, desde que seja considerado seguro para a criança (Wentz, 2008).

De acordo com Stewart (2014) a visita familiar interfere diretamente no bem-estar da criança em situação de acolhimento, ou seja se a visita durante a visita há trocas afetivas, de carinho entre a criança e o familiar, ela configura-se como uma forma de contato que traz benefícios para todos, ou seja, agindo como um processo proximal. A autora ressalta ainda o papel dos pais na vida de seus filhos está mudando e se expandindo, e isso está se tornando cada vez mais importante para avaliar os efeitos de diferentes tipos de envolvimento familiar-criança, além de averiguar os benefícios que a visita familiar traz também para os adultos.

Vargas, Rosa e Dell'Aglio (2011) destacam que a distância do convívio familiar da criança em situação de acolhimento, por um período prolongado, tende a ter os vínculos com membros da família fragilizados, tornando a vivência da criança e sua trajetória mais complicada. Logo, para evitar essa situação, os familiares são orientados

a realizar visitas com o máximo de frequência possível, a fim de manterem e preservarem o vínculo afetivo com suas crianças que estão institucionalizadas, contribuindo assim para uma possível reinserção familiar.

Portanto, observou-se que, a presença de afeto foi essencial para as relações proximais estabelecidas durante a visita familiar. As relações de afeto comumente constituem-se como fato essencial para que as crianças em situação de acolhimento, que recebem visita de algum familiar, superem as mudanças do seu desenvolvimento, além das relações afetivas se estabelecerem como promotoras de processos proximais funcionais.

Potrich, Rosa, Zanatta, e Neves (2012) observaram que a família caracteriza-se pelas inter-relações que se estabelecem entre os seus, em um determinado contexto de organização e estrutura, além de ser considerado hoje um ambiente relevante para sobrevivência e proteção de seus membros, independente de como esteja estruturada. Destacaram ainda que é ela que propicia afetividade e educação de seus membros, tendo em vista que é no seio familiar se constroem os valores que norteiam a vida social. Entre as crianças e seus familiares observados, o desejo por parte de ambos de reconstituírem a família, o estado emocional positivo dos familiares que realizavam as visitas, a comunicação estabelecida entre familiar-criança foram estes aspectos observados no presente estudo, constituindo-se possivelmente como facilitadores dos processos proximais estabelecidos.

Sobre os casos estudados e as evidências de que a visita familiar pode funcionar como processo proximal promotor de desenvolvimento, conforme a literatura mostra (Carvalho & Delgado, 2014., Sen & Broadhurst, 2011., Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014), observou-se a importância da família e de sua visita para a criança que encontra-se acolhida. Tendo em vista que, é por meio da VF, que o familiar tem condições de

promover o bem-estar a criança, oferecer segurança e proteção a esta, além de reforçar os vínculos afetivos com a mesma, através das interações mantidas durante a visita.

Essas interações estimulantes, são fatores e processos que impulsionam o desenvolvimento saudável da criança.

Considerações finais:

No presente estudo, investigou-se aspectos da VF que podem ser tomados como processo proximal nesse contexto. Foram estudados e analisados quatro casos, dois que ocorreram em uma instituição de acolhimento infantil governamental, e dois que ocorreram em uma espaço de acolhimento infantil não-governamental. As análises foram realizadas através de estudo de caso e foram comparados aspectos da visitas familiares observadas em um período de seis meses, em três momentos temporais distintos, na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano (PPCT), proposta por Bronfenbrenner (2011).

Observou-se que são inúmeros os fatores que podem ajudar para que os processos proximais se deem de forma competente, contribuindo assim para uma visita de qualidade, saudável, a qual pode vir a contribuir para o desenvolvimento da criança, e ajudar em uma possível reinserção familiar. É necessário destacar que, estes processos se constituem ao longo do tempo, de forma que asseguram certa estabilidade e regularidade, além de engajamento nas atividades de caráter interacional, ou seja, laços duradouros e recíprocos, os quais tornam-se complexos com o passar dos dias, meses ou anos (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Os dados mostraram que a presença de afeto entre o familiar e a criança são essenciais para as relações proximais estabelecidas no momento da visita familiar. Ou seja, quando a visita é constituída de trocas afetuosas, carinho entre a criança e o seu familiar, pode-se afirmar que esta se constituiu em um processo proximal. Na maioria dos casos apresentados, foram observadas manifestações comportamentais que são próprias de relação afetuosas, e, quando está ainda não existia, o familiar, além dos técnicos e educadores da instituição, realizavam todo um trabalho junto a criança para que isso ocorresse.

Portanto, observa-se certo grau de complexidade no momento da visita familiar, tendo em vista que as crianças que estavam um tempo prolongado institucionalizadas e/ou estiveram expostas situações de riscos antes de adentrarem na instituição, apresentavam dificuldades de relacionamento com familiar que as visitavas, principalmente nas primeiras visitas realizadas por esses. Logo, observa-se que o período contínuo de convivência proporcionado pela visita familiar, pois é durante esse momento que é possível criar estratégias de interação, além de ser fundamental para a construção dos vínculos afetivos e a criação de um bom relacionamento entre o familiar e a criança.

Como limites deste estudo pode se apontar a especificidade de caso estudado, não sendo possível uma generalização dos dados. Além disso, é um estudo que abrange o acompanhamento das visitas familiares em duas instituições de acolhimento infantil, uma governamental e a outra não-governamental, as quais apresentam características bem distintas. Ademais, seria de grande contribuição para a sociedade, e para o avanço da literatura nacional e internacional sobre o tema, uma quantidade maior de estudos envolvendo o processo proximal e a visita familiar, tendo em vista que são essas investigações e reflexões acerca desta relação, o qual é de extrema relevância, tanto para a pesquisa em psicologia do desenvolvimento como para a formulação de políticas públicas.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi composta por um conjunto de estudos que pretendeu pensar o espaço de acolhimento institucional como um contexto de desenvolvimento para a criança e a visita como um processo de interação dela com seus familiares e os possíveis benefícios para o seu desenvolvimento, nos moldes em que propõe a Bioecologia do Desenvolvimento Humano, defendida por Urie Bronfenbrenner (2011). Do mesmo modo, buscou discutir a importância estratégica da visita para a preservação dos vínculos familiares, com base nos princípios que regem a legislação vigente. Ou seja, pretendeu-se, com as investigações aqui apresentadas, compreender as condições ecológicas nas quais as crianças podem interagir com seus visitantes familiares em um ambiente de acolhimento institucional e, com base nisso, discutir se e como, nesse contexto específico, a visita familiar pode se constituir em um processo proximal capaz de gerar mudanças pessoais biopsicológicas. É importante ressaltar que esta pesquisa dá continuidade a um conjunto de investigações que vem sendo pioneiro na investigação da visita familiar em instituições de acolhimento infantil na perspectiva da bioecologia do desenvolvimento humano. Além de ter sido observado que, apesar das características ambientais das duas instituições pesquisadas serem bem distintas, verificou-se por meio dos achados obtidos com o estudo 2 e o estudo 3 que estas não trazem grandes impactos na visita familiar, na (re) construção dos vínculos afetivos, e nas interações entre as díades.

A partir dos três estudos verificou-se que a visita familiar se faz essencial para as crianças em acolhimento institucional, e para que a mesma seja bem sucedida e de qualidade, é necessário que: os técnicos e educadores dos espaços de acolhimento infantil ofereçam um olhar mais atento para o momento em que ocorre a visita familiar,

tendo em vista que isso é de fundamental importância na vida da criança que se encontra longe de casa. É importante prepará-la para este momento, além de acompanhá-la durante o momento em que a visita está ocorrendo e quando ela chega ao fim, além do fato da visita ser o momento em que as demonstrações de afeto entre o familiar e a criança são processos proximais importantes na medida em que são capazes de alterar o padrão de interação nessa relação, contribuindo para fortalecimento dos vínculos afetivos entre familiar-criança, e para a reinserção familiar.

Através da análise e apreciação dos resultados foi possível chegar a algumas conclusões. Os achados no estudo um, dois e três vieram a confirmar o que o ECA (Brasil, 1990) traz no que refere aos direitos da criança, afirmando que a visita familiar é um direito da mesma, que recomenda-se a convivência da criança que se encontra acolhida com a mãe, pai, outros familiares e membros da comunidade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável. Logo é dever da instituição de acolhimento garantir e favorecer esse contato entre criança e família. As orientações técnicas preconizam que todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento inclusive através das visitas familiares. Compreendeu-se através dos três estudos realizados que, a VF vem garantir o exercício do direito à convivência familiar e comunitária para a criança institucionalizada, e através das interações ocorridas durante esse momento é ocorre a preservação e/ou reconstrução dos vínculos familiares. Foram realizados três estudos, porém com um único objetivo: investigar aspectos que caracterizam a visita familiar em instituições de acolhimento de crianças na Região Metropolitana de Belém.

As limitações observadas nesta pesquisa referem-se à dificuldade de acesso aos prontuários das crianças, os quais detinham informações desencontradas, dados não

registrados, além do fato de alguns educadores, técnicos, e familiares colocarem dificuldades ao responder os questionários aplicados. Verificou-se ainda, que devido ao fato de poucas crianças receberem visita com frequência, e para a realização do estudo dois e três isso ser essencial, o número de participantes criança-familiar teve que ser reduzido.

Com a preocupação de contribuir para área da psicologia é que este estudo foi pensado, buscando verificar de que maneira as características biopsicossociais das crianças acolhidas no ano de 2012 na RMB, e os motivos pelos quais as mesmas foram acolhidas, vinham a interferir no fato de receberem ou não visita dos seus familiares e/ou membros da comunidade, objetivando investigar aspectos da organização do ambiente e da preparação da criança antes, durante e após a visita na visão dos técnicos e educadores da instituição, e a maneira que estes aspectos podem influenciar na visita familiar, na reconstrução dos vínculos afetivos, e na reinserção familiar da criança, Ademais, seria de grande contribuição para a sociedade, e para a literatura nacional e internacional, um quantidade maior de estudos envolvendo o processo proximal e a visita familiar, tendo em vista que são raros os estudos existentes acerca desta tema, o qual é de extrema relevância.

Nessa perspectiva, sugere-se a realização de novos estudos nessa área, para melhor investigar a visita familiar em espaços de acolhimento infantil, estudos que mostrem os benefícios que a visita dos familiares podem trazer a criança, e outros que demonstrem as dificuldades no desenvolvimento que a maioria das crianças acolhidas por um período prolongado, e que não recebem visita apresentam.

REFERÊNCIAS

- Álvares, A. M & Lobato, G. R. (2013). Um Estudo Exploratório da Incidência de Sintomas Depressivos em Crianças e Adolescentes. *Temas em Psicologia*, 21(1), 151 – 164.
- Borges, K. M. K., Genaro, L. T & Monteiro, M. C. (2010). Visita de crianças em unidade de terapia intensiva. *Rev Bras Ter Intensiva*, 22(3), 300-304.
- Brasil (1990). Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Recuperado em 12 de Janeiro de 2015, da http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Brasil. (2004). Política Nacional de Humanização. *Ministério da Saúde*, Brasília
- Brasil. (2006). Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Brasília
- Brasil. (2009). Lei 12010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção altera as Leis n^{os} 8.069, de 13 de julho de 1990 - *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 8.560, de 29 de dezembro de 1992.
- Brasil (2009). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para criança e adolescentes*. Brasília. Recuperado em 20 de Janeiro de 2015, da <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento>.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Bronfenbrenner & Morris. P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development (pp. 993- 1027)*. New York: John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. (2005). On the natural of biological theory and research. In: Bronfenbrenner, U. (Org.). *Making human beings human*. California: Sage, 3-15.
- Bronfenbrenner, U. (2011). Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. Tradução: André Carvalho Barreto. *Porto Alegre: Artmed*.
- Carvalho, J. M. S & Delgado, P. (2014). Contact in Foster Care: Bridge or Collision between Two Worlds? *Journal of Applied Research on Children: Informing Policy for Children at Risk*, 5(1).

Cavalcante, L. I. C. Ecologia do Cuidado: Interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituições de abrigo. (2008). *Tese de doutorado (Programa de Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento)*, Universidade Federal do Pará, Pará.

Cavalcante, L. I.C., Magalhães, C. M. C & Pontes, F. S. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.

Cavalcante, L. I. C., Silva, S. S. C. & Magalhães, C. M. C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-Estar e Subjetividade (Impresso)*, 1145-1170.

Children's Services Practice notes: Making the most of visitation. (2000). Jordan Institute for Families. Retrieved from http://www.practicenotes.org/vol5_no4/cspn%20v5_4.pdf.

Cleaver H. (2000) . *Fostering Family Contact: a Study of Children, Parents and Foster Carers*. London: The Stationery Office

Cohon, D., Hines, L., Cooper, B.A., Packman, W. & Siggins, E. (2000). *Stuart Foundation KinCaregiver Study: Final Report*. San Francisco: Institute for the Study of Community-Based Services.

Collins, J. (2015). From hospital to home: the drive to support people with intellectual disabilities in the community. *International Journal of Developmental Disabilities*, (61) 2.

Constantino, P.; Assis, S. G. & Mesquita, V. S. F. (2013). Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In: Assis, S. G. & Farias, L. O. P. *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, pp. 161-220

Costa, A. C. R. (2013). O direito e o dever à visita familiar: a convivência de pais e filhos em instituição de acolhimento. *Trabalho de Conclusão de Curso*, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará.

Costa, A. C. R; Silva, T. S. R; Cavalcante, L. I. C. (2014). Interações de mães e avós com seus filhos e netos em acolhimento institucional: atividades durante as visitas. In: Pedroso, Magalhães e Dias (ORG). *Diálogos teóricos e práticos em psicologia e educação*. Belém-PA: Appris, 159-180.

Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118.

Diniz, E & Koller, S. H. (2010). *O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico*. *Educar*, (36): 65-76, Curitiba: UFPR.

Faleiros, V. P., & Faleiros, E. S. (2007). *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Freitas, V. F. G. & Riva, L. C. (2009). Direito de visitas: relacionamento entre pais e filhos. *Revista Unijales, 1*, 1-21. Número especial.

From Evidence to Practice: Family Visitation. (2011). Family Visitation in Child Welfare Helping Children Cope with Separation while in Foster Care. Retrieved from partnersforourchildren.org

Jacob, A; Carvalho, C & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidade de uso em contexto de acolhimento infantil. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 17*(2), 299-307

Gonzalez, A. C., Abaid, J. L. W. & Dell' Aglio, D. D. (2011). Adolescência, acolhimento institucional e convivência familiar: um retrato sobre a garantia de direitos. In: C. Magalhães (Ed.), *Contextos Ecológicos do Desenvolvimento 1* (pp. 19-46). Belém-Pa: Paka-Tatu.

Groark, C. J & McCall, R. B. *Infant Ment Health J.* (2011). *Implementing Changes in Institutions to Improve Young Children's Development, 32*(5): 509–525.

Hess, P. (2003). Visiting between children in care and their families: A look at current policy. National Resource Center for Family-Centered Practice and Permanency Planning. Hunter College School of Social Work, NY.

Hess, P.M. & Proch, K.O. (1988). Family visiting in out-of-home care: A guide to practice.. *Washington, DC: Child Welfare League of America.*

Hess, P., & Proch, K. (1993). Visiting: The heart of reunification. In B. Pine, R. Warsh, & A. Maluccio (eds.), *Together again: Family reunification in foster care*, pp. 119-139. Washington, DC: Child Welfare League of America.

Holcomb, R. (2004). Innovative practice in foster child visitation: A review of the literature for family alternatives, inc. Minneapolis, MN.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE] 2010). *Estatísticas de Gênero*. Recuperado em 01 de Fevereiro de 2015, da <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=15&cat=1,2,-2,-3,128&ind=4707>

Macaskill, C. (2002). Safe contact? Children in Permanent Placement and Contact with their BirthRelatives. *Dorset: Russell House Publishing.*

Marcílio, M. L. (1998). *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec

Mandú, E. N. T; Gaíva, M. A. M; Silva, M. A & Silva, A. M.N. (2008). Visita domiciliária sob o olhar de usuários do programa saúde da família. *Texto Contexto Enferm, 17*(1), 131-40.

- Martins, E. & Szymansky, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9 (1): 177-187.
- McCall, R. B. (2013). Review: The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? *Child and Adolescent Mental Health*, 18 (4), 193–201.
- Merçon-Vargas, E. A., Rosa, E. M. & Dell’Aglío. (2011). Domestic and international adoption: proximal processes in the period of cohabitation. *Salud & Sociedad*, 2(3), 268-283.
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev. Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, 1(2), 91-102
- Nunes, J., Santos, M., Martins, I. & Monteiro, C. (2010). O cotidiano de crianças e adolescentes abrigadas no Oratório Festivo São João Bosco – Oratório de Bebê. *Revista Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais*, 12 (12), 183-198.
- Oliveira, M. D & Lima, M. S. (2013). Sistema carcerário: uma realidade esquecida, inclusive pelo familiares. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju, 1 (2), 9-19.
- Oriente, I.; Sousa, S. M. G. (2005). O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 11 (17), 29-46.
- Passetti, E. (2010). Crianças carentes e políticas públicas. In M. Del Priore (Org.). *História das crianças no Brasil* (7a ed., pp. 347-375,). São Paulo: Contexto.
- Pincolini, F. A M., Hutz, S. C & LaskoskiII, L. (2012). Caracterização da Violência Sexual a partir de Denúncias e Sentenças Judiciais. *Psicologia em Pesquisa*, UFJF , 6(01), 19-28.
- Pinto, G & Hirdes, A. (2006). O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reabilitação e reinserção social. *Rev Enferm*, 10 (4), 678 – 83.
- Pinto, L. W.; Oliveira, Q. B. M.; Ribeiro, F. M. L. & Melo, A. A. C. A. (2013). Características dos serviços de acolhimento institucional. In: Assis, S. G. & Farias, L. O. P. *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, pp. 81-110.
- Potrich, T; Rosa, da L; Zanatta, E. A & Neves, E. T. (2012). Percepção da família sobre o acompanhamento de crianças e adolescentes em uma instituição de apoio. *Cienc Cuid Saúde*, 11(1):138-145.

Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. (2013). Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

Rizzinni, I. & Rizzinni, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola

Rizzini, I & Piloti, F. (2009). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência á infância no Brasil. São Paulo: Cortez.

Rodrigues, M. L. (1998). Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil . *Revista de Administração Pública* . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5).

Rosa, E. M., Santos, C. R & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), setembro-dezembro/2010, 233-241.

Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N. Teixeira, S. C. P. & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399.

Sen R., Broadhurst K.(2011). Contact between children in out-of-home placements and their family and friends networks: a research review. *Child & Family Social Work* ;16(3):298–309.

Silva, M. L & Arpini, D. M. (2013). A nova lei da adoção – desafios para a reinserção familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 18(1), 125-135

Silva, T. S. R., Magalhães, C. M. C. & Cavalcante, L. I. C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66 (1), 49-60.

Silva, E. R. A. & Aquino, L. M. C. (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. Brasília: IPEA/CONANDA

Siqueira, A. C., Betts, M. K. & Dell’Aglío, D. D. (2006). A rede de apoio afetivo de adolescentes institucionalizados. *Interamerican Journal of Psychology*, Porto Alegre, (40) 2, p. 149-158

Siqueira, A. C. e Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80

Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*; 23 (2): 262-271.

Siqueira, A. C. (2012). O direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estudos de Psicologia*, 29(3), 437-444

Stewart, S. D (2014). Nonresident fathers and maternal and child well-being: the role of extended visitation. *Working Paper Series*.

Triseliotis, J. (2010). Contact between looked after children and their parents: A level playing field. *Adoption & Fostering*, 34(3) 59-66.

Wagner, A., Mosmann, C. P., Dell'Aglio, D. D. & Falcke, D. (2010). *Família & Internet*. São Leopoldo: Sinodal

Weintraub, A. (2008). Information packet parent-child visiting. National Resource Center for Family-Centered Practice and Permanency Planning. Hunter College School of Social Work, NY.

Wentz, R. (2008). Best Practices in Dependency: Planned, Purposeful, and Progressive Visitation. Podcast retrieved from <http://www.uwvtv.org/programs/displayevent.aspx?rID=27405>

Wright, L.E. (2001). Toolbox No. 1: Using Visitation to Support Permanency. Toolboxes for Permanency. CWLA Press, Washington, DC.

Yamamoto-Mitani, N., Aneshensel, C. S & Levy-Storms, L. (2002). Patterns of Family Visiting With Institutionalized Elders: The Case of Dementia. *Journal of Gerontology: social sciences by The Gerontological Society of America* , 57B (4), 234–S246

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO A SER PREENCHIDO PELA GERÊNCIA PARA CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-LEGAL:

1. Nome da instituição: _____

2. Endereço: _____

3. Bairro: _____ Município: _____

4. Telefone: _____ Fax: _____

5. E-mail: _____

6. Site: _____

7. Data de fundação da instituição: _____

8. Data em que iniciou o atendimento em regime de acolhimento _____

8.1. Qual modalidade:

Casa transitória /casa de passagem Abrigo institucional República
 Casa lar Semiexternato Família acolhedora

9. Natureza do programa de acolhimento:

Público municipal Público estadual Público federal Não-governamental

10. Tipo de instituição:

Casa transitória / casa de passagem
 República
 Casa lar (atende até 10 crianças e/ou adolescentes em ambiente com características residenciais).
 Abrigo institucional (instalações físicas diferentes de uma residência)
 Outro. Especificar: _____

11. Instituição mantenedora: _____

12. CNPJ Nº: _____

13. Registro no COMDAC e/ou CEDCA: _____

14. Como a instituição se sustenta financeiramente? (múltipla resposta)

Recursos públicos do governo federal. Especifique: _____
 Recursos públicos do governo estadual. Especifique: _____
 Recursos públicos do governo municipal. Especifique: _____
 Doações (pessoas jurídicas → empresas). Especifique: _____
 Doações (pessoas jurídicas → organizações não-governamentais). Especifique: _____
 Doações (pessoas físicas). Especifique: _____
 Outras fontes. Especifique: _____

15. Qual o custo/mês estimado de cada criança/adolescente mantida pela instituição? (considerando-se os gastos com salários de funcionários, alimentação, vestuário, remédios, despesas diversas, etc).

16. Como são pagas as despesas da instituição?

Funcionários. Especifique: _____
 Alimentação. Especifique: _____
 Vestuário. Especifique: _____
 Medicamentos. Especifique: _____
 Material de higiene pessoal. Especifique: _____
 Material de limpeza. Especifique: _____
 Manutenção do prédio (consertos). Especifique: _____
 Manutenção de equipamentos (eletrodomésticos, etc). Especifique: _____
 Brinquedos e jogos. Especifique: _____
 Roupas de cama, mesa e banho. Especifique: _____
 Outras despesas. Especifique: _____

17. A instituição recebe supervisão técnica ou é fiscalizado por algum órgão:

SIM NÃO

Em caso positivo, qual?

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique: _____
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique: _____
- Juizados da Infância e Juventude. Especifique: _____
- Conselhos Tutelares. Especifique: _____
- Ministério Público. Especifique: _____
- Vigilância Sanitária. Especifique: _____
- Corpo de Bombeiros. Especifique: _____
- Secretaria de Estado de Assistência Social. Especifique: _____
- Outros. Especifique: _____

B. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO:

18. Qual a capacidade de atendimento da instituição? _____

19. Qual a média/mês de atendimento? _____

20. Em 2012, quantas crianças e/ou adolescentes foram atendidas pela instituição?

21. Em 2012, quantos acolhimentos foram realizados pela instituição? _____

22. Qual a faixa etária das crianças/adolescentes atendidas pela instituição?

Idade mínima: _____ Justifique: _____

Idade máxima: _____ Justifique: _____

23. A criança e/ou com que tipo de condição de risco social e pessoal à instituição acolhe?

- Deficiência física
- Deficiência mental
- Soropositivo e outras doenças infectocontagiosas (hanseníase, etc) Justifique: _____
- Doenças graves (câncer, etc). Justifique: _____
- Situação de rua (população de rua) Justifique: _____
- Violência sexual. Justifique: _____
- Exploração sexual e tráfico humano. Justifique: _____
- Outras situações que requerem atendimento especializado. Justifique: _____

24. A instituição atende crianças de outros estados brasileiros:

SIM NÃO

Em caso positivo, quantas crianças e/ou adolescentes de outros estados brasileiros foram atendidos no ano de 2012 na instituição? _____

25. Das atividades abaixo relacionadas, quais são as que a instituição realiza regularmente:

- Apoio e acompanhamento aos egressos (ex-acolhidos).
- Capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos da instituição.
- Preparação gradativa das crianças para o desligamento.
- Elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA).
- Elaboração da guia de acolhimento.
- Providência de documentação civil para crianças e adolescentes que não a possuem.
- Publicação de boletins informativos, material de divulgação.
- Relatórios periódicos sobre a situação sócio-institucional das crianças e adolescentes ao Juizado

da Infância e da Juventude.

- Nenhuma das atividades anteriores.
- Outras. Especifique: _____

26. Quem decide pelo acolhimento da criança e/ou adolescente _____

27. Como é feito o encaminhamento a instituição? _____

28. No ano de 2012, quantas crianças/adolescentes foram encaminhadas para a instituição:

- Conselhos Tutelares. Especifique: _____
- Juizados da Infância e Juventude. Especifique: _____
- A pedido da família Especifique: _____
- Instituições de triagem e encaminhamento (tipo Casa de Passagem, etc). Especifique: _____

- Outros. Especifique: _____
29. Acolhe grupo de irmãos mesmo que as crianças/adolescentes estejam fora da faixa etária que a instituição normalmente atende?
 SIM NÃO. Justifique: _____
30. Acolhe adolescentes grávidas?
 SIM NÃO.
 Em caso positivo, no ano de 2012, quantas adolescentes grávidas foram acolhidas? _____
31. Atualmente quantos grupos de irmãos há na instituição?
 Grupos de 2 irmãos são _____
 Grupos de 3 irmãos são _____
 Grupos de 4 irmãos são _____
 Grupos de 5 irmãos são _____
 Outros: _____
32. Total da população da instituição que pertence a grupo de irmãos? _____
33. Em relação ao cumprimento dos princípios previstos no ECA e Orientações Técnicas:
- a) A instituição prioriza a preservação dos vínculos com a família de origem.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- b) A instituição apoia alternativas de colocação em família substituta, principalmente a adoção.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- c) A instituição não desmembra grupos de irmãos.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- d) A instituição atende em regime de co-educação (instituição mista).
 SIM NÃO. Justifique: _____
- e) A instituição atende pequenos grupos (até 20 crianças)
 SIM NÃO. Justifique: _____
- f) A instituição garante a participação das crianças/adolescentes em ações, serviços e atividades comunitárias.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- g) A instituição propicia a participação de pessoas e organizações da comunidade em ações e atividades da instituição.
 SIM NÃO. Justifique: _____

C. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-FUNCIONAIS DA INSTITUIÇÃO:

34. As instalações da instituição ocupam um imóvel:
 Próprio Alugado Cedido. Se for o caso, por quem? _____
 Outro. Especifique: _____
35. O imóvel foi construído especialmente para servir como instituição de acolhimento?
 SIM NÃO. Justifique: _____
36. Existe identificação externa, como uma placa fixada no imóvel, da modalidade do serviço de acolhimento?
 SIM NÃO
37. O local se destina exclusivamente ao funcionamento da instituição?
 SIM NÃO
38. A instituição está localizada em (múltipla resposta):
 Área residencial Área comercial Área urbana Área rural
39. A instituição de acolhimento oferece outros serviços ou programas para crianças/adolescentes da comunidade? (múltipla resposta)
 Creche
 Escola
 Pré-escola
 Profissionalização e cursos
 Apoio social e/ou psicológico a famílias de crianças e adolescentes em situação de risco.
 Sócio-educativo
 Outros. Especificar: _____

40. As crianças e adolescentes utilizam a rede de serviços da comunidade?

<input type="checkbox"/>	Escolas. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Creches. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Hospitais. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Postos de saúde. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Praças. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Quadras de esporte. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Centros culturais. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Igrejas. Especifique: _____
<input type="checkbox"/>	Outros. Especifique: _____

41. De que modo a instituição oferece às crianças e/ou adolescentes os seguintes serviços e atividades?

Serviços e Atividades	Serviços Internos	Serviços Externos	Não oferece
Assistência jurídica			
Assistência médica			
Assistência odontológica			
Assistência psicológica			
Assistência religiosa			
Assistência social			
Atividades culturais			
Atividade de lazer			
Atividades esportivas			
Creche			
Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano)			
Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano)			
Ensino Médio			
Acompanhamento escolar			
Outros. Especificar			

42. Indique em números quantidade de espaços que constituem as áreas internas e externas da instituição e avalie se atende a necessidade:

	Área interna	Externa	Quantidade	Necessidade
Almoxarifado				
Auditório				
Banheiro				
Berçário				
Brinquedoteca/Ludoteca				
Cozinha				
Dispensa para alimentos				
Dormitório/Quarto				
Garagem				
Jardins				
Lactário				

Lavanderia				
Playground				
Quadra de esportes				
Refeitório				
Sala de acompanhamento escolar				
Sala de atividades pedagógicas				
Sala de enfermagem				
Sala de TV e Vídeo				
Sala para atendimento psicológico				
Sala para atendimento social				
Sala para consultório médico				
Sala para descanso dos adultos				
Sala para reuniões				
Outros. Especificar:				

43. Indique o estado de conservação de alguns espaços físicos da instituição (área interna e externa):
 (Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: Péssimo estado = 1; Vários reparos = 2;
 Pequenos reparos = 3; Bom estado = 4; Excelente estado = 5)

Espaço	Estado de conservação				
	1	2	3	4	5
Almoxarifado					
Auditório					
Banheiro					
Berçário					
Brinquedoteca/Ludoteca					
Cozinha					
Despensa para alimentos					
Dormitório/Quarto					
Garagem					
Jardins					
Lactário					
Lavanderia					
Playground					
Quadra de esportes					
Refeitório					
Sala de apoio pedagógico (acompanhamento escolar)					
Sala de atividades pedagógicas					
Sala de enfermagem					
Sala de TV e Vídeo					
Sala para atendimento psicológico					
Sala para atendimento social					
Sala para consultório médico					
Sala para consultório odontológico					
Sala para descanso dos adultos					
Sala para reuniões					
Outros. Especificar:					

44. A instituição mantém programa de formação e atualização da equipe de trabalho?

- SIM, sistematicamente.
 SIM, conforme necessidade percebida.
 SIM, a pedido dos funcionários.
 NÃO mantém.

Em caso positivo, especifique o tipo de programação realizada:

45. A instituição conta com programa de voluntariado?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

- Realização de eventos para captação de recursos materiais e financeiros.

Especifique: _____

- Realização de atividades recreativas com as crianças/adolescentes no espaço da instituição.

Especifique: _____

- Realização de atividades recreativas com as crianças/adolescentes fora do espaço da instituição

Especifique: _____

- Outras.

Especifique: _____

46. Na instituição, há alguma atividade ou serviço que dependa exclusivamente do trabalho de voluntários?

- SIM NÃO

Justifique: _____

D. ACOLHIMENTO, ABRIGAMENTO E REINTEGRAÇÃO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES:

47. Quem acolhe a criança/adolescente na chegada a instituição? _____

48. Quais os procedimentos adotados pela instituição em relação aos pertences pessoais trazidos com a criança/adolescente na chegada à instituição?

- Fica com a criança
 Fica retido pela instituição
 Devolvido para a família
 Outra. Especifique: _____

49. Quais os critérios utilizados pela instituição para a distribuição das crianças e adolescentes nos dormitórios

- Idade Condição de saúde Deficiência Opção sexual
 Sexo Alojamento conjunto (mãe-bebê) Grupo de irmãos
 Outros. Justifique: _____

50. As refeições que são servidas às crianças/adolescentes são preparadas na própria instituição?

- SIM. Quem faz? _____
 NÃO. Por quê? _____

51. As roupas que são usadas pelas crianças/adolescentes são lavadas e passadas na própria instituição?

- SIM. Quem faz? _____
 NÃO. Por quê? _____

52. As crianças/adolescentes usam roupas que são de uso pessoal exclusivo?

- SIM NÃO

Justifique: _____

53. Existe local apropriado para a criança/adolescente guardar seus objetos pessoais?

- SIM NÃO

Justifique: _____

54. A instituição possui regulamento interno (PPP) que orienta o seu funcionamento (permissões, proibições, direitos, obrigações, sanções, etc.)?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Se a instituição possui regulamento interno (PPP), há quanto tempo começou a vigorar? _____

Se a instituição possui regulamento interno (PPP), quem o elaborou? (múltipla resposta)

Dirigentes Equipe técnica Crianças/adolescentes Funcionários

Outros. Especifique: _____

55. Que atividades são desenvolvidas com as crianças/adolescentes no próprio espaço da instituição? (múltipla resposta)

Atividades esportivas. Especifique: _____

Atividades culturais. Especifique: _____

Atividades de lazer. Especifique: _____

Atividades religiosas. Especifique: _____

Atividades educacionais. Especifique: _____

Outras. Especifique: _____

56. Que atividades são desenvolvidas com as crianças/adolescentes fora do espaço da instituição? (múltipla resposta)

Atividades esportivas. Especifique: _____

Atividades culturais. Especifique: _____

Atividades de lazer. Especifique: _____

Atividades religiosas. Especifique: _____

Atividades educacionais. Especifique: _____

Outras. Especifique: _____

57. Quantas crianças acolhidas frequentam a creche ou a pré-escola? _____

58. Quantas crianças e/ou adolescentes acolhidos frequentam a escola? _____

59. As crianças/adolescentes têm permissão para passar período de final de semana, feriados, férias ou datas comemorativas em ambiente localizado fora da instituição? (múltipla resposta)

SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique. (múltipla resposta)

Com a família

Com outras pessoas com quem tenham relacionamento antes do acolhimento

Com funcionários da instituição

Com voluntários

Com padrinhos (programas de apadrinhamento social e afetivo)

Outros. _____

E. DA RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS/A DOLESCENTES ACOLHIDOS:

60. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que não possuem família ou referência familiar (órfãos ou cujos pais e/ou familiares estão desaparecidos ou raramente fazem contato com a instituição)? _____

61. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que recebem visitas regulares dos seus familiares? _____

62. A instituição solicita autorização judicial para permitir as visitas da família?

SIM NÃO

63. A instituição registra as visitas que a criança e/ou adolescente recebe?

SIM NÃO

Justifique: _____

64. A instituição define com que regularidade a criança e/ou adolescente deve receber visita?

SIM, mensalmente. Especifique: _____

SIM, quinzenalmente. Especifique: _____

SIM, semanalmente. Especifique: _____

- SIM, diariamente. Especifique: _____
- NÃO, há flexibilidade frente às particularidades da família e a rotina da criança e/ou adolescente.

Especifique: _____

- NÃO há permissão de visitas no local. Justifique: _____
- Outros. Especifique: _____

65. A instituição desenvolve algum trabalho junto às famílias visando à reintegração familiar?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, quais são os procedimentos adotados? (múltipla resposta)

- Atendimento psicológico.
- Acompanhamento social.
- Apoio financeiro (em dinheiro).
- Apoio material (cesta básica, material escolar, medicamentos, enxoval, etc).
- Encaminhamento para grupos de ajuda mútua (alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos, etc).
- Encaminhamento para programas de profissionalização de jovens e adultos.
- Inserção em programas e serviços oficiais ou comunitários de auxílio e proteção à família

(programas de renda mínima, etc.)

- Reuniões, grupos de discussão/apoio.
- Visita domiciliar
- Outras. Especifique: _____

66. São medidas adotadas pela instituição que contribuem para a preservação/fortalecimento dos vínculos familiares:

- Permite a visitação das famílias em dias/datas e horários pré-estabelecidos.

Especifique: _____

- Permite a visitação das famílias em dias/datas e horários que não foram pré-estabelecidos.

Especifique: _____

- Incentiva contatos telefônicos.

Especifique: _____

- Oferece auxílio-transporte para as famílias procederem à visita.

Especifique: _____

- Promove passeios das crianças e/ou adolescentes com suas famílias.

Especifique: _____

- Permite e facilita a visita da criança e/ou adolescente à sua família (convivência familiar)

Especifique: _____

- Encaminha a família para rede de serviços sociais (assistência social, saúde, educação, profissionalização)

Especifique: _____

- Inclui a família em programas de apadrinhamento de crianças e/ou adolescentes.

Especifique: _____

- Utiliza serviço de identificação e localização da família de origem.

Especifique: _____

- Prioriza a manutenção e/ou reconstituição de grupos de irmãos.

Especifique: _____

- Adota outras medidas.

Especifique: _____

F. DESLIGAMENTO DA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE:

67. Qual o número de crianças e/ou adolescentes desligadas da instituição em 2012? _____

68. Quem decide pelo desligamento da criança e/ou adolescente? _____

69. Como é feito o desligamento da instituição? _____

70. A instituição realiza a preparação da criança e/ou adolescente para o desligamento do programa de acolhimento?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, de que forma ocorre essa preparação pela instituição? (múltipla resposta)

- Visitas domiciliares dos técnicos às pessoas envolvidas com a criança e/ou adolescente.
 Aproximação gradativa da criança e/ou adolescente com a família de origem ou substituta.
 Entrevista com os familiares e a criança e/ou adolescente feita por técnicos da instituição.
 Outros. Especifique: _____

71. Existem ações de apoio aos egressos que são realizadas pela instituição? (múltipla resposta)

- Atendimento psicológico.
 Acompanhamento social.
 Apoio financeiro (em dinheiro).
 Apoio material (cesta básica, material de construção, etc.).
 Assistência jurídica.
 Qualificação profissional.
 Visitas domiciliares.
 Não realiza ações de apoio aos egressos.
 Outras. Especifique: _____

72. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pela Vara da Infância e Juventude?

- SIM NÃO

Justifique: _____

73. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pelo Conselho Tutelar?

- SIM NÃO

Justifique: _____

74. Em 2012, quantas crianças e/ou adolescentes que foram encaminhados a:

Família de origem (pais, mãe, pai, membros da família extensa) _____

Família substituta (adoção) _____

75. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes inseridas em família substituta?

- Mediante guarda são _____
 Mediante tutela são _____
 Mediante adoção nacional são _____
 Mediante adoção internacional são _____

76. Quem decide pelo encaminhamento da criança e/ou adolescente à família substituta e como é feita a sua reintegração em outro meio familiar? _____

77. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que voltou a viver (reingresso) na instituição depois de já terem sido colocadas em família substituta ou terem retornado à sua família de origem?

78. Qual o número de óbitos de crianças e/ou adolescentes abrigadas em 2012? _____ Especifique o motivo: _____

79. Qual o número de fugas de crianças e/ou adolescentes da instituição em 2012? _____ Especificar o motivo: _____

80. Qual o número de crianças e/ou adolescentes que foram encaminhadas para família acolhedora em 2012? _____ Especificar o motivo: _____

81. A instituição conta com programa de apadrinhamento de crianças e/ou adolescentes?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

- Assistência material e financeira à criança e/ou adolescente.

Especifique: _____

- Convivência extra-institucional com a criança e/ou adolescente (fins-de-semana, feriados, datas, comemorativas, etc.).

Especifique: _____

82. Quem decide pela transferência da criança e/ou adolescente para outra instituição e como é feita a sua preparação para a mudança? _____

83. Como é feita a sua preparação para a mudança? _____

G. PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES:

84. A instituição organiza prontuário individual para cada criança e/ou adolescente acolhida?
 SIM NÃO

Justifique: _____

85. A instituição organiza prontuário único para grupo de irmãos acolhidos?
 SIM NÃO

Justifique: _____

86. Quais das informações abaixo relacionadas estão sempre disponíveis nos prontuários da instituição?

- Nome completo.
- Idade.
- Sexo.
- Raça/cor.
- Foto.
- Data do ingresso na instituição.
- Data do desligamento da instituição.
- Escolaridade.
- Situação jurídica.
- Motivo do ingresso na instituição.
- Quem encaminhou a instituição.
- Endereço de residência da família e/ou responsáveis
- Visitas (permissão, periodicidade, quem visita)
- Uso de drogas na família.
- Informação sobre irmãos que estão em (outras) unidades de acolhimento.
- Passagem da criança e/ou adolescente por outras instituições de acolhimento.
- Renda da família e/ou responsáveis.
- Estado civil, composição e organização familiar.
- Experiência de programas de apadrinhamento.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da família.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da criança e/ou adolescente
- Registro regular das vacinas recebidas no período.
- Registro regular dos indicadores de crescimento físico (peso e altura).
- Registro regular da ocorrência de doenças físicas ou mentais e o tratamento oferecido.
- Outras. Especificar: _____

87. De quem é a responsabilidade pela organização dos prontuários? (múltipla resposta)

- Assistente social
- Psicólogo
- Pedagogo
- Coordenador da instituição
- Outro. Especificar: _____

H. DIFICULDADES E NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO:

88. Quais destas dificuldades a instituição enfrenta?

- Obtenção de convênios / manutenção financeira.

Justifique: _____

I. PROPOSIÇÕES:

ANEXO B

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA

DATA: _____	ENTREVISTADOR: _____	CÓDIGO: _____
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____		
REGIÃO: _____		MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

A. Dados Pessoais:

1. Nome: _____
2. Sexo: Feminino Masculino
3. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
4. Endereço: _____ Bairro: _____
5. Zona: Rural Urbana Município: _____ Estado: _____
6. Possui registro civil? Não Sim SI
7. Tem o nome do pai no registro civil? Não Sim SI
8. Possui foto no prontuário? Não Sim SI

B. Dados Escolares:

9. Escolaridade: Estuda Não estuda NA
10. Série que cursa: _____
- 10.1. Nível: Educação infantil Ensino Fundamental NA SI
11. Se não estuda, em que série parou: _____
- 11.1. Nível: Educação infantil Ensino Fundamental NA SI
12. Ano que parou: _____
13. Por quê? _____
14. Escola: Pública Privada NA SI
15. Já foi reprovado? Não Sim NA SI
- 15.1. Se sim, quantas vezes? _____
16. Já foi expulso de alguma escola? Não Sim NA SI
- 16.1. Se sim, quantas vezes? _____
- 16.2. Motivo da expulsão? _____ NA SI
17. Possui boletim escolar no prontuário? Não Sim NA

SITUAÇÃO FAMILIAR DA CRIANÇA

18. A criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?
 Não Sim NA SI
 18.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____
19. A família da criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?
 Não Sim NA SI
 19.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

20. Composição Familiar

Composição familiar	Sexo ¹	Idade	Escolaridade ²	Ocupação	Renda	Paradeiro ³
Mãe						
Pai						
Responsável Legal (Especificar o vínculo):						

Irmão 1						
Irmão 2						
Irmão 3						
Irmão 4						

¹ F = Feminino; M = Masculino

² EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior

³ Conhecido=C; Desconhecido=D

*SI = Sem Informação *NA = Não se aplica

21. Qual o tipo de família que vivia antes de sua permanência na instituição:

- Família biológica Família substituta (adoção)
 Família substituta (com guarda) Família substituta (sem guarda)

22. Com quem vivia antes da permanência na instituição

- Com a mãe e o pai Apenas com a mãe Apenas com o pai
 Com a mãe e o padrasto Com a mãe e outros familiares Com o pai e a madrasta
 Com o pai e outros familiares Com os avós maternos Com os avós paternos
 Com outros familiares SI Outros: _____

23. Orfandade antes de ser encaminhada a instituição

- Órfã de pai Órfã de mãe Órfã de ambos NA SI

24. Orfandade durante a permanência na instituição

- Órfã de pai Órfã de mãe Órfã de ambos NA SI

25. Condições de moradia

Situação do imóvel que morava antes de vim para a instituição ¹	Tipo de construção ²	Energia elétrica ³	Água encanada ⁴	Saneamento ⁵	Número de cômodos ⁶

¹ Próprio=P; Alugado = A; Cedido = C; Rua = R; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

² Alvenaria=A; madeira= M; taipa = T; mista=MT; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

³ Olhão=O; Gato=G; Motor=M; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁴ Cosanpa=C; Poço=P; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁵ Fossa Séptica=FS; Céu Aberto =CA; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁶ Especificar em números (Não contar o banheiro)

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A) Dados sobre a situação jurídica e institucional.

A.1.) Situação Atual:

26. Possui o PIA (Plano Individual de Atendimento) no prontuário? Não Sim

27. Data em que deu entrada na instituição: _____ SI

28. Motivo(s) que justificou (aram) seu encaminhamento (Vara da Infância e Juventude) a instituição

- Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
 Negligência familiar
 Situação de rua (família de rua, etc.)
 Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
 Violência física (punições, torturas, confinamento, etc.)

- Violência sexual (abuso sexual e estupro)
- Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
- Pai, mãe ou pais presidiários
- Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.
- Outros: _____

29. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta para o acolhimento _____

30. Procedência do encaminhamento: _____

31. Possui a Guia de Acolhimento? Sim Não SI

32. Permanência de irmãos na instituição

Não Sim SI

33. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹ F = Feminino; M = Masculino
* NA = Não se aplica * SI = Sem informação

34. Possui irmãos em outras instituições de acolhimento? Não Sim SI

34.1. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹ F = Feminino; M = Masculino
* NA = Não se aplica * SI = Sem informação

35. Recebe Visitas?	Sim	Não	Periodicidade ¹	Nº de Visitas/ Frequência
Mãe				
Pai				
Outros Parentes (Especificar)				
Comunidade (Especificar)				

¹ Nunca = 0; Raramente = 1; Algumas vezes = 2; Frequentemente = 3; Quase sempre = 4
* SI = Sem informação

36. Participa de algum serviço/atendimento periódico da rede? Não Sim SI

37. Em caso positivo, especifique.

Tipo ¹	Local ²	Periodicidade ³

Pré-termo A termo Pós-termo

56. Condições de nascimento: peso ao nascer: _____ altura ao nascer: _____ SI

Outras informações: _____

57. Indicadores de crescimento:

Peso: _____ altura: _____ idade: _____ SI

Peso: _____ altura: _____ idade: _____ SI

57.1. Outras informações: _____

58. Aleitamento natural: Não Sim SI

59. Possui algum familiar que usa drogas? Não Sim SI

60.1. Em caso positivo, qual? _____

Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola)

60. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc):

Não Sim SI

60.1. Em caso afirmativo, qual? _____

61. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc):

Não Sim SI

61.1. Em caso afirmativo, qual? _____

62. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc):

Não Sim SI

62.1. Em caso afirmativo, qual? _____

63. Deficiência física (paralisia, mutilações, etc):

Não Sim SI

63.1. Em caso afirmativo, qual? _____

64. Outras. Especificar: _____

65. Restrições na dieta: Não Sim SI

66. Uso de medicação controlada: Não Sim SI

66.1. Em caso afirmativo, qual? _____

67. Quando a criança chegou à instituição apresentava sintomas de alguma doença?

Gripe/resfriado Bronquite/asma Amidalite Pneumonia Sarampo

Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite

Hepatite Desnutrição Pediculose

Alergias Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, etc.)

Doença sexualmente transmissível SI NA

Outras: _____

68. Quando a criança chegou à instituição apresentava lesões corporais?

Não Sim SI

68.1. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____

69. Quando a criança chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

Não Sim SI

69.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

70. Durante o período de adaptação à instituição a criança apresentou alterações de ordem emocional (excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

Não Sim SI

70.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

71. Doenças durante a sua permanência na Instituição:

Gripe/resfriado Amidalite Bronquite/asma Pneumonia Sarampo

Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite

Hepatite Desnutrição Pediculose Alergias SI
 Outras: _____

ANEXO C

Universidade Federal do Para

Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Pesquisadora: Tamires Santos Rufino e Silva

Entrevista semi-estruturada com técnicos e educadores

Prezado educador e/ou técnico. Você é nosso convidado a tomar parte da pesquisa intitulada “A visita a crianças em situação de acolhimento: regras a instituição, dinâmica e preparação da criança e do ambiente para a visita”. Queremos conhecer a sua visão sobre o tema abordado pela pesquisa.

A sua contribuição como educador e/ou técnico de uma instituição de acolhimento infantil é de fundamental importância para conhecermos diferentes aspectos dessa experiência, nos possibilitando apreender e assimilar como ocorre a preparação da criança para o momento da visita. Entendendo que a preparação para o momento da visita deve ser colocada em prática para os dois lados envolvidos no processo, ou seja, tanto para as crianças como seus familiares, afim de que juntos percebam o grau de sua importância, vivenciando essa experiência como forma mútua.

O referido questionário traz questionamentos sobre a preparação de crianças para o momento da visita familiar, cada pergunta tem como objetivo entender como acontece ou como poderia ser operacionalizada a preparação da crianças para que este momento seja bem sucedido. Em outras palavras desejamos saber como você pensa essa preparação, contribuição advinda da experiência de seu trabalho.

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de informações.

Assinatura do educador ou técnico

Data do preenchimento __/__/__

I) DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO:

1. Nome: _____
2. Gênero: () masculino () feminino () outros
3. Idade _____
4. Estado Civil: () casada () solteira () divorciada () viúva
5. Escolaridade: _____
6. Tempo que trabalha na instituição: _____
7. Função: _____
8. Instituição que trabalha: _____

II) Sobre Preparação da criança antes durante e após a visita:

1. Fale como a visita familiar acontece na instituição onde você trabalha?
2. Na instituição em que você trabalha existem regras para regulamentar as visitas familiares? Se sim, quais são elas? Se não, porque não existem?
3. O ambiente físico é preparado para o momento da visita familiar na instituição em que você trabalha?
4. A instituição em que você trabalha realiza um trabalho de preparação das crianças para a visita familiar?
5. A instituição realiza um trabalho de acompanhamento da criança no momento da visita?
6. A instituição realiza um trabalho de acompanhamento da criança ao término da visita?
7. – Na visita familiar qual o seu papel como educador/ técnico?

ANEXO D

Universidade Federal do Para

Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Pesquisadora: Tamires Santos Rufino e Silva

Entrevista semi-estruturada com os familiares

Prezado pai/ mãe/ avó/ avô. Você é nosso convidado a tomar parte da pesquisa intitulada “A visita familiar como processo proximal”. Queremos conhecer a sua visão sobre o tema abordado pela pesquisa.

A sua contribuição como familiar de uma criança que está em uma instituição de acolhimento infantil é de fundamental importância para conhecermos a percepção que você tem acerca da visita a sua criança, que importância você denomina para esse momento e a relevância que você observa ao fazer a visita.

O referido questionário traz questionamentos sobre a sua percepção acerca do momento da visita. Cada pergunta tem como objetivo entender como acontece ou como poderia ser operacionalizada esse momento de modo a ser benéfico e construtivo tanto para você quanto para sua criança que encontra-se em instituição de acolhimento. Esta pesquisa é de cunho acadêmico, e sua identidade será mantida em sigilo. Se em algum momento você quiser desistir de participar da pesquisa, sinta-se livre.

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com a coleta de informações.

Assinatura do familiar da criança

Data do preenchimento __/__/__

I) DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO:

a) Nome: _____

1. Gênero: () masculino () feminino () outros

2. Idade: _____

3. Estado Civil: () casada () solteira () divorciada () viúva

4. Escolaridade: _____

I) DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO:

1. Nome:

2. Gênero: () masculino () feminino () outros

3. Idade:

4. Estado Civil: () casada () solteira () divorciada () viúva () amiga

5. Escolaridade:

6. Instituição que a criança está acolhida:

7. Responsável de criança:

- 1) Com que frequência você visita sua criança na instituição? Qual o tempo da visita?
- 2) Descreva para nós como a visita acontece e o que você e sua criança fazem juntos
- 3) Como você se sente no momento da visita e como você acha que sua criança se sente?
- 4) Como você acha que a visita deveria ocorrer na instituição? Quais suas sugestões?

Anexo E

Universidade Federal do Para
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Pesquisadora: Tamires Santos Rufino e Silva

Ficha de registro dos dados observacionais

Data:	Hora de início:	Hora de término:	Duração:
Local:			
Nome do sujeito:		Sexo:	
Idade:		Escolaridade:	
Informações adicionais:			

OBSERVAÇÃO

ANEXO F

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DO PARÁ: ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO

Pesquisador: Lilla Iéda Chaves Cavalcante

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 18184714.3.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 568.256

Data da Relatoria: 25/03/2014

Apresentação do Projeto:

Abebera-se em elementos históricos para apontar o fato de que crianças e adolescentes tem sido acolhidas em instituições "asiliares" em face de condições sócio-econômicas, privando-os da convivências familiar e comunitária por largo período de suas vidas. O projeto em foco visa contribuir com o "debate em torno de características específicas desse ambiente institucional e da qualidade das relações que a criança, o adolescente na faixa etária de zero a seis anos, e os educadores que com ele lidam conseguem estabelecer entre si". Os sujeitos serão selecionados em seis regiões: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT). Ressalta-se que este estudo terá acompanhamento e responsabilidade dos alunos e professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Frisa a Pesquisadora responsável que o trabalho teve início em 2004 e se consolidou a partir de 2008, sendo hoje redimensionado para envolver projetos organizados em torno dos seguintes eixos temáticos: crianças, educadores, corpo técnico, famílias e comunidade. Assim, com esta pesquisa visa-se dar relevo à discussão de aspectos presentes na definição do abrigo como contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes. Os estudos uma vez concluídos poderão oferecer um mapeamento dos serviços de acolhimento desenvolvidos nas microrregiões localizadas em pontos estratégicos do território paraense; um perfil das crianças e adolescentes

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-Sí do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 68.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (01)3201-7735 **Fax:** (01)3201-8028 **E-mail:** cepcos@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

que vivem nas entidades de acolhimento presentemente; um quadro comparativo das rotinas e práticas nos distintos ambientes citados, a partir de critérios descritores da qualidade do cuidados. Assim, o estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional.

Objetivo da Pesquisa:

Caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidados presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Para tal, deve-se levantar e mapear as instituições de acolhimento das crianças e adolescentes e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social; conhecer o perfil de tais cidadãos pelos fatores sociodemográficos e sociopsicológicos; descrever e destacar as rotinas e práticas de cuidados dos sujeitos da pesquisa. Em relação aos objetivos perseguidos ressalta-se a relevância da pesquisa uma vez que partindo do referencial teórico os asilados têm os seus direitos constitucionalmente garantidos justificando a execução do projeto em perquirir sobre os cuidados que lhes estão sendo dispensados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional. Não há riscos de monta salvo o que possa decorrer do impacto da abordagem, dependendo sempre da atuação do pesquisador, todavia este pretende partir de uma ambiência como preparo para o início da coleta dos dados resguardando-se, sempre, o sigilo. Acerca do assunto o projeto não é omisso posto que enfatiza que em face de "situação conhecida como de risco serão tomados os cuidados para reparar as falhas ou os equívocos". Salienta-se que uma vez ocorrido o dano resultante do risco o dever é reparar. Assim, haverá mais benefícios do que eventuais riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância posto que considera-se uma via de resgate da grande parcela da "jovem" desassistida - 41,6% da população, consoante índice apontado pelo pesquisador. Assim, há equidade, beneficência segundo expõe o projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem os requisitos da Resolução CONEP 466/12,

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2ª and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá CEP: 68.075-110
UF: PA Município: BELEM
Telefone: (01)3201-7735 Fax: (01)3201-8028 E-mail: cepcci@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 503.256

estando o TCLE adequado, a autorização e recomendação para a realização da pesquisa está de acordo com as exigências da norma supra citada.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 26 de Março de 2014

Assinador por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá CEP: 66.075-110
UF: PA Município: BELEM
Telefone: (01)3201-7735 Fax: (01)3201-8028 E-mail: cepcs@ufpa.br